



Universidade do Estado do Rio de Janeiro
Centro de Educação e Humanidade
Instituto de Letras

Mariana Rosa Medeiros Chagas

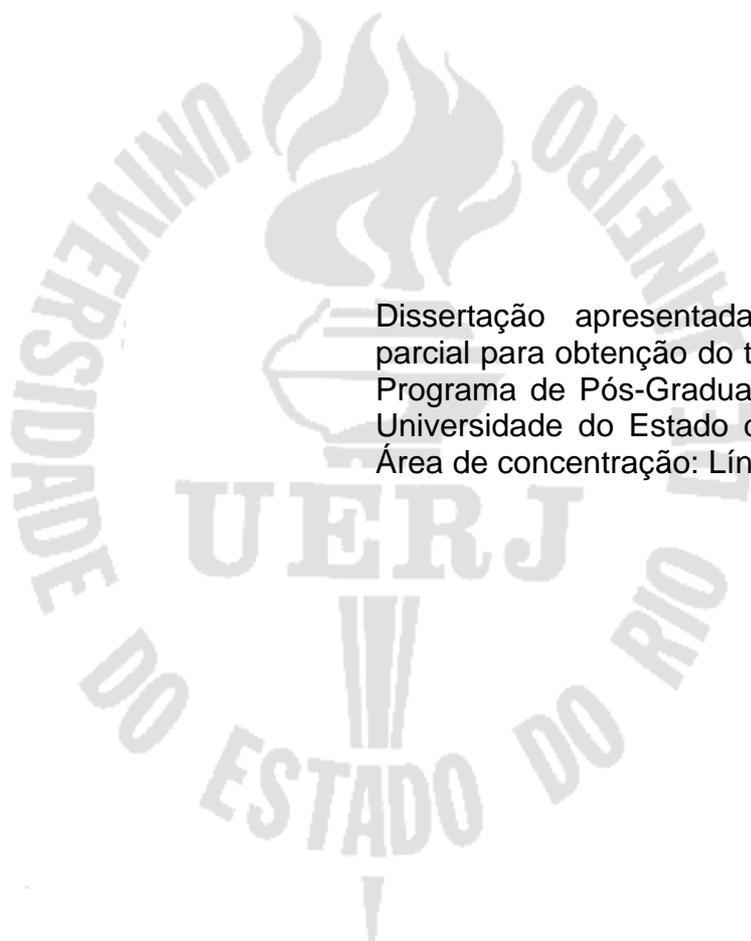
Marcas de autoria em editoriais

Rio de Janeiro

2010

Mariana Rosa Medeiros Chagas

Marcas de autoria em editoriais



Dissertação apresentada, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre, ao Programa de Pós-Graduação em Letras, da Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Área de concentração: Língua Portuguesa.

Orientadora: Prof^a. Dra. Maria Teresa Tedesco Vilar do Abreu

Rio de Janeiro

2010

CATALOGAÇÃO NA FONTE
UERJ/REDE SIRIUS/CEHB

C433	<p>Chagas, Mariana Rosa Medeiros Marcas de autoria em editoriais/ Mariana Rosa Medeiros Chagas. 2010. 153 f.</p> <p>Orientadora: Maria Teresa Tedesco Vilardo Abreu. Dissertação (mestrado) – Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Instituto de Letras.</p> <p>1. Análise do discurso - Teses. 2. Autoria - Teses. 3. Redação de textos jornalísticos - Teses. 4. Editoriais - Teses. 5. Jornais – Teses. 6. Periódicos – Teses. I. Abreu, Maria Teresa Tedesco Vialrdo, 1963- . II. Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Instituto de Letras. III. Título.</p> <p>CDU 82.085</p>
------	---

Autorizo, apenas para fins acadêmicos e científicos, a reprodução total ou parcial desta dissertação desde que citada a fonte

Assinatura

Data

Mariana Rosa Medeiros Chagas

Marcas de autoria em editoriais

Dissertação apresentada, como requisito para obtenção do título de Mestre, ao Programa de Pós-Graduação da Faculdade de Letras, da Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Área de concentração: Língua Portuguesa.

Aprovado em 29 de novembro de 2010

Banca Examinadora:

Prof. Dra. Maria Teresa Tedesco Vilaro Abreu (Orientadora)
Faculdade de Letras da UERJ

Prof. Dra. Maria Teresa Gonçalves Pereira
Faculdade de Letras da UERJ

Prof. Dra. Karen Sampaio Braga Alonso
Faculdade de Letras do CCAA

Rio de Janeiro

2010

DEDICATÓRIA

Ao meu marido, João Roberto, companheiro de todas as horas, por seu amor incondicional, fundamental para a elaboração deste trabalho.

AGRADECIMENTOS

À minha família, pelo apoio nos momentos difíceis e por sempre acreditarem em mim.

Aos meus amigos, por compreenderem minha ausência.

À minha orientadora, por sua paciência e compreensão.

RESUMO

CHAGAS, Mariana Rosa Medeiros. *Marcas de autoria em editoriais*. 2010. 153p. Dissertação (Mestrado em Língua Portuguesa) – Instituto de Letras, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2010.

O editorial jornalístico se configura como gênero argumentativo, tendo como característica marcante a exposição do ponto de vista de uma instituição jornalística sobre os fatos de maior repercussão no momento. Em virtude de seus objetivos e de suas condições de produção, a impessoalidade e a generalização nele predominam, mesmo assim, é possível detectar marcas formais de autoria em várias partes do texto. A linguagem é sempre subjetiva, constrói a realidade, no sentido de jamais poder ser neutralizada. O homem, o autor, é sempre intermediário e, como tal, manipula o discurso ao seu dispor. Neste trabalho, então, não se visa procurar o subjetivo (a autoria) em contraste com um possível discurso objetivo; intenta-se, na verdade, mostrar estratégias linguísticas de evidenciar a autoria, de explicitá-la na sua relação com as pessoas do discurso.

Palavras- chave: Editorial. Autoria. Subjetividade. Discurso.

ABSTRACT

Editorial is considered an argumentative text, and has as main characteristic to show the point of view of a Journal about the most commented facts at the present time. Considering the goals of the text and the conditions of its production, we can see the predominance of impersonality and generalization in that. Even though, it is possible to take formal elements that indicate authorship through the text. The language is always subjective and builds reality, in the sense it is never neutral. The human, the author, is always an intermediate and, manipulates the discourse the way he/she wants. This work, so, does not aim to find the subjective discourse as opposite of the purely objective discourse; it aims, actually, to show up the linguistic strategies of showing the authorship and to explicit it in its relation with the persons of discourse.

Keywords: Editorial. Authorship. Subjectivity. Discourse.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Quadro 1	- Ocorrências das marcas autorais no texto 1.....	39
Quadro 2	- Ocorrências das marcas autorais no texto 2 A.....	42
Quadro 3	- Ocorrências das marcas autorais no texto 2 B.....	45
Quadro 4	- Ocorrências das marcas autorais no texto 3.....	67
Quadro 5	- Ocorrências das marcas autorais no texto 4.....	71
Quadro 6	- Ocorrências das marcas autorais no texto 5.....	74
Quadro 7	- Ocorrências das marcas autorais no texto 6.....	77
Quadro 8	- Ocorrências das marcas autorais no texto 7.....	81
Quadro 9	- Ocorrências das marcas autorais no texto 8.....	85
Quadro 10	- Ocorrências das marcas autorais no texto 9 A.....	90
Quadro 11	- Ocorrências das marcas autorais no texto 9 B.....	93
Quadro 12	- Ocorrências das marcas autorais no texto 10 A.....	95
Quadro 13	- Ocorrências das marcas autorais no texto 10 B.....	98
Quadro 14	- Ocorrências das marcas autorais no texto 11 A.....	101
Quadro 15	- Ocorrências das marcas autorais no texto 11 B.....	104
Quadro 16	- Ocorrências das marcas autorais no texto 12 A.....	107
Quadro 17	- Ocorrências das marcas autorais no texto 12 B.....	110
Quadro 18	- Ocorrências das marcas autorais no texto 13 A.....	113
Quadro 19	- Ocorrências das marcas autorais no texto 13 B.....	116
Quadro 20	- Ocorrências das marcas autorais no texto 14 A.....	118
Quadro 21	- Ocorrências das marcas autorais no texto 14 B.....	120
Gráfico 1	- Ocorrências das marcas autorais nos editoriais de revista e jornal.....	123
Quadro 22	- Análise das marcas linguísticas do jornal e da revista.....	124

SUMÁRIO

	INTRODUÇÃO.....	10
1	FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA.....	14
1.1	Conceitos de texto e discurso.....	14
1.2	Gênero em estudo – editorial.....	23
1.3	Foucault e o conceito de autoria.....	28
2	DESCRIÇÃO DO <i>CORPUS</i>.....	34
2.1	Metodologia de análise dos <i>corpora</i>	36
2.1	Categorias de análise.....	48
3	ANÁLISE DO <i>CORPUS</i>.....	64
3.1	Marcas linguísticas de autoria no gênero editorial de revista.....	64
3.2	Marcas linguísticas de autoria no gênero editorial de jornal.....	87
3.3	Resultado Comparativo das Análises dos Editoriais.....	122
4	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	126
	REFERÊNCIAS.....	129
	ANEXOS – Editoriais	133

INTRODUÇÃO

O presente trabalho tem por objetivo abordar questões relativas ao estudo da Língua Portuguesa, tendo como foco a autoria, evidenciando sua importância no processo de aprendizagem da escrita e da leitura.

A autoria foi escolhida como norteadora desta pesquisa por ser um assunto que vem sendo amplamente discutido por profissionais da educação, que constantemente se deparam com problemas como a falta de posicionamento crítico de seus alunos no momento de escrever um texto. Esta dificuldade pode estar relacionada à facilidade de acesso a informações, por meio da internet, o que pode gerar nos alunos a sensação de que basta coletar as informações disponíveis na rede e usá-las em seus textos, sem que com isso seja necessário refletir sobre o que está sendo dito.

Neste trabalho analisaremos a questão da autoria por meio da análise de editoriais jornalísticos, visando à identificação de marcas linguísticas presentes neste gênero que possam nos relacionar ao posicionamento de um indivíduo-autor, responsável pelas informações que estão sendo transmitidas no texto. Para isso, optamos por estudar editoriais publicados em revistas e jornais a fim de verificar se há diferenças entre eles no que diz respeito às marcas linguísticas demarcadoras de autoria.

O editorial jornalístico se configura como gênero argumentativo, tendo como característica marcante a exposição do ponto de vista de uma instituição jornalística sobre os fatos de maior repercussão no momento. Para Marques de Melo (2003), o editorial afigura-se como um espaço de contradições. Sua vocação é a de apreender e conciliar os diferentes interesses que perpassam sua operação cotidiana. Isto porque o editorial é marcado pela apresentação da visão de uma instituição sobre o fato abordado, mas é produzido por vários editorialistas que podem ter opiniões diversas e precisam unificar qual será a visão relacionada à instituição para qual trabalham.

Em virtude de seus objetivos e de suas condições de produção, a impessoalidade e a generalização nele predominam; mesmo assim, é possível

detectar marcas formais de autoria (como, por exemplo, verbos na primeira pessoa, presença de pronomes, estratégias modalizadoras, entre outras) em várias partes do texto. Faz-se relevante comentar que, ao se tratar de marcas formais de autoria, estão-se focalizando algumas estratégias que levam a uma inferência extradiegética, ou seja, uma inferência que esteja relacionada a algo externo ao texto, a partir da qual o autor ou o leitor são referidos. Tal referência pode ser percebida por expressões utilizadas com o intuito de aproximar os interlocutores, como se o autor se referisse a um leitor específico esperando sua reflexão sobre o que está sendo exposto no texto. Obviamente, a autoria se prolonga por todo o texto, na medida em que essa está na base da textualidade; afinal, tudo é escolha do autor, consciente ou inconsciente e, dessa forma, qualquer fato retratado, ainda que sem uma expressão tipicamente subjetificadora (como o uso de “eu”, por exemplo), é analisado a partir da perspectiva do autor, a partir do ponto de vista que ele toma. Sobre isso, Arroxo e Rajagopanan (in Arrojo, 2003: 54-55) afirmam oportunamente que

A possibilidade de um sentido literal, “original” e descontextualizado, como a possibilidade de uma reflexão “científica”, objetiva e independente de ideologias e da História é, segundo Derrida (1982), uma “mitologia branca” que reorganiza e reflete a cultura do Ocidente: o homem branco confunde sua própria mitologia, a mitologia indo-europeia, seu próprio logos, ou seja, o mythos de seu dialeto, com a forma universal daquilo que ainda deve desejar chamar de Razão (op. Cit.: 213). Ao invés de aceitar sua condição humana, que o obriga a imprimir sua marca, suas emoções, sua história a tudo que toca, esse “homem branco” de que fala Derrida empreende uma busca quixotesca daquilo que nunca encontrará fora de si mesmo. Portanto, a literariedade – a neutralidade, a razão, o puramente objetivo – é a grande metáfora primordial criada pelo homem que, entretanto, precisa se esquecer de que a inventou para não se lembrar de sua finitude e de suas limitações humanas.

Assim, defende-se uma linguagem perpassada pelo humano e, por isso, tendendo a uma construção da realidade a partir das vivências de quem a usa, não podendo, por isso, ser considerada neutra, pura, uma vez que tudo é (re)construído a partir do já dito, do conhecido. O homem, o autor, é sempre intermediário e, como tal, manipula o discurso ao seu dispor. Cabe aqui, então, não procurar o subjetivo (a autoria) em contraste com um possível discurso objetivo; intenta-se, na verdade, mostrar estratégias linguísticas de evidenciar a autoria, de explicitá-la na sua relação com as pessoas do discurso. Faz-se objetivo desta pesquisa, então, procurar entender quais marcas seriam essas e em que medida elas se mostram como

mediadoras entre o aparente objetivismo do discurso jornalístico e o explícito subjetivismo do texto de opinião.

Essa questão foi motivadora para que fosse realizada uma pesquisa, com base na Análise do Discurso, em editoriais da Folha de São Paulo, do Jornal O Globo e das revistas Época e Isto é, visando a identificar algumas marcas de autoria.

Para entender autoria dentro desta perspectiva analítica, tomamos como base as noções teóricas de Foucault (2006), Bakhtin (1997) e Orlandi (2004), as quais serão abordadas em mais detalhes em capítulo posterior.

Procurar marcas de autoria no *corpus* adotado requisitou a escolha de algumas categorias analíticas, nas quais pudessem ser agrupadas e mais bem detalhadas as principais estratégias encontradas. Assim, foi preciso fazer um levantamento prévio dessas estratégias, para só então buscar, na literatura da área, classificações que ajudariam na realização da pesquisa e na descrição dos dados de modo mais produtivo.

As categorias de análise foram definidas com base em Castilho (2010) e Almeida (1999), e escolhidas com a intenção de demonstrar marcas autorais nos editoriais a partir da explicitação da subjetividade e do dialogismo com o leitor. Foram definidas como marcas a serem analisadas a utilização da primeira pessoa - expressa na desinência do verbo - e seus respectivos pronomes possessivos; a presença de modalizadores, através de processos (verbos) modais, advérbios e adjetivos, e ainda o uso da forma interrogativa e de expressões anguladoras.

O *corpus* para análise é constituído de vinte e oito editoriais, coletados aleatoriamente no período de novembro de 2009 a abril de 2010, sendo catorze deles publicados em jornais e os outros catorze em revistas. Sete foram publicados no jornal Folha de São Paulo; sete no Jornal O Globo; sete na revista Época e sete na revista Isto é. Os editoriais foram examinados para que as marcas autorais determinadas fossem identificadas. Por último será feita uma releitura de quatro editoriais de cada revista e quatro de cada jornal, visando à interpretação adequada de cada elemento, de forma localizada e na sua relação com a totalidade do texto. Os textos aparecem numerados sequencialmente, de acordo com seu aparecimento, desde o corpo do texto até o anexo.

O trabalho encontra-se dividido em cinco capítulos, sendo o primeiro a introdução referente à escolha do tema de estudo. O segundo capítulo apresenta a

fundamentação teórica utilizada como base para o desenvolvimento desta pesquisa. Já o terceiro é composto pela descrição detalhada do *corpus* de análise, bem como as categorias a serem estudadas e a metodologia utilizada para o desenvolvimento da pesquisa. O quarto capítulo é destinado à análise do *corpus* e à comparação dos dados coletados nos editoriais estudados. Por fim, no quinto capítulo, nos detemos a apresentar nossas considerações finais sobre o trabalho.

Como questionamentos principais levantados para a elaboração da pesquisa evidenciamos: É possível definir marcas de autoria distintas nos editoriais de revista e de jornal? Sendo o editorial um texto definido por sua objetividade, cabe a presença de marcas explícitas de subjetividade? O fato de um jornal apresentar um editorial assinado por uma pessoa que não faz parte da equipe de editores da instituição indica que há diferença nos textos? Em relação à revista, na qual o editorial é assinado pelo editor chefe, há marcas que se diferem dos demais textos analisados? Entre os jornais e entre as revistas analisadas há diferenças nas marcas encontradas? Que marcas aparecem mais e em qual veículo elas aparecem?

Esses questionamentos servirão de base para o desenvolvimento do trabalho, que visa analisar as marcas autorais definidas como categorias por não serem características facilmente perceptíveis para um leitor que esteja buscando apenas informações, e por nos possibilitarem uma reflexão mais aprofundada sobre as marcas linguísticas de um texto, refletindo se as mesmas estão relacionadas a uma autoria individualizada ou se são características do gênero editorial.

1 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

1.1. Conceitos de texto e discurso

A Linguística textual, surgida na década de 1960, tem por objetivo a análise de textos e de seus contextos situacionais, não estando mais relacionada, somente, ao estudo da frase, até então predominante nas pesquisas sobre a língua. O objeto de estudo da linguística textual é a interação humana feita através da língua; interação esta que não se dá por frases isoladas, mas sim por intermédio de textos.

O estudo pautado no texto suscitou alguns questionamentos sobre o que é texto e o que o distinguiria de frases isoladas. Texto pode ser entendido como uma sequência linguística sistematicamente ordenada, pertencente a uma situação comunicativa e capaz de se constituir como uma unidade global de significado. O texto, dessa forma, não é visto como "(...) uma seqüência de frases isoladas, mas uma unidade lingüística com propriedades estruturais específicas". (KOCH, 2005:11)

Em sentido amplo, Koch (2005) afirma então que o texto pode ser entendido como um enunciado qualquer, oral ou escrito, de qualquer extensão, que apresente uma unidade semântica.

Outra definição de texto que deve ser destacada é a apresentada por Umberto Eco, em sua obra *Conceito de texto* (1984), na qual trabalha com o momento de crise da semiótica contemporânea na definição de signo, quando se chegava a afirmar que o signo não existia. Segundo Eco (1984) o que existe, ao menos no que diz respeito às semióticas verbais, é o texto. O autor considera a noção de texto extremamente importante porque permite entender alguns mecanismos da significação da comunicação de maneira muito mais ampla. Para ele, a semiótica do texto deve sempre estar relacionada com a semiótica do signo: "em um sistema semiótico bem organizado, um signo já é um texto virtual, e, num processo de comunicação, um texto nada mais é que a expansão da virtualidade de um sistema de signo." (ECO: 1984, p.4)

Elisa Guimarães (1992) considera texto um enunciado qualquer, oral ou escrito, longo ou breve, antigo ou moderno. Afirma que a concretização de um texto

ocorre em uma cadeia sintagmática de extensão variável, podendo relacionar-se a um enunciado único ou a um segmento de grandes proporções.

São textos, portanto, segundo Guimarães (1992, p.14), “uma frase, um fragmento de um diálogo, um provérbio, um verso, uma estrofe, um poema, um romance, e, até mesmo, uma palavra-frase, ou seja, a chamada frase de situação ou frase inarticulada, como a que se apresenta em expressões como Fogo!, Silêncio, situadas em contextos específicos.” Os textos são, portanto, enunciados dotados de significado e se diferenciam por sua função social, intencionalidade e extensão, o que as caracteriza individualmente como um gênero.

Os conceitos de texto apresentados neste trabalho nos levam à conclusão de que qualquer passagem falada ou escrita, independentemente de sua extensão, que constitua um todo significativo efetiva-se em um texto. Tais textos, entretanto, serão apresentados neste trabalho em relação à sua função social, ou seja, serão trabalhados pelas características do gênero ao qual pertencem, o editorial.

A constituição deste todo significativo se efetiva com a apresentação dos propósitos do produtor para que a sequência de seus enunciados seja compreensível para o leitor, o que nos remete ao estudo do texto em uso e não ao estudo de suas características formais.

Quando voltamos nossa atenção para o estudo do texto em uso, passamos a nos referir ao discurso, relacionando-o ao uso que fazemos da língua em determinado contexto. Esse se relaciona à intenção, ao propósito do falante.

No momento em que a língua é usada como intenção, ela não é mais apenas uma materialidade fônica, composta por morfemas e sintagmas que a particularizam, mas sim um discurso. Isso significa dizer que a língua passa a ser pensada como discurso, como estratégia ou meio de se atingir determinado fim.

A língua é posta em uso sob o domínio do discurso, e a materialidade desse surge quando relacionado à intenção, finalidade e subjetividade do falante. Compreender o discurso é passar da funcionalidade da língua para a sua intencionalidade, é tentar entender o discurso com outros significados que não aqueles do seu enunciador.

O discurso é, portanto, a função de uso da língua em determinado contexto, construído a partir de elementos relacionados a acontecimentos e situações que façam parte do ambiente discursivo em que estejam inseridos os interlocutores. Essa participação do interlocutor no processo de interação discursiva está

relacionada ao fato de o discurso constituir, etimologicamente, uma ideia em curso, palavra em movimento, uma prática de linguagem.

Tal prática de linguagem nos remete aos gêneros discursivos ou textuais, que, segundo Marcuschi (2005), fazem referência aos textos materializados com os quais temos contato no nosso dia-a-dia, marcados por suas características sócio-comunicativas, sua função e composição específicas. Enquanto os gêneros textuais são marcados por seu caráter funcional, os tipos textuais designam “uma espécie de seqüência teoricamente definida pela natureza lingüística de sua composição (aspectos lexicais, sintáticos, tempos verbais, relações lógicas)” (Marcuschi, 2005, p. 23).

Bakhtin (1997) define a linguagem como uma atividade que se concretiza historicamente entre sujeitos, o que implica a relação dialógica de elos de linguagem, formatados pela situação sócio-comunicativa em que estão inseridos os interlocutores, pela função social em que cada um se encaixa.

Os gêneros textuais, segundo este autor, são vistos como “tipos relativamente estáveis de enunciados” elaborados em distintas esferas sociais. O autor delimita, ainda, três elementos configurativos do gênero: o tema (condições de produção), a estrutura composicional (estrutura) e o estilo (aspectos formais). Tais elementos encontram-se em constante (re) construção de acordo com o discurso enunciado em cada momento.

O tema (condições de produção) diz respeito às pautas temáticas e formas típicas de tratamento do tema, à medida que, nas diferentes instâncias de uso da língua, se estabelecem diferentes expectativas quanto ao leque de assuntos pertinentes ou impertinentes, permitidos ou proibidos, e quanto ao grau de autenticidade e exaustividade de sua abordagem. Já a estrutura composicional relaciona-se com os modos típicos de organização do texto quanto às partes que o compõem e como elas são distribuídas. Por fim, o estilo, em um gênero, nos remete à escolha lexical e morfossintática dos elementos que formam o texto.

O gênero, para Bakhtin (1997) é visto, portanto, como uma forma de discurso em que o falante faz uso de diversas capacidades humanas de linguagem: capacidade de ação (adaptação ao contexto); discursiva (plano global do texto, tipos de seqüência) e capacidade linguístico-discursivas (textualização, modalização e vozes discursivas).

Faraco (2003), ainda sobre gêneros textuais, afirma que “a relação do nosso dizer com as coisas (em sentido amplo do termo) nunca é direta, mas se dá sempre obliquamente: nossas palavras não tocam as coisas, mas penetram a camada de discursos sociais que recobrem as coisas.” (FARACO, 2003, p.49)

Lopes- Rossi (2002) distingue tipos textuais de gêneros por serem aqueles modos de organização do discurso (narração, argumentação, entre outros) e não práticas sócio-discursivas de nossa sociedade, ou seja, por não representarem formas típicas de enunciados usados nas situações reais de comunicação.

A língua se realiza por meio de enunciados orais ou escritos, organizados de acordo com as situações de uso a que fazem referência. Tal organização nem sempre é perceptível para o falante, que faz uso de diferentes organizações discursivas, sem se dar conta do processo. Esse desconhecimento do falante em relação ao processo de fala não impede nem dificulta a comunicação, pois, instintivamente, cada falante (re) constrói seu discurso a cada nova situação comunicativa, enquadrando-o às situações nas quais está inserido.

Os enunciados fazem parte da atividade humana, que se caracteriza por condições especiais de atuação e por objetivos específicos. Como as condições e os objetivos da atividade humana são inúmeros, eles passam a ser relacionados a outros discursos que apresentam características relativamente semelhantes. A correlação de enunciados só é possível pelo fato de eles conservarem características semelhantes, mesmo variando em extensão, conteúdo e estrutura.

A tipologia textual é caracterizada pela “natureza linguística de sua composição {aspectos lexicais, sintáticos, tempos verbais, relações lógicas}” (MARCUSCHI, 2005: 22). Isso nos remete ao fato de que cada tipo de texto apresenta marcas linguísticas específicas que os distinguem dos demais, podendo estar ligadas ao produtor do texto e sua relação com o objeto do dizer e em relação à inserção destes no tempo e/ou no espaço. Estas marcas específicas fazem com que seja possível separar os textos em cinco tipos, que são definidos como narração, descrição, exposição, argumentação e injunção.

Contar histórias é uma das ações básicas do ser humano e se manifestou como prática discursiva bem antes da estruturação de qualquer gênero. A narração está presente em tudo o que o homem faz e esse tipo de discurso se apresenta em quase todas as formas de linguagem.

A narração relaciona-se à sequenciação de fatos, que envolvem personagens e estão encadeados por uma sucessão cronológica, marcada pela temporalidade. Ou seja, como seu material é o fato e a ação que envolve personagens, a progressão temporal é essencial para o desenrolar da narrativa. A ação dos personagens está sempre direcionada para um conflito que requer uma solução. A trama que se constrói com os elementos do conflito desenvolve-se necessariamente numa linha de tempo e num determinado espaço.

O fio da narrativa, relacionado ao foco da narração, é conduzido por um narrador que pode participar ou não dos acontecimentos, que pode ou não estar envolvido neles. Quando o narrador não se envolve nos fatos e nem participa da história, tem-se caracterizado o narrador observador, marcado linguisticamente pela utilização de verbos e pronomes na terceira pessoa do singular. Se o narrador sabe além do que é possível observar sobre determinado fato ou personagem, é denominado narrador onisciente, também apresentado pelo uso de verbos e pronomes em terceira pessoa do singular, mas demonstrando uma participação indireta nos acontecimentos. Por fim, há a possibilidade de o narrador participar diretamente da história e, assim, ele poderá ser denominado como um narrador-personagem, marcado por expressões linguísticas na primeira pessoa do singular.

O texto narrativo apresenta como elementos estruturais: o narrador e seu foco narrativo, o tempo, o cenário em que se passam os fatos e a ação (intriga e enredo). Esses elementos são organizados ao longo do texto através da exposição, ambientação da história, apresentação de personagens e do estado inicial da ação; da apresentação da complicação ou o surgimento de conflito ou obstáculo a ser superado; da chegada ao clímax da narrativa (ponto máximo de tensão do conflito) e da resolução do conflito ou repouso da ação.

A narrativa é estruturada com a finalidade de relatar acontecimentos ocorridos em um determinado lugar e em determinado tempo. Por conta disso, em alguns textos predominantemente narrativos, encontra-se um fragmento descritivo, cuja finalidade é apresentar detalhes sobre os personagens ou lugares.

Dessa forma, a descrição pode ser entendida como um tipo de organização textual cujo foco está na apresentação de traços característicos de determinado ambiente, pessoa ou objeto. A descrição pode ter como foco a caracterização de aspectos físicos de determinado personagem ou ainda de aspectos subjetivos, relativos ao seu caráter e emoções.

Othon Moacyr Garcia (2006) assim define a descrição:

Descrição é a apresentação verbal de um objeto, ser, coisa, paisagem (...), através da indicação dos seus aspectos mais característicos, dos seus traços predominantes, dispostos de tal forma e em tal ordem, que do conjunto deles resulte uma impressão singularizante da coisa descrita, isto é, do *quadro*, que é a matéria da descrição. (2006: p.246)

A descrição está presente no nosso dia-a-dia, em textos como romances, novelas, contos, nas obras técnico-científicas, nas enciclopédias, nas propagandas e nos textos de jornais e revistas. Tem uma finalidade subsidiária na construção de outros tipos de texto, o que significa dizer que a descrição pode servir para explicar e situar a ação na narração e ainda comentar e justificar a argumentação.

Outro tipo de texto é o expositivo, aquele que procura instruir ao expor informações, transmitir conhecimentos novos, estudar em profundidade determinado assunto. Trata-se de um texto que, por objetivar a conclusão a respeito de algum tipo de investigação, apresenta a utilização de recursos linguísticos em que o sujeito tende a desaparecer, para dar lugar a uma instituição ou lugar, em que a preocupação com a objetividade e a clareza sejam garantidas e em que as relações de sentido explicativo e conclusivo sejam uma constante.

O texto argumentativo, por sua vez, tem por característica a defesa de determinada opinião, visando o convencimento do interlocutor por meio de argumentos.

A produção do texto argumentativo pode ser analisada a partir de duas dimensões: a intenção e a estratégia argumentativa. A intenção orienta todo o processo de elaboração e comanda toda a estratégia argumentativa de um texto, desde a seleção do tema e sua estruturação, até o uso de recursos linguísticos e estilísticos que possam contribuir para que seja atingida a finalidade pretendida.

A estratégia argumentativa concretiza-se no caminho seguido pelo autor, para conseguir, no seu interlocutor, os efeitos por ele desejados. Esta estratégia relaciona-se à escolha do tema (O quê) e o modo de apresentá-lo ao leitor (Como?). O tema é voltado para a tese que o enunciador defenderá, e o modo como esta tese será defendida são os primeiros passos para que seja desencadeado o processo de produção de um texto argumentativo.

Cabe ao produtor do texto selecionar o assunto, a variante linguística, a lógica argumentativa, os meios pelos quais o texto será concretizado e veiculado, sempre relacionando estas escolhas ao seu objetivo principal, a persuasão.

O texto injuntivo, por sua vez, pretende levar seu destinatário a praticar ações ou ter determinadas atitudes. O modo imperativo tem sido o recurso mais utilizado para marcar a realização desse tipo de ato de fala, mas também se pode perceber o uso do infinitivo, do futuro do presente e de vocativos.

A inclusão do tipo ou sequência injuntiva à tipologia textual não é unânime entre os autores que se dedicam a estudar este tema, porém, neste trabalho, partimos do pressuposto de que tais sequências devem ser vislumbradas na tipologia textual por serem encontradas em diferentes gêneros textuais, dentre eles o texto de opinião, no qual a injunção funciona como um recurso a mais no processo de persuasão do leitor.

A definição de cada um desses tipos de texto nos remete à sua diferença em relação aos gêneros discursivos, pois elas são apresentadas com base nas características estruturais do texto e não em relação à sua utilização social, como acontece nos gêneros.

Da tipologia textual, interessa-nos, neste trabalho, a argumentação, uma vez que ela é a base dos textos que compõem o *corpus* desta pesquisa. O editorial, foco deste trabalho, se apresenta como um texto argumentativo, cujo objetivo é apresentar a opinião de uma instituição.

Torna-se interessante apresentar algumas características da argumentação que se caracterizam como marcas específicas do gênero em estudo - o editorial.

O editorial é o meio pelo qual a instituição se coloca à frente dos fatos que noticia. A opinião colocada no editorial é apresentada por meio de uma argumentação sutil com o intuito de passar ao leitor certa polidez em relação ao que está sendo discutido.

A argumentação, nesse caso, é utilizada como forma de convencer o leitor da opinião apresentada no editorial. Trata-se de uma argumentação focada na objetividade, ou seja, as informações e opiniões apresentadas devem estar expostas de forma clara e direta, de forma a não suscitar dúvidas em relação ao que está sendo dito. No caso do gênero estudado o objetivo a ser atingido por meio da utilização de um texto argumentativo é a apresentação, de forma clara, da opinião do jornal ou da revista, o que faz do texto algo mais direto.

Em oposição aos tipos textuais, relativos ao modelo estrutural de um texto, temos os gêneros discursivos. Bakhtin (1997) chama de gêneros discursivos esses tipos estáveis de enunciados, agrupados em relação aos seus objetivos comunicativos. Porém, a estabilidade dos gêneros discursivos também está relacionada ao tipo de texto que compõe o enunciado, pois cada tipo de texto traz consigo determinada estrutura formal, que agrega ao enunciado características específicas.

Os gêneros discursivos aparecem na perspectiva da fala e da escrita dentro de um “continuum tipológico” das práticas sociais de produção textual.

A discussão sobre gênero vem sendo apresentada por diversas correntes metodológicas. Uma delas é a sociodialógica, cujo representante teórico, Bakhtin (1997), aborda a questão sob uma perspectiva interacionista, ressaltando o estudo da linguagem com base em situações comunicativas presentes no cotidiano e alteradas pela interação entre os sujeitos envolvidos no processo comunicativo.

Dessa forma, Bakhtin (1997) busca compreender os gêneros a partir do processo de interação social e das esferas sociais, compreendendo a linguagem por meio de sua dimensão sociointeracional, discursiva e enunciativa.

Os gêneros, sob a ótica bakhtiniana, são considerados socioideológicos, por representarem ideologias constituídas e aceitas em determinada sociedade; sociodialogizados, por servirem de meio de diálogo entre os enunciadores e, por isso, inerentemente construídos nas interações interpessoais.

Os gêneros, dessa forma, se apresentam como enunciados relativamente estáveis e tipificados nas diversas interações sociais situadas em determinadas esferas da sociedade.

Por serem fruto das interações interpessoais, se (re)constroem de acordo com o grupo social e a época em que o discurso é enunciado. Isso porque, na interação humana, o conjunto de práticas sociais varia com o passar do tempo e com os avanços ocorridos na sociedade, o que faz com que a cada novo avanço, se criem novas formas de interação, novos gêneros discursivos capazes de englobar as alterações ocorridas.

Bakhtin (1997) define a enunciação como um produto da relação social e completa que qualquer enunciado fará parte de um gênero, ou seja, apresentará características que o façam ser relacionado a uma determinada prática social.

Defende ainda que a utilização da língua realiza-se em formas de enunciado, orais ou escritos, concretos e únicos. Para este autor há dois grupos de gêneros:

1) primários- referentes às relações cotidianas, como a conversa face a face, a linguagem familiar, comuns no dia-a-dia do falante. Seu foco não está nas características do gênero, mas nas atividades comunicativas as quais os gêneros estão servindo.

2) secundários – mais complexos, referindo-se a outras esferas de interação social, como um discurso científico, teatro ou romance. São formas de organização cultural mais complexas.

Com base nos pressupostos de Bakhtin (1997) acerca dos gêneros discursivos, é possível perceber que estes são apreendidos no curso da vida dos participantes envolvidos no processo enunciativo, uma vez que estão inseridos em um determinado grupo social. Dessa forma, podemos definir gêneros como padrões comunicativos, modelos globais de comunicação social.

Segundo Marcuschi (2005), os gêneros textuais “são fenômenos históricos, profundamente vinculados à vida cultural e social.” São eventos sociais dinâmicos que estão diretamente relacionados às atividades dos indivíduos envolvidos no processo comunicativo. O autor afirma que os gêneros textuais não devem ser entendidos por uma estrutura rígida, com características linguísticas específicas imutáveis, mas sim como um processo pautado no uso, na interação discursiva, sendo modificado de acordo com as necessidades discursivas de cada grupo envolvido no processo comunicativo.

Torna-se claro, portanto, que tipo e gênero textual são diferentes, uma vez que no tipo textual predomina a identificação de sequências linguísticas típicas como norteadores; enquanto, nos gêneros, a predominância refere-se aos quesitos de ação prática, circulação sóciohistórica, funcionalidade, conteúdo temático, estilo e composicionalidade.

Os gêneros apresentam formas e significados específicos, que derivam das funções, propósitos e significados das ocasiões sociais. Portanto, eles se constituem por meio das situações sociais relevantes em uma comunidade em dado momento.

O discurso determina o que deve ser dito (o conteúdo), enquanto o gênero determina como deve ser dito (o estilo), sendo os dois influenciados pelo contexto. Com isso, é possível perceber que tanto o discurso quanto o gênero são criados pelos processos e estruturas de uma sociedade.

1.2. Gênero em estudo – editorial

São muitos os veículos que levam a notícia ao público, mas a diversificação dos meios de informação somente ocorreu no século XX. Até fins da Primeira Guerra Mundial havia uma hegemonia dos jornais impressos, porém, em 1920 surge a radiodifusão e em 1923 é publicada a primeira revista noticiosa semanal, nos Estados Unidos. Dessa forma, a imprensa começava a ter concorrentes, o que fez surgir a necessidade de adaptações, que resultaram no desenvolvimento do discurso, pois não adiantava mais mudar o meio de comunicação, fazia-se necessário adaptar o discurso ao cotidiano da sociedade, que precisava de informações de forma mais rápida para que fosse possível acompanhar os acontecimentos diários.

Com o advento da televisão, houve uma mudança na forma de transmissão das notícias, pois não se utilizava mais os furos (informe dado em primeira mão) e as edições extras (justificada por algum fato extraordinário ocorrido), antes presentes nos jornais impressos. Esses acontecimentos passaram a fazer parte do papel da televisão e não mais dos jornais impressos, pelo dinamismo que esse novo meio de comunicação proporcionava. Inicia-se, por conta disso, a era do jornalismo analítico, avaliador, interpretativo, com uma reformulação do jornal impresso. O jornal passa a ser mais bem paginado, a organizar melhor seus conteúdos e a dar à notícia um aspecto mais permanente e profundo, como se esta funcionasse como um complemento do que foi visto na televisão ou ouvido no rádio.

Os meios de comunicação de massa destinam-se a informar, persuadir e divertir o receptor. Os fatos são levados ao conhecimento do receptor, mostrando seus diversos aspectos e enfoques e, por isso, o jornalismo pode ser dividido em três categorias: informativo, interpretativo e opinativo.

O jornalismo informativo está relacionado ao ato de informar sobre determinado fato ocorrido, dando ao receptor uma visão mais ampla sobre os inúmeros acontecimentos diários. São parte desta categoria: a notícia, a reportagem (notícia ampliada), a história de interesse humano e a informação pela imagem. Essa categoria do jornalismo trabalha com matérias-primas de duas naturezas: objetiva (fatos, dados, fontes e declarações) e subjetiva (conceitos, ideias, versões, isto é, aquilo que irá se constituir em opinião, versão, ideologia, verdade, realidade).

A categoria interpretativa do jornalismo vem recebendo inúmeras críticas em relação à sua nomenclatura, por não ser possível falar em interpretação sem falar em opinião, o que não é característica dessa categoria. Trata-se da apresentação de uma notícia por seus diversos ângulos, sem um posicionamento direto do jornalista em relação ao fato noticiado. O objetivo é apresentar os antecedentes do fato, a repercussão e as reações que ele pode provocar. Tem a função de ampliar a informação dada pela notícia, recuperando sua historicidade e impactos provocados na sociedade. Luiz Beltrão (1980) o chama de reportagem em profundidade.

O jornalismo opinativo, foco de análise deste trabalho, é destinado às páginas dos editoriais, nas quais a opinião de um indivíduo ou de uma instituição se faz presente de forma direta. Fazem parte desta categoria do jornalismo: o editorial, o artigo, a crônica, a opinião ilustrada e a opinião do leitor.

Em oposição às demais categorias esta se difere no sentido de ser a parte do jornalismo em que as opiniões não precisam ser veladas, podem aparecer diretamente no discurso. Isso, entretanto, não ocorre sempre de forma explícita, como podemos notar no gênero editorial, foco deste trabalho. Nesse gênero, as opiniões aparecem diminuídas por serem representativas de uma instituição, não se trata da visão de um indivíduo sobre o fato, mas sim da apresentação do que seria a opinião do corpo editorial da revista ou do jornal. Como o intuito dessa categoria do jornalismo é apresentar opiniões, tem-se uma maior preocupação em convencer o leitor sobre a opinião que está sendo transmitida. Para tanto, faz-se necessário demonstrar certa polidez no discurso, evidenciando o caráter informativo, nato do jornalismo, porém com caminhos pré- estabelecidos para o leitor perceber o que interessa mais a essa instituição que veicula um texto opinativo.

Todo ato linguístico é um ato de interação, ainda que seus participantes sejam desconhecidos e distantes. O gênero editorial, escrito por um editorialista e dirigido a uma coletividade, não foge a essa regra. Os participantes desse ato interativo são: o autor, porta-voz de uma empresa jornalística, que representa a instância de produção; e o leitor, representado pelo público-alvo pretendido pela instituição, que forma a instância da recepção.

O editorialista, embora tenha uma noção do público-leitor que irá atingir, não conhece cada indivíduo-leitor diretamente e, por isso, precisa adequar seu discurso, de acordo com as normas estipuladas pela instituição da qual faz parte, para alcançar o público determinado. Um dos traços formais mais frequentes do editorial

é a busca de objetividade mediante a eliminação das marcas do enunciador. A objetividade, neste caso, está relacionada a forma como algo é dito, se direta ou indiretamente. No editorial a objetividade é marcada pela tentativa de transmissão de informações de forma clara, sem gerar no leitor dúvida em relação ao que está sendo apresentado como a opinião da instituição. Tende-se, nesse gênero, a demonstrar a opinião de um grupo de editores, sem que isso seja tão explicitamente marcado.

Essa objetividade pretendida poderia resultar em um texto livre de marcas autorais de qualquer natureza, mas, normalmente, não é o que acontece. Os dados encontrados no *corpus* de análise deste trabalho demonstram que o editorialista, através da função interpessoal da linguagem, se faz presente e acaba dialogando com o leitor, mesmo que na maioria das vezes isso ocorra de forma indireta. Tal presença pode ser identificada, por exemplo, através do uso da primeira pessoa do plural, dos pronomes possessivos nosso/nossa e nos demais casos que serão dispostos em capítulo posterior.

Como vimos, o editorial normalmente se apresenta sem assinatura, embora possa ser atribuído ao diretor ou redator-chefe. Em alguns casos, são assinados, no intuito de demonstrar outra opinião, diferente da defendida pela instituição.

Essa expressão de opinião, presente nos editoriais contemporâneos, não é mais monolítica, pois, por mais que uma instituição tenha uma orientação definida, conta com a participação de inúmeros colaboradores e isso faz com que a expressão opinativa seja pluralizada, ou seja, perpassa diversas opiniões até que se chegue a um consenso a ser seguido.

José Marques de Melo (2003) afirma que o editorial é um gênero jornalístico que expressa a opinião oficial da empresa diante dos fatos de maior repercussão no momento, porém, considera que esta sua “natureza de porta-voz da instituição jornalística” precisa ser melhor compreendida e delimitada, por ser o editorial

... um espaço de contradições. Seu discurso constitui uma teia de articulações políticas e por isso representa um exercício permanente de equilíbrio semântico. Sua vocação é a de apreender e conciliar os diferentes interesses que perpassam sua operação cotidiana. (MELO, 2003: 104)

Melo (2003) afirma ainda que na sociedade brasileira os editoriais, embora formalmente se dirijam à opinião pública, estão em constante diálogo com o Estado. Isso porque no Brasil o Estado se faz presente em todos os níveis da vida social.

Não se trata, portanto, de perceber as reivindicações da sociedade e expressá-las, mas sim de defender os interesses dos segmentos empresariais e financeiros que a instituição representa.

Cada empresa elabora um processo de produção dos seus editoriais, passando pela apuração dos fatos, pela conferência dos dados e checagem das fontes. Esse processo é monitorado e autorizado pela diretoria da instituição, o que faz com que o editorialista figure “como um intérprete dos pontos de vista” (MELO, 2003) que por convenção devam ser divulgados.

Como atributos específicos do editorial, vale destacar, segundo Beltrão(1980): impessoalidade, topicalidade, condensalidade e plasticidade. A primeira característica encontra-se relacionada à transição das instituições jornalísticas, pois estas deixaram de ser propriedades individuais ou familiares e passaram a organizações complexas. Essa complexidade, decorrente da sua formação por diferentes colaboradores, com diferentes olhares sobre os fatos, gera uma necessidade de impessoalidade nas abordagens, a fim de que as informações possam ser transmitidas de acordo com determinado padrão específico de cada instituição.

Trata-se, então, da busca por uma unidade, por um padrão que possa ser representativo de determinada instituição. A impessoalidade gera, no leitor, uma sensação de segurança em relação aos fatos tratados, pois indica que independente da visão individual do jornalista, há uma preocupação com a apuração dos fatos. Para demonstrar distanciamento em relação aos fatos abordados, o editorialista, muitas vezes utiliza os modalizadores discursivos, a fim de suavizar opiniões diretas. O uso dos modalizadores será mais bem trabalhado no capítulo referente às marcas autorais estudadas nesta pesquisa.

A topicalidade faz referência ao fato de as empresas apresentarem não mais um único editorial, mas sim diversos, relacionados a fatos específicos que mereçam destaque. Consiste em ampliar a discussão sobre assuntos importantes e, em determinados momentos e instituições, apresentar opinião de alguém que não faça parte do corpo editorial da instituição, como acontece no jornal O Globo quando há um editorial apresentado como outra opinião. A apresentação de diversos fatos ou de opiniões distintas sobre um mesmo fato ocorrido faz com que o jornalismo ganhe um maior espaço junto ao leitor, que procura sempre novas informações para fundamentar a sua opinião sobre o que acontece no mundo à sua volta.

A condensalidade, por sua vez, relaciona-se à apresentação de poucas ideias, dando maior destaque às afirmações do que às demonstrações. Este atributo do editorial se faz necessário pela necessidade do mundo contemporâneo de obter informações em um período cada vez mais curto de tempo. Se o editorial pretende formar uma opinião sobre determinado assunto e seu leitor não dispõe de tempo para inúmeras leituras, cabe ao editorialista ser o mais claro e direto possível sobre o assunto que pretende abordar. Tal objetividade se faz necessária pela agilidade com que as informações chegam aos leitores/ouvintes, seja por meio da internet, da televisão, do jornal impresso ou de qualquer outro meio. A necessidade de filtrar o excesso de informações recebidas faz com que o leitor procure textos em que as opiniões sejam apresentadas sem rodeios, sem apresentação de dados aparentemente inúteis para a discussão do fato.

Por fim, a plasticidade de um editorial é marca importante por este estar lidando com o efêmero, com notícias e fatos que não permanecem estáticos. Um editorial não pode permanecer imutável frente a um novo fato ou a uma característica de um fato já apresentado. Quando as notícias são apresentadas nos jornais ou revistas, tem-se uma visão imediata do que acontece, porém, os acontecimentos acerca do assunto tratado não se esgotam; há sempre novos dados e hipóteses que precisam ser levadas em consideração para que uma instituição não se mostre desatualizada ou despreocupada com os inconstantes rumos da notícia.

As características apresentadas relacionam-se ao gênero editorial, presente nos jornais e revistas impressos, porém, há diferenças marcantes entre eles, que serão apresentadas posteriormente, no capítulo referente à análise do *corpus*.

1.3. Foucault e o conceito de autoria

A autoria pode ser entendida, segundo Foucault (2006) como uma função que se relaciona com questões historicamente discutidas em suas obras, como a visão de sujeito e sua existência no mundo.

Em sua obra *O que é um autor?*, apresenta questionamentos sobre a ideia de subjetividade, com intenção de diminuir a importância que lhe é dada cientificamente. Para o autor, trata-se de uma marca das múltiplas vozes que podem ser assumidas por um indivíduo, dentre elas a voz de “autor”. Foucault evidencia que um único indivíduo pode assumir diversos papéis no processo discursivo e considera o papel de autor apenas mais uma das possibilidades.

A subjetividade, neste trabalho, é trabalhada em relação à presença de um sujeito-autor, marcadamente colocado no texto, assumindo o estatuto linguístico de pessoa. De acordo com Benveniste (1992, p.50) “é na e pela linguagem que o homem se constitui como sujeito; porque só a linguagem funda realmente na sua realidade, que é a do ser, o conceito de ego.”

A multiplicidade de vozes, segundo Foucault (2006), se transmuta no momento da escrita, em que o “autor”, o sujeito, se enquadra momentaneamente no papel de detentor e criador de seu texto, de suas experiências e atitudes.

É desta forma que o autor desenvolveu a definição de autoria que se contrapõe tanto à ideia de que o autor está morto (presente nas teorias que enfatizam a função do leitor) quanto à de que a figura do autor coincida com alguma origem subjetiva determinada.

Segundo Foucault (2006), o conceito de autoria, tal como concebe a cultura moderna, se estabelece no final do século XVIII e início do século XIX quando se instaura a noção de texto como propriedade e o autor passa a ter direitos sobre o que escreve e, também, passa a ser responsabilizado pelo que apresenta em seus discursos. A ideia de autoria torna-se, então, central aos discursos considerados “literários”, já que se relaciona à noção de criador original do texto. Por outro lado, referir-se à autoria de um texto pressupõe não a correlação deste com um indivíduo, mas à implícita percepção de traços textuais capazes de relacioná-lo a outros textos e reuni-los sob um mesmo nome, o do autor. Isso significa que a autoria não é

representada pelo nome do autor, mas sim por suas características marcantes, perceptíveis nos seus textos.

Foucault (2006) define a função-autor da seguinte forma:

(...) a função autor está ligada ao sistema jurídico e institucional que encerra, determina, articula o universo dos discursos; não se exerce uniformemente e da mesma maneira sobre todos os discursos, em todas as épocas e em todas as formas de civilização; não se define pela atribuição espontânea de um discurso ao seu produtor, mas através de uma série de operações específicas e complexas; não reenvia pura e simplesmente para um indivíduo real, podendo dar lugar a vários “eus” em simultâneo, a várias posições-sujeitos que classes diferentes de indivíduos podem ocupar. (FOUCAULT, 2006: 56)

A partir da definição de Foucault sobre autoria, é possível perceber que um texto não precisa necessariamente estar vinculado a um único nome, mas sim que este texto pode ser relacionado a várias pessoas que compartilhem da mesma visão e que possam, dessa forma, assumir a posição-autor.

A visão foucaultiana a respeito da autoria apresenta uma crítica em relação ao fato de haver um único ser detentor das implicitudes do texto. O que há, na verdade, é uma mistura de sujeitos que se alternam na posição de autores de um texto, o que ele chama de “posição transdiscursiva”. (2006, p.57)

Essa visão de transdiscursividade parece estar relacionada com a ideia de interação entre os interlocutores envolvidos em um processo de comunicação. Cada vez que um indivíduo se depara com determinado discurso, assume nova postura em relação ao que se apresenta nele. Trata-se de um constante diálogo dos indivíduos com os discursos circulantes na sociedade.

Os discursos se caracterizam, segundo Foucault (2006), por remeterem a uma multiplicidade de “eus”, indicando que o autor não coincide nem com o escritor propriamente dito nem com a entidade fictícia que se define como narrador.

A autoria de uma obra, portanto, não se define pela sua correlação com um indivíduo-autor, mas sim pela união de traços que a tornam única e passível de ser contrastada com outras. O objetivo deste trabalho é, justamente, avaliar quais são as marcas de autoria que tornam o gênero editorial uma união de traços que possam ser comparados com outros. A autoria será analisada pelos traços linguísticos presentes nos editoriais que nos remetam a subjetividade de um autor, que se coloca no texto, expressa sua opinião e assume responsabilidade sobre o que está

sendo dito, independente de ser ele um indivíduo-autor ou uma instituição jornalística. Tal subjetividade, entretanto, não será analisada em seu sentido pleno, mas sim em relação às marcas que demarquem a presença de um “eu” e àquelas que demonstrem um diálogo do autor com o leitor. Dessa forma, mesmo sabendo que todas as escolhas lexicais de um texto são marca da presença de um indivíduo-autor, somente nos interessarão neste trabalho as marcas explícitas de colocação deste indivíduo, como o uso de pronomes de primeira pessoa e expressões que possam definir algum tipo de diálogo com o interlocutor, como o uso de anguladores e sentenças interrogativas.

Orlandi (2004), também trabalha com a questão da autoria e a considera como a produção de um gesto de interpretação, ou seja, na função-autor o sujeito fica responsável pelo sentido do que diz. O modo como ele faz isso é que caracteriza sua autoria. Ainda segundo a autora, o sujeito produz um texto a partir de seu lugar social, organizando diferentes enunciados, recortes textuais e recortes discursivos a partir do que já foi dito, formando com a correlação do que conhece, um texto homogêneo, com princípio, meio e fim. Sendo assim, o autor é aquele que apresenta um efeito de homogeneidade a enunciados provenientes de diferentes discursos, colocando-se nessa fase da produção de um discurso na função-autor.

Dessa forma, a função-autor pode ser desempenhada por qualquer indivíduo que se apodere do já dito e o reorganize com outros enunciados, tornando o discurso homogêneo e o colocando novamente na forma do já dito. Torná-lo homogêneo, segundo Orlandi (2004), é atribuir-lhe textualidade, é relacionar essa unidade comunicativa com a exterioridade. Isto significa dizer que a partir do momento em que um texto se relaciona com a exterioridade, cria-se uma rede de possibilidades para sua interpretação, de acordo com os envolvidos no processo e com os objetivos do discurso apresentado.

Além de Foucault (2006) e Orlandi (2004), Bakhtin (1997) trabalha com a questão da autoria e considera o autor como aquele que conhece a obra e os personagens nela envolvidos, o considerando como um “autor-criador”, pertencente à obra. Trabalha com a figura do “autor-pessoa”, aquele que escreve a obra e em oposição a este, apresenta o “autor-criador”, que funciona como um posicionamento do autor-pessoa; a representação de uma voz social. Apresenta ainda o e o “autor-personagem”, que ganha outra voz e outro posicionamento do autor-criador, uma vez que se encontra em contato direto com a obra e passa, por isso, a interagir e

fazer parte dela. Para Bakhtin (1997) o autor representa um “eu” de papel, reconhecido pelos elementos linguísticos presentes em seu texto. É possível perceber, então, que os três tipos de autores se completam, uma vez que todos são representados na obra, cada um em seu momento, desde a criação até o término do texto.

Embora haja uma relação entre estes tipos de autores, Bakhtin (1997) aborda a importância de haver um distanciamento entre autor e personagem para que se possa compreender a autoria de ambos. De acordo com Bakhtin (1997), esta relação existe apenas para o autor dar autoridade para a personagem se impor diante da sua ideia:

A unidade entre os princípios ideológicos de representação do autor e a posição ideológica do herói deve ser descoberta na própria obra como unicidade acentual da representação autoral e dos discursos e vivências do herói e não como coincidência de conteúdo dos pensamentos do herói como as concepções ideológicas do autor, expressas em outro lugar. Aliás, a palavra e as vivências desse herói são apresentadas de modo diferente: não são objetificadas, mas caracterizam o objeto a que se destinam, e não caracterizam apenas o falante propriamente dito. A palavra de semelhante herói e a palavra do autor situa-se no mesmo plano. (BAKHTIN, 1997, p. 70).

Assim, as ideias do autor e a da personagem se encontram no mesmo plano dialógico, mas se tornam independentes em posicionamentos. O autor posiciona a personagem no mesmo plano que o dele, mas a deixa livre para se posicionar de outra forma. Ela é única e presente na obra de maneira que a realidade e veracidade da ideia exposta sejam apreendidas na obra sem ser posterior ou anterior a esta.

Os três autores norteadores desta pesquisa apresentam traços distintivos ao lidar com a questão da autoria. Foucault (2006) irá definir a autoria como uma marca das múltiplas vozes que podem ser assumidas por um indivíduo, dentre elas a voz de “autor”. Já Orlandi (2004) vê esta questão como a produção de um gesto de interpretação, ou seja, na função-autor, o sujeito fica responsável pelo sentido do que diz e o modo como ele faz isso é que caracteriza sua autoria. Bakhtin (1997), por sua vez, identifica o autor como participante da obra literária, capaz de ver e conhecer cada personagem singularmente.

Mesmo verificando traços distintivos entre os conceitos apresentados pelos três autores norteadores dessa pesquisa, é possível perceber que há unanimidade em relacionar o autor aos elementos linguísticos utilizados no texto. Para fins de

análise, optamos por estabelecer marcas de autoria que demonstrem este autor envolvido com o texto, capaz de deixar marcas evidentes de sua presença.

Ao falarmos de envolvimento do autor com sua obra, torna-se importante ressaltar a contribuição de Lagazzi-Rodrigues (2006), que considera reflexões acerca do processo de interpretação e produção de textos e o papel da autoria na textualidade. A autora pensa a autoria como um princípio da unidade textual, como algo que deve ser aprendido na escola, uma vez que está relacionado à textualidade. Tal aprendizado, entretanto, não pode somente estar direcionado para a escola, faz-se necessário que este se complete com as vivências do cotidiano do aluno, em suas práticas de linguagem. Este estudo de Lagazzi-Rodrigues serviu de base para que pudéssemos pensar na importância da autoria no âmbito escolar e nos fez perceber que a mesma deve ser trabalhada a fim de que se possa verificar que o aluno pode assumir a função autor, defendida por Foucault (2006), mas também a função de leitor, capaz de identificar as marcas de um sujeito-autor, responsável pelo que está sendo dito no texto.

O desenvolvimento da habilidade leitora de um aluno pode ser feito através da identificação de marcas autorais em textos distintos, de diversos gêneros, focando na explicitação desta autoria, em como ela se dá linguisticamente, para que o aluno possa se sentir capaz de assumir a função autor de seu próprio texto. Neste trabalho optamos por analisar a autoria por meio de estruturas linguísticas que demarquem explicitamente a posição de um autor bem como sua relação com seu interlocutor. Tomamos por base, então, o estudo dos modalizadores e das expressões anguladoras, a fim de explicar os efeitos de sentido decorrentes da presença de certos elementos nos textos analisados.

Modalizadores são elementos gramaticais ou lexicais por meio dos quais o locutor manifesta atitude em relação ao seu próprio enunciado. Para Koch (2002), são modalizadores todos os elementos linguísticos que estão ligados ao evento de produção do enunciado e que funcionam como “indicadores de intenções, sentimentos e atitudes do locutor com relação ao seu discurso” (KOCH, 2002, p.136). Tais elementos caracterizam os tipos de atos de fala que deseja desempenhar, revelam o maior ou menor grau de engajamento do falante com relação ao conteúdo proposicional veiculado, apontam as conclusões para as quais os diversos enunciados podem servir de argumento, selecionam os encadeamentos capazes de continuá-los, dão vida, enfim, aos diversos personagens cujas vozes se

fazem ouvir no interior de cada discurso (KOCH, 2002, p. 136). Esses modalizadores podem ser divididos em epistêmicos, deônticos e discursivos.

Já os anguladores foram estudados com base em Almeida (1999), que os define como palavras capazes de introduzir flexibilização expressiva a um item, ou seja, são formas de levar o leitor a identificar no elemento citado a visão do autor. Trata-se da introdução de um modo específico de lidar com determinado objeto, o que pode ser usado como forma de aproximar o leitor do texto, uma vez que o uso dessas expressões pode despertar mais o interesse do leitor em relação ao que vai ser dito posteriormente sobre o assunto.

2 DESCRIÇÃO DO CORPUS

Como *corpora* de análise para esta pesquisa foram selecionados editoriais dos jornais *O Globo* e *Folha de São Paulo* e das revistas *Época* e *Isto é*, sendo sete de cada instituição, totalizando vinte e oito editoriais.

O *corpus* foi escolhido com a intenção de agrupar elementos linguísticos que caracterizem autoria e que possam apresentar marcas diferentes de um mesmo gênero, o editorial, publicado em veículos diferentes, o jornal e a revista.

No jornal temos a possibilidade de analisar se há alteração das marcas linguísticas quando o editorial é assinado por um indivíduo, que não faz parte do grupo de editores da instituição, convidado a dar sua opinião ou quando ele não aparece assinado, representando, assim, a opinião da empresa.

O editorial de um jornal apresenta-se marcado como expressão da opinião da instituição, fato que delimita a liberdade de produção do editorialista, que deve figurar como um porta-voz da opinião definida pela diretoria da instituição.

Os editoriais do jornal *O Globo* são apresentados em uma página intitulada “Opinião” e são divididos em dois textos, sendo em alguns casos presente a opinião de alguém mais envolvido com o assunto que está sendo discutido. Na *Folha de São Paulo* os editoriais são apresentados sem assinatura e normalmente também são divididos em dois textos apresentando temas diferentes em uma mesma edição do jornal. Foram analisados sete editoriais de cada jornal a fim de demonstrar a presença de um indivíduo-autor, que evidencia, em alguns momentos, sua subjetividade. No corpo do texto desta pesquisa são analisados quatro editoriais de cada jornal, sendo eles divididos em texto A e B para cada dia em que foi coletado o material. Os demais se encontram no anexo e os dados extraídos dos mesmos estão presentes no capítulo referente à análise

Com os editoriais de revista optamos pela mesma forma de desenvolvimento do trabalho, analisamos no corpo do texto quatro de cada instituição mencionada e os demais são apresentados no anexo.

Foram escolhidas para compor o *corpus* deste trabalho as revistas *Época* e *Isto é*, por apresentarem editoriais distintos, sendo a revista *Época* mais aproximada ao que normalmente se espera de um editorial de revista e a *Isto é* mais aproximada, no que diz respeito à sua forma, aos editoriais de jornal.

O editorial de revista, em alguns casos, apresenta uma estrutura diferente dos editoriais do jornal, pois são caracterizados como “cartas dos editores”, muito mais relacionados a questões editoriais da revista do que à opinião da instituição sobre determinado fato.

Essa diferenciação entre o editorial de uma revista e o de um jornal pode estar relacionada ao fato de os leitores desses veículos serem diferentes e terem expectativas diferentes em relação à informação que estão recebendo. No caso das revistas, aparentemente, há uma relação mais direta entre o público-alvo e a instituição, o que pode ser provocado pelo fato de a revista ser mais específica do que o jornal, que se pretende popular e almeja atingir uma maior parcela da população.

O *corpus* escolhido serve de suporte para a reflexão acerca das marcas de autoria, nos ajudando a buscar esclarecimentos sobre as hipóteses levantadas na pesquisa. É possível definir marcas de autoria distintas nos editoriais de revista e de jornal? Sendo o editorial um texto definido por sua objetividade, cabe a presença de marcas explícitas de subjetividade? O fato de um jornal apresentar um editorial assinado por uma pessoa que não faz parte da equipe de editores da instituição indica que há diferença nos textos? Em relação à revista, na qual o editorial é assinado pelo editor chefe, há marcas que se diferem dos demais textos analisados? Entre os jornais e entre as revistas analisadas há diferenças nas marcas encontradas? Que marcas aparecem mais e em qual veículo elas aparecem?

2.1. Metodologia de análise dos *corpora*

A análise será feita com base em marcas linguísticas, por nós denominadas autorais, que aparecem nos editoriais, tais como a utilização da primeira pessoa, expressa na desinência do verbo, nos pronomes pessoais e seus respectivos pronomes possessivos; a presença da modalidade, através de processos modais de verbos auxiliares, advérbios e adjetivos. Além de definirem marcas autorais os elementos apresentados demonstram a subjetividade do autor em seu texto, ou seja, sua participação direta em relação ao que está sendo apresentado.

No decorrer da análise do *corpus* nos deparamos com algumas sentenças e expressões que demonstraram certo diálogo do autor com seu interlocutor. Por conta disso, tais expressões e sentenças também passaram a fazer parte do nosso objeto de pesquisa.

Como já dito analisaremos marcas de subjetividade que nos remetam ao autor dos textos escolhidos. Sendo a subjetividade uma característica inerente ao indivíduo, todas as escolhas lexicais feitas pelo autor poderiam ser consideradas marcas de autoria, porém, optou-se, para fins de especificação de análise, observar as marcas que demonstram linguisticamente, de forma explícita, a autoria, e o dialogismo com os interlocutores. Tal especificação se faz necessária para justificar o porquê de os adjetivos e alguns termos lexicais não serem analisados no trabalho.

Esses elementos serão explorados por terem sido evidenciados pela discordância inicial em relação ao que se espera de um editorial, a objetividade como forma de deixar clara e direta a opinião de uma instituição.. Os leitores de revista e jornais esperam, de um modo geral, encontrar nos editoriais informações acerca de assuntos recentes e amplamente divulgados pela mídia. Tais informações, entretanto, podem aparecer veiculadas de forma a conquistar e aproximar este leitor da instituição que está divulgando o editorial. Estas formas de aproximação do leitor podem ser consideradas como uma fuga da objetividade, uma vez que se colocam impressões individuais do indivíduo-autor e tais impressões podem não ser tão claras para o leitor.

O *corpus* será analisado com o intuito de tentar estabelecer se há a presença de um indivíduo-autor, linguisticamente marcado, ou se as marcas encontradas nos

textos analisados fazem parte da estrutura do gênero, não estando, portanto, relacionadas a uma marca explícita de autoria.

A análise que se segue tem por objetivo demonstrar como serão feitas as análises dos demais editoriais selecionados para este trabalho e, por conta disso, foram escolhidos para o momento um editorial de revista e um de jornal. Trata-se da apresentação do texto, dos comentários sobre o mesmo e da apresentação de um quadro com o número de ocorrências de cada categoria definida como fonte para esta pesquisa. Os textos aparecem numerados, de forma sequencial, de acordo com sua colocação no trabalho. A numeração é contínua desde o primeiro texto que aparece a seguir até os que se encontram em anexo.

TEXTO 1

O QUE FAZER PARA TER UM 2010 EXCEPCIONAL

Chame de conjunção astral, desígnios divinos ou resultado de uma década e meia de políticas consistentes. O fato é que o Brasil vive um momento fabuloso. Sete décadas depois de o escritor austríaco Stefan Zweig ter escrito que o Brasil era o país do futuro, o futuro parece estar aí, batendo à nossa porta. Num mundo ainda
5 abalado pela maior crise econômica desde os anos 30, nossa economia já acelerou. As projeções de crescimento variam em torno dos 5% no ano que vem.

Na edição de aniversário de ÉPOCA, no final de maio, nossa reportagem de capa havia reunido evidências de que estamos diante de uma janela de oportunidade, durante a próxima década, por variados motivos: com a queda dos
10 índices de natalidade e mortalidade, nossa população está ficando adulta, e portanto mais produtiva; nosso mercado amadurece, resultado de políticas econômicas e sociais estáveis; nossa matriz energética limpa nos dá maior competitividade num mundo preocupado com o meio ambiente.

Tudo isso sustenta projeções de que encerraremos a década que se inicia
15 agora como a quinta economia do mundo. Essa janela de oportunidade - que é também uma janela de responsabilidade, de solucionar problemas crônicos - começa a ser aberta neste ano. Segundo as estimativas, tanto nacionais quanto estrangeiras, teremos desemprego em queda, salário em alta, crédito mais farto e

consumo maior. Mais que isso, parece haver um sentimento (global, tanto quanto
20 nacional) de que o Brasil está "bombando". São os investidores eufóricos com as
promessas de um país razoavelmente acertado, os elogios rasgados da imprensa
estrangeira ao presidente Lula, a valorização do real. Essa euforia ficou quase
palpável na cerimônia em que o Brasil ganhou o direito de sediar as Olimpíadas de
2016 (combinando-se com a organização da Copa de 2014).

25 Quando o cenário é assim tão positivo, especialmente na saída de uma crise,
ele favorece mudanças na vida de cada um. Não só as econômicas, como prosperar
no trabalho ou nos investimentos. A prosperidade favorece a ação, o planejamento,
a inovação, em todos os campos da vida. Por isso preparamos um guia com dez
conselhos para ajudar você a tornar 2010 um ano memorável no amor, na saúde, no
30 prazer, na espiritualidade. A edição desse guia ficou a cargo do editor Celso Masson
e da editora assistente Martha Mendonça, dois de nossos jornalistas com maior
capacidade de cumprir missões com rapidez e excelência.

Nesta época de passagem de ano, é comum as pessoas tomarem resoluções
audaciosas, assim como é fácil encontrar conselheiros apontando caminhos
35 dourados para a felicidade. Nós, de ÉPOCA, não acreditamos em soluções
milagrosas. Por isso, Celso, Martha e a equipe que eles lideraram não dão
sugestões mirabolantes. O que você vai encontrar, a partir da página 38, são idéias
simples, bem embasadas, mas surpreendentes. E, mais importante, que envolvem
mudança de atitude, às vezes de visão de mundo. Idéias para ser aplicadas com
40 consistência, dedicação, prazer. Nós acreditamos que, assim como para o país,
2010 deverá abrir uma janela de oportunidade para tornar sua vida extraordinária.

ÉPOCA, 04/01/2010

Marcas linguísticas	Fragmentos do texto	Número de ocorrências
Advérbios modalizadores	“razoavelmente” (linha 21)	1
Marcas de primeira pessoa	“nossa” (linhas 4, 5, 7, 10 e 12) “nosso” (linha 11) “nossos” (linha 31) “nós” (linha 35 e 40) “acreditamos” (linhas 35 e 40) “preparamos” (linha 28) “encerraremos” (linha 14)	13
Verbos auxiliares modais	parece haver (linha 19)	1

QUADRO 1: Ocorrências das marcas autorais no texto 1

O editorial apresenta questões acerca da afirmação de que o Brasil está deixando de ser um país do futuro e passando a apresentar melhorias significativas em relação à sua economia, política e outras áreas. Segundo o texto isto acontece como resultado de uma década e meia de políticas consistentes que fizeram o futuro chegar mais rápido ao Brasil.

Além das informações apresentadas sobre o Brasil, em uma época de euforia pela passagem do ano e tudo o que isso representa para os indivíduos que acreditam em boas energias e mudanças em cada novo ano que se inicia, o editorial apresenta um esboço do que será trabalhado ao longo da revista, evidenciando o trabalho de seus jornalistas e mantendo uma ligação, um diálogo direto com seus interlocutores.

O quadro acima nos demonstra que este editorial, publicado na revista *Época*, apresenta marcas de subjetividade, definidas pelo uso de pronomes pessoais de primeira pessoa e seus respectivos pronomes possessivos. Apresenta, ainda, a utilização de advérbios modalizadores, que demonstram um afastamento do autor em relação ao que está sendo dito, com o intuito de passar uma maior credibilidade ao seu leitor, uma vez que o autor se posiciona de forma discreta, ameniza possíveis questionamentos em relação ao que está afirmando sobre a situação política e econômica do Brasil.

Em relação às marcas de primeira pessoa presentes no texto, percebemos que este pode ter sido elaborado com a intenção de demonstrar aos leitores desta revista que há uma preocupação em relação à situação do país, mas ao mesmo tempo há uma esperança de que seja possível continuar melhorando.

Ex. 1: A prosperidade favorece a ação, o planejamento, a inovação, em todos os campos da vida. Por isso **preparamos** um guia com dez conselhos para ajudar você a tornar 2010 um ano memorável no amor, na saúde, no prazer, na espiritualidade

Neste exemplo fica evidente a intenção do autor ao utilizar a primeira pessoa do discurso. Tal utilização demonstra que a revista se preocupa com seus leitores e não acredita em “soluções milagrosas”, mas sim em atitudes e planejamentos para a real inovação. Por conta disso, deixa claro que preparou um guia de dez conselhos para ajudar o leitor a conseguir melhorar em 2010.

Ainda em relação ao exemplo 1 percebemos que há a utilização do pronome você, demonstrando um direto diálogo entre os interlocutores, uma vez que este pronome está se referindo a algo externo ao texto. Este diálogo fica evidente, também, quando ocorre a utilização dos pronomes nosso (a) / nossos (as) com a intenção de reunir os jornalistas e editores da revista com os leitores e demais brasileiros, conforme podemos notar no exemplo seguinte.

Ex. 2: (...) **nossa** população está ficando adulta, e portanto mais produtiva; **nosso** mercado amadurece, resultado de políticas econômicas e sociais estáveis; **nossa** matriz energética limpa nos dá maior competitividade num mundo preocupado com o meio ambiente.

Já em relação ao uso do advérbio modalizador “razoavelmente” é possível verificar que o autor se coloca no texto, porém tenta se eximir de uma colocação que possa ser questionada, por conta disso considera o Brasil um país razoavelmente acertado.

Ex. 3: São os investidores eufóricos com as promessas de um país razoavelmente acertado, os elogios rasgados da imprensa estrangeira ao presidente Lula, a valorização do real.

Há ainda neste editorial a utilização de um verbo auxiliar modal indicando que o autor utiliza o modalizador para não ser taxativo em suas colocações e, assim, evitar possíveis problemas em relação ao que está sendo dito. Este recurso linguístico é comum em textos jornalísticos por serem textos direcionados a um público amplo e, por conta disso, com opiniões e conhecimentos prévios distintos. Ao utilizar um modalizador o autor manifesta determinada atitude em relação ao seu discurso e esta atitude transmitida ao longo do texto foi considerada por nós uma marca evidente de autoria.

Ex. 4: Segundo as estimativas, tanto nacionais quanto estrangeiras, teremos desemprego em queda, salário em alta, crédito mais farto e consumo maior. Mais que isso, **parece haver** um sentimento (global, tanto quanto nacional) de que o Brasil está "bombando".

TEXTO 2 A

UM BRASILEIRO

O Brasil de 1900 era um mistério para muita gente — começando com os próprios brasileiros. Era um arquipélago de centros urbanos localizados geralmente à beira-mar, explicitamente dedicados — como no caso do Rio de Janeiro — a imitar Paris. Por trás deles, o sertão impenetrável, desconhecido. Esse mistério começou a
5 ser desvendado quando um engenheiro com vocação de repórter - Euclides da Cunha — trouxe notícias do arraial de Canudos, num livro que marcou a época como um ferro em brasa. Mas muita gente ficou no livro.

Sacudir este cenário foi obra dos intelectuais e artistas que fizeram a Semana de Arte Moderna, em 1922. Pioneiros como Mário de Andrade comandaram
10 expedições às cidades históricas de Minas, que ainda pareciam tão distantes. Mas, antes deles, um músico carioca já tinha começado as suas próprias correrias por todo o Brasil, viagens que deixariam marca numa produção tão boa quanto inumerável.

Quando Heitor Villa-Lobos morreu, há 50 anos, o "The New York Times" fez
15 editorial reconhecendo sua estatura como o grande músico das Américas. Aqui, o reconhecimento foi mais lento. Carregávamos o nosso complexo de país subdesenvolvido, sem perceber que coisas importantes tinham acontecido — a

produção literária dos anos 30, a sociologia revolucionária de Gilberto Freyre, explicando que a nossa fusão de raças era um sucesso, e não um fracasso.

20 Tudo isso, e mais alguma coisa, já estava na música de Villa-Lobos, que perfurou o nosso magma nacional com uma intuição milagrosa. Sempre se podem escrever novos livros de interpretação do Brasil. Mas, na obra de Villa-Lobos, o Brasil está inteiro: é só olhar — ou ouvir. Não é preciso nenhum talento especial, nenhum conhecimento específico, para ouvir o "Trenzinho do caipira" e entrar em
25 contato com o Brasil profundo.

É o que vêm sentindo, desde então, gerações de brasileiros. É o patrimônio que nos aproxima, e que comemoramos nesses 50 anos de ausência do mestre.

O GLOBO, 18/11/2009

Marcas linguísticas	Fragmentos do texto	Número de ocorrências
Adjetivos modalizadores	“impenetrável” (linha 4)	1
Advérbios modalizadores	“explicitamente” (linha 3)	1
Marcas de primeira pessoa	“carregávamos” (linha 16) “nosso” (linhas 16 e 21) “nossa” (linha 19) “comemoramos” (linha 27)	5

QUADRO 2: Ocorrências das marcas autorais no texto 2 A

O texto explora importantes acontecimentos ocorridos no Brasil e exalta grandes brasileiros, em especial Heitor Villa-Lobos, considerado o grande músico das Américas pelo jornal "The New York Times". No decorrer do texto percebemos a exaltação de importantes brasileiros, em diferentes épocas da história do Brasil, como Euclides da Cunha, Mário de Andrade e Gilberto Freyre.

Em oposição ao que esperávamos encontrar em editoriais de jornal, este, em especial, apresenta marcas de subjetividade, explicitamente marcadas pelo uso da primeira pessoa do discurso, conforme podemos notar nos exemplos a seguir. Isso pode dever-se ao fato de o texto ser carregado de sentimentalismo em relação ao desenvolvimento cultural do nosso país. Tal sentimentalismo parece estar

relacionado não só ao autor do texto, mas também á instituição da qual faz parte, pois o jornal se posiciona como integrante da realidade brasileira e fala de suas glórias com sentimentalismo e aproximação.

Ex. 5: **Carregávamos** o **nosso** complexo de país subdesenvolvido, sem perceber que coisas importantes tinham acontecido — a produção literária dos anos 30, a sociologia revolucionária de Gilberto Freyre, explicando que a **noossa** fusão de raças era um sucesso, e não um fracasso.

No exemplo 5 é possível perceber que o autor se coloca no grupo de brasileiros, ou seja, assume em seu texto que faz parte deste grupo e que tem, por conta disso, uma aproximação com o que está sendo abordado.

O uso do adjetivo modalizador epistêmico asseverativo “impenetrável” indica a visão do autor em relação ao sertão brasileiro.

Ex. 6: Por trás deles, o sertão **impenetrável**, desconhecido. Esse mistério começou a ser desvendado quando um engenheiro com vocação de repórter - Euclides da Cunha — trouxe notícias do arraial de Canudos,num livro que marcou a época como um ferro em brasa. Mas muita gente ficou no livro.

Neste exemplo 6 percebemos que o autor indica a visão, que era comum em relação ao sertão brasileiro, como algo impossível de ser conhecido e de ter seus mistérios revelados. Trata-se de um epistêmico asseverativo por indicar algo conhecido e aceito pelo senso comum, algo que não poderia ser questionado. Apesar da declaração de que o sertão seria impenetrável, o autor, posteriormente, exalta Euclides da Cunha por ter sido um dos grandes nomes “descobridores” do sertão.

Já o advérbio modalizador “explicitamente” indica o posicionamento do autor em relação ao arquipélago de centros urbanos, como o Rio de Janeiro.

Ex. 7: O Brasil de 1900 era um mistério para muita gente — começando com os próprios brasileiros. Era um arquipélago de centros urbanos localizados geralmente à beira-mar, **explicitamente** dedicados — como no caso do Rio de Janeiro — a imitar Paris.

Ao utilizar este advérbio o autor indica sua visão sobre o Brasil de 1900, que seria dedicado, sem sombra de dúvidas, a imitar Paris. Talvez por esta tentativa de imitação é que o Brasil de 1900 pode ter sido considerado um mistério para muita gente, inclusive para brasileiros como o autor do texto, que se apresenta como um indivíduo que concorda com esta opinião.

TEXTO 2 B

APAGÃO CHAVISTA

Há cada vez mais indícios de que o tom belicoso de Hugo Chávez em relação à Colômbia tenha motivos mais próximos dele do que da cessão aos EUA de sete bases em território colombiano pelo governo Uribe. Trata-se de recorrer a uma ameaça externa para relativizar problemas que já corroem a duradoura
5 popularidade do caudilho.

A Venezuela está sob racionamento de água desde o dia 2, e sofre constantes apagões. Na capital, segundo o jornal espanhol "El País", cada bairro fica sem água pelo menos dois dias da semana. São frequentes os cortes de energia durante quatro horas a cada noite. Segundo pesquisa da empresa venezuelana
10 Datanálisis, 66% dos entrevistados se disseram totalmente insatisfeitos com a gestão da crise por Chávez; 70% criticaram suas políticas para criar empregos; e 87% acharam que o governo não faz o suficiente para combater a criminalidade — Caracas é a cidade mais violenta da América Latina.

Outro dado relevante da pesquisa: oito em cada dez venezuelanos
15 rejeitaram a possibilidade de um conflito militar com a Colômbia, o que mostra que o apelo de Chávez ao nacionalismo não parece estar funcionando.

As más notícias na economia venezuelana não dão trégua: uma alta fonte do governo disse que o PIB do país encolheu 4,5% no terceiro trimestre do ano em relação a 2008, contra queda de 2,4% no segundo, configurando uma recessão. A

20 corrupção campeia: a Transparência Internacional incluiu o país entre os quatro
mais corruptos da região.

Diante disso, Chávez tenta transformar um incidente no qual morreram dois
guardas venezuelanos, e que parece ter mais a ver com o crime organizado e o
tráfico de drogas na fronteira com a Colômbia, num pretexto bélico. Para manter a
25 chama do nacionalismo acesa acima dos apagões, o líder bolivariano rejeitou
proposta do Brasil para criação de um sistema venezuelano-colombiano com o
objetivo de monitorar a fronteira comum de 2 mil quilômetros. Para isso, recorreu a
uma de suas frases bombásticas: "(A fronteira) é tema de soberania, e soberania
não se discute!"

30 Entrevistado pelo GLOBO, o jornalista e escritor colombiano Ec-chehomo
Cetina, autor de "O tesouro — uma história de roubo nas Farc", comentou:
"Historicamente, presidentes administram os problemas de Colômbia e Venezuela
declarando guerra ao vizinho." É esse Chávez divisivo e beligerante que quer um
lugar para a Venezuela no Mercosul. Para obtê-lo, depende apenas de aprovação
35 no Senado brasileiro e no do Paraguai. O chanceler paraguaio, Héctor Laconagta,
resumiu: Chávez "tem um discurso de confronto, criando um clima pouco propício
para a integração regional". Os senadores brasileiros devem pensar nisso.

O GLOBO, 18/11/2009

Marcas linguísticas	Fragmentos do texto	Número de ocorrências
Adjetivos modalizadores	“divisivo” (linha 33) “beligerante” (linha 33)	2
Verbos auxiliares modais	“parece estar” (linha 16) “parece ter” (linha 23) “devem pensar” (linha 37)	3

QUADRO 3: Ocorrências das marcas autorais no texto 2 B

O editorial em questão aborda a situação da Venezuela em função dos problemas enfrentados pela população por conta das “estratégias” de seu presidente. Como um dos principais problemas destaca a falta de água enfrentada desde o dia 2 de novembro de 2009. Apresenta, ainda, dados que demonstram a insatisfação dos venezuelanos em relação a um possível confronto com a Colômbia, o que parece demonstrar, segundo o editorial do jornal *O Globo*, uma resistência da população em aceitar o nacionalismo tão exaltado pelo seu presidente. Ao término do texto é apresentado um questionamento sobre a tentativa de Chávez em colocar a Venezuela no Mercosul, o que precisaria da aprovação do Senado brasileiro e paraguaio. Autoridades paraguaias veem o presidente venezuelano como alguém que apresenta um discurso de confronto que cria desconforto para uma possível integração regional. O texto termina com uma tentativa de fazer com que o Senado brasileiro pense nas atitudes chavistas e possa chegar a uma conclusão acertada em relação à inserção da Venezuela no Mercosul.

Os adjetivos utilizados no texto fazem referência à opinião do autor em relação ao presidente Hugo Chávez.

Ex. 8: É esse Chávez **divisivo** e **beligerante** que quer um lugar para a Venezuela no Mercosul.

Os adjetivos escolhidos para qualificar o presidente venezuelano parecem indicar que o autor do texto o considera como alguém que apresenta tendências a dificultar relacionamentos regionais e que incentive conflitos em nome de um nacionalismo exagerado. Os dois adjetivos utilizados trazem consigo uma forte carga de pessoalidade do autor, uma vez que se trata do uso de adjetivos fortes, que estão diretamente relacionados à visão construída pelo enunciador sobre o presidente Hugo Chávez.

Já os verbos auxiliares utilizados parecem destacar a tentativa do autor em se afastar do que está sendo abordado, talvez na esperança de evitar confrontos diretos, ou indisposição com simpatizantes de Hugo Chávez.

Ex. 9: Outro dado relevante da pesquisa: oito em cada dez venezuelanos rejeçaram a possibilidade de um conflito militar com a Colômbia, o que mostra que o apelo de Chávez ao nacionalismo não **parece estar** funcionando.

Neste exemplo 9 o uso do modalizador indica que não há como ter certeza em relação ao fato de o nacionalismo pretendido por Chávez não estar funcionando. Discursivamente o autor se coloca em relação ao fato apresentando sua visão, construída com base nos fatos que conhece, sem que isso o faça ter garantias que suas conclusões estejam corretas, por isso há a utilização de um verbo auxiliar modal.

Ex. 10: Diante disso, Chávez tenta transformar um incidente no qual morreram dois guardas venezuelanos, e que **parece ter** mais a ver com o crime organizado e o tráfico de drogas na fronteira com a Colômbia, num pretexto bélico.

Neste exemplo o autor demonstra afastamento em relação ao que está sendo dito por não parecer ter certeza sobre o que realmente ocorreu no incidente em que morreram dois guardas venezuelanos. Esta incerteza em relação aos acontecimentos parece estar relacionada à falta de informações disponibilizadas pela polícia venezuelana sobre o caso, que acabou sendo manipulado pelo presidente Hugo Chávez.

A análise destes editoriais teve por objetivo demonstrar como serão apresentados os textos e as considerações sobre os mesmos. A observação de apenas um editorial de revista e um de jornal já parece nos indicar características distintas entre os dois, uma vez que é possível perceber na revista uma preocupação em introduzir um assunto que será apresentado ao longo da edição, além da utilização de marcas de primeira pessoa ocorrer com maior frequência. Já no texto B, publicado pelo jornal *O Globo*, percebemos uma tentativa de afastamento em relação ao fato que está sendo abordado.

A seguir serão apresentadas as categorias definidas como marcas autorais para análise dos editoriais coletados. As categorias foram definidas por aparecerem em grande quantidade no conjunto dos editoriais escolhidos para compor o *corpus* desta pesquisa e são apresentadas seguidas de exemplos retirados dos textos coletados.

2.2. Categorias de análise

Como categorias de análise para este trabalho, definimos a utilização de pronomes possessivos e pessoais de primeira pessoa; a presença da modalidade, através de processos (verbos) modais, advérbios e adjetivos.

Além destas marcas, percebemos que a autoria em editoriais também pode nos remeter ao dialogismo entre autor e leitor, uma vez que é possível notar a presença de um *continuum* entre os envolvidos no processo comunicativo.

Analisando os editoriais destacados para esta pesquisa, foi possível verificar que, em alguns momentos, torna-se evidente a intenção do autor em chamar seu leitor para uma reflexão sobre o que está sendo apresentado. Com base nisso, definimos algumas categorias como utilização de expressões anguladoras e uso de sentenças interrogativas.

A utilização da primeira pessoa do plural foi detectada em algumas ocorrências, demonstrando que apesar da pretendida imparcialidade do discurso jornalístico, o autor, representando a instituição para a qual escreve, se coloca no texto a fim de demonstrar sua insatisfação em relação a algum fato ou ainda para demonstrar que os fatos comentados estão diretamente relacionados à instituição para qual escreve ou ao leitor e ao autor.

Além da utilização da primeira pessoa do plural, encontramos como marcas autorais a presença dos modalizadores, sendo eles expressos pelos verbos modais, por adjetivos ou ainda pelos advérbios, que demarcam a presença direta da opinião do enunciador no texto.

O uso da forma interrogativa também nos levou a identificação de traços de autoria no texto, uma vez que o autor inicia um processo de diálogo com seus leitores, levando-os a debater e refletir sobre o que está sendo apresentado.

Na linguagem, as formas linguísticas possibilitam a expressão da subjetividade, porque cada enunciador se apropria delas estabelecendo relações entre um eu e um tu. A subjetividade, entendida como a presença direta de um “eu” no texto, aparece de forma explícita por meio do uso dos pronomes pessoais.

Destes pronomes dependem, por sua vez, outras classes de pronomes, que têm o mesmo estatuto. São os indicadores da dêixis, demonstrativos, advérbios, adjetivos, que organizam as relações espaciais e temporais em torno do “sujeito”,

que serve como referência. São definidos somente em relação à instância de discurso em que são produzidos, isto é, sob a dependência do eu que aí se enuncia. (BENVENISTE, 1992, p.53)

A subjetividade e a intersubjetividade são marcadamente maior no emprego eu/tu, isto porque o uso dessas marcas linguísticas nos indica uma maior aproximação do enunciador em relação ao dito ou ao objeto de referência. Já a objetividade tem seu efeito atingido pelo uso do ele, denominado de não-pessoa, por ser este mais relacionado ao outro, àquilo que se encontra distante do enunciador, que, inicialmente, não lhe pertence, mas que poderá ser tomado como parte de seu discurso posteriormente.

Há perspectivas que consideram o sujeito marcado em sua fala pelo tempo e lugar vividos socialmente, portanto sujeito histórico e ideológico. Conforme Brandão (2004, p. 59), temos, então, um sujeito que:

situa o seu discurso em relação aos discursos do outro. Outro que envolve não só o seu destinatário para quem planeja, ajusta a sua fala (nível intradiscursivo), mas que também envolve outros discursos historicamente já constituídos e que emergem na sua fala (nível interdiscursivo).

Dessa maneira a linguagem está assentada na heterogeneidade e na opacidade do sentido produzido, como a subjetividade está relacionada com o espaço discursivo incorporado, também, pelo outro como constitutivo do sujeito.

A linguagem é carregada de dinamicidade e heterogeneidade como é próprio das relações interpessoais que se materializam por meio dela. Na fala, o outro é um ser real, que interage com seu interlocutor dinamicamente. O planejamento da língua falada é local, por isso são constantes as hesitações e os truncamentos.

Já na língua escrita, aqui representada pelos editoriais coletados como corpus de análise, o interlocutor não é real, é virtual. O contexto partilhado é mais amplo, o texto constrói seu próprio contexto. A intersubjetividade existe, mas é controlada, e está ligada a obtenção de um efeito de sentido. Nessa modalidade da língua faz-se necessário um planejamento prévio. A escrita se molda conforme os padrões preestabelecidos pelo grupo institucional que compõe determinado contexto, por exemplo, as normas que o jornalista deve observar para produzir um editorial a ser publicado em determinada instituição.

Algumas marcas linguísticas encontradas nos textos que compõem o corpus desse trabalho representaram uma tentativa do enunciador de manter certo diálogo

com seu interlocutor e apresentam marcas mais explícitas de subjetividade, como é o caso do uso das expressões anguladoras.

O diálogo entre os interlocutores foi percebido pelo uso de sentenças interrogativas que demonstraram uma tentativa dos autores de fazer seus interlocutores pensarem sobre o que estava sendo abordado no texto. Não se trata da utilização de questionamentos que são respondidos ao longo do texto, mas sim de questões levantadas para culminar em uma reflexão acerca do assunto. Outro fator interessante percebido na análise foi o uso de expressões anguladoras, marcadoras de perspectiva, isto é, que sinalizam ao receptor a direção certa a seguir rumo à decodificação da mensagem, indicando como dado referente deve ser tomado no discurso e ajustando propriedades a entidades, indicando a presença da subjetividade do autor no texto.

A seguir serão apresentadas essas categorias de análise e serão apresentados exemplos retirados do *corpus* com o intuito de explicitar como tais características representam diálogo e subjetividade nos editoriais analisados bem como as demais categorias apresentadas.

Pronomes

O termo pronome nos remete, etimologicamente, ao latim *pronomen* em que há a junção da preposição *pro* mais o substantivo *nomen* e cujo significado é: “*em lugar do nome*”. Essa definição, entretanto, não é suficiente, pois um pronome pode também acompanhar um substantivo e não só substituí-lo, assumindo assim uma função dêitica, ou seja, pode ser usado para referir o enunciado ao momento da enunciação, aos participantes do discurso e ao lugar no qual o enunciado se produz.

Com o intuito de verificar se as definições apresentadas para pronome consideram a dêixis, consultamos algumas gramáticas.

Para Azeredo (2008):

... a categoria gramatical de pessoa, que é a propriedade que tem a linguagem de permitir que o enunciadador se refira a si próprio e aos personagens do ato comunicativo, não como indivíduos, mas apenas como participantes do discurso. (2008, p. 174)

Rocha Lima afirma que “pronome é a palavra que denota o ente ou a ele se refere, considerando-o apenas como pessoa do discurso. (ROCHA LIMA, 2001, p. 110)

Já Cunha denomina os pronomes como aqueles que “desempenham na oração as funções equivalentes às exercidas pelos elementos nominais. Servem, pois:

a) para representar um substantivo

b) para acompanhar um substantivo determinando-lhe a extensão do significado.” (CUNHA; CINTRA, 2001, p. 268.)

Bechara (1999), por sua vez, vê os pronomes como aqueles que designam duas pessoas do discurso (eu/tu) e a não-pessoa (ele)

Outro teórico que trabalha com a definição de pronome mais ampla, incluindo a dêixis, é Said Ali (1966) que apontou problemas em definições que não consideram tal função pronominal. De acordo com ele:

Por muito sugestivo que seja o termo, não satisfaz, contudo, à ciência da linguagem definir o pronome como palavra supridora do nome substantivo. Nada autoriza a crer que o homem, ao designar pela primeira vez os seres por meio de nomes com que os distinguir uns dos outros, se lembrasse ao mesmo tempo de criar substitutos para esses nomes. (1966, p. 92)

Tais definições nos levam à conclusão de que os pronomes devem ser entendidos em sua plenitude, como termos que podem acompanhar os substantivos e assim assumir função dêitica, ou seja, situar ou indicar os seres no espaço.

Por ter como função fazer referência às pessoas do discurso, os pronomes, quando em sua função dêitica podem ser considerados como uma marca linguística de subjetividade, indicando o posicionamento do autor em relação aos seus interlocutores, o que pode ser usado na intenção de aproximar o leitor do que está sendo dito.

A seguir serão abordados somente os pronomes que designam marcas de autoria e subjetividade em relação ao *corpus* desta pesquisa. Dessa forma, serão especificados os pronomes pessoais e os pronomes possessivos de primeira pessoa.

Pronomes Pessoais

Os pronomes representam a categoria gramatical de pessoa, que, segundo Azeredo (2008):

...é a propriedade que tem a linguagem de permitir que o enunciador se refira a si próprio e aos personagens do ato comunicativo, não como indivíduos, mas apenas como participantes do discurso. (2008, p.174)

Os pronomes pessoais têm a função referencial de identificar as pessoas do discurso. De acordo com Neves (2002, p. 44) as pessoas do discurso são três e se definem:

- 1ª) a que fala (de quem parte o discurso);
- 2ª) aquela a quem se fala (a quem se dirige o discurso);
- 3ª) aquela de quem se fala (sobre quem é o discurso).

A partir da definição das pessoas envolvidas no discurso, fica claro que, em um texto, quando percebemos a presença das duas primeiras pessoas, temos uma marca de subjetividade, pois o autor se coloca diretamente no texto, indicando que o discurso está diretamente relacionado ao seu conhecimento e às suas opiniões; pode demonstrar também o dialogismo entre o autor e seus interlocutores.

Ainda sobre a definição das pessoas do discurso, temos autores, como Mattoso Câmara, em sua obra *Dicionário de Filologia e Gramática* (1968, p.335), que acrescentam o pronome *você* como um pronome pessoal reto de segunda pessoa indireta. Isso porque *você* também se relaciona com a pessoa a quem se dirige o discurso.

Os exemplos subsequentes servem como ilustração das marcas definidas por nós como autorais, e foram retirados do nosso *corpus* de análise. Cada um será numerado sequencialmente e será seguido do número do texto de onde foi retirado e do título do mesmo.

Ex.11: **Nós**, de ÉPOCA, não acreditamos em soluções milagrosas. (Texto 1: “O que fazer para ter um 2010 excepcional”. **Grifo nosso**)

Na sentença acima podemos perceber que o editorialista se apresenta diretamente como um dos integrantes que formam o grupo de profissionais da revista *Época*. A utilização do pronome, desta forma, marca a presença explícita do autor, definida através de uma marca de subjetividade.

Em alguns casos, entretanto, o uso de um pronome pode demonstrar, como já dito, o diálogo do autor com seu interlocutor, conforme podemos notar:

Ex. 12: Nesta edição resolvemos prestar um serviço a **você**: perguntar a 21 personalidades brasileiras, das áreas mais diversas, quais foram os melhores conselhos que elas receberam na vida. (Texto 3: “De onde vêm os bons conselhos. **Grifo nosso.**.)

No exemplo acima podemos perceber que a intenção do autor, em seu processo de autoria, é chamar seu leitor a participar do texto, demonstrar sua importância para que se atinja o objetivo do texto, que é apresentar ao leitor bons conselhos e de onde eles vêm.

Para fins de análise optamos por também considerar marcas de subjetividade a utilização da primeira pessoa através das desinências verbais. Isto porque no decorrer do estudo aprofundado dos editoriais percebemos uma grande utilização de verbos em primeira pessoa, que foram entendidos, também, como marcas de autoria, como marca de um sujeito enunciador, diretamente colocado no texto.

Pronomes Possessivos

Os pronomes possessivos de primeira pessoa também são reveladores de autoria, pois, semanticamente, podem representar uma forma de aproximação com uma coletividade, definida pela instituição que o editorialista representa.

Com o uso dos possessivos *nosso/nossa* o autor pode se incluir em determinado grupo, que pode ser indicador do grupo dos jornalistas que trabalham na instituição ou do grupo formado por ele (autor) e seus interlocutores (leitores), conforme podemos perceber nos exemplos abaixo:

Ex. 13: Com o petróleo do pré-sal o governo poderia saldar toda a dívida social com **nosso** povo, fazer a reforma agrária, acabar com o déficit habitacional, oferecer aos brasileiros saúde e educação de primeiro mundo e acabar com a miséria em **nosso** país. (Texto 14 B: “Riqueza do povo”. **Grifo nosso**)

Ex. 14: **Nossa** investigação revela como é importante não nos deixarmos contaminar pelo pessimismo e pelo desespero nessas horas. (Texto 4: “O desafio de derrotar a violência”. **Grifo nosso**)

No exemplo 13 o enunciador utiliza o pronome possessivo “nosso” para demonstrar que faz parte do grupo de brasileiros que se encontram preocupados e envolvidos com a discussão sobre as definições dos *royalties* do petróleo. Através da utilização desse pronome ele consegue uma aproximação com seus interlocutores; se coloca em um mesmo plano que eles.

O exemplo 14, entretanto, demonstra que o enunciador se coloca no grupo de profissionais que formam o corpo editorial da revista *Época*, não havendo nenhuma relação com o interlocutor. A intenção, nesse caso, é demonstrar ao leitor que os profissionais da revista fizeram uma investigação acerca dos fatos e que todos concordam com a exposição que está sendo feita. Esta marca linguística explicita uma das características essenciais do editorial, representar a opinião de uma instituição jornalística.

A inclusão no primeiro grupo mencionado pode ser entendida como uma forma de demonstrar ao leitor certa credibilidade em relação ao que está sendo abordado no texto, pois este recebe o aval de uma instituição socialmente reconhecida.

Já a utilização de um pronome possessivo pelo autor, a fim de se enquadrar no mesmo grupo de seu interlocutor revela uma tentativa de fazer o leitor se identificar com o que está sendo dito, pois o assunto está sendo apresentado por alguém que também se considera parte integrante do grupo ao qual se destina a mensagem.

Modalizadores Adjetivais

Segundo Castilho (2010):

Os adjetivos modalizadores verbalizam uma avaliação pessoal do falante sobre o conteúdo do substantivo. O significado que resulta dessa operação realça a intervenção do locutor, razão por que parece adequado caracterizá-los como adjetivos orientados para o falante. (2010, p. 524)

A orientação para o falante nos faz perceber que o processo de modalização indica uma presença de subjetividade e ainda escolhas do autor em relação ao seu texto e ao seu interlocutor. Tais marcas serão destacadas nos editoriais selecionados por representarem o objeto de pesquisa deste trabalho.

Castilho (2010) acrescenta ainda que há três subclasses de modalizadores adjetivais: epistêmicos, deônticos e discursivos.

a) adjetivos modalizadores epistêmicos

Representam uma avaliação sobre o referente do substantivo, o que pode representar uma certeza (asseverativos) ou uma incerteza (quase asseverativos).

Os epistêmicos asseverativos revelam que o falante considera como verdadeiras as propriedades do substantivo.

Ex. 15: Aos olhos da lei, a igualdade no julgamento é um princípio **inexorável**.
(Texto 6: “Por que atos secretos no Senado?”. **Grifo nosso**)

O adjetivo “inexorável”, que significa, não exorável; implacável, inabalável.”, representa a opinião do autor em relação ao princípio de igualdade em julgamentos legais. Para ele a igualdade é tida como algo real, verdadeiro, sobre o qual não há dúvidas.

Os epistêmicos quase asseverativos indicam que o falante manifesta insegurança quanto às propriedades do substantivo, conforme podemos notar no exemplo a seguir.

Ex. 16: Por ele é **possível** verificar que o ritmo de destruição avança à proporção de 34 mil hectares por ano desde 2000. (Texto 21: “Será o fim da mata Atlântica?”. **Grifo nosso**)

O adjetivo “possível” demonstra que o autor não tem plena certeza acerca do que está sendo abordado. Isto porque o relatado está no campo das possibilidades, das perspectivas em relação ao futuro, caso não sejam tomadas atitudes em relação ao desmatamento da mata Atlântica.

b) adjetivos modalizadores deônticos

Os adjetivos modalizadores deônticos são utilizados quando o falante pretende passar a ideia de que o referente do substantivo é algo necessário.

Ex. 17: O modelo de partilha proposto concentrará a exploração em um operador único – a Petrobrás -, que terá participação **obrigatória** de no mínimo 30% nos consórcios vencedores das licitações. (Texto 14 A: “Retrocesso”. **Grifo nosso**)

Neste exemplo podemos notar que o autor tem plena certeza de que a Petrobrás terá uma participação de no mínimo 30% nos consórcios das licitações. A utilização do termo destacado demonstra para o leitor que a informação passada pelo jornal em questão (*O Globo*) é precisa, tem-se a certeza de sua veracidade.

A modalização deôntica pertence ao eixo da conduta, situa-se no domínio do dever (obrigação e permissão) e liga-se à volição e à ordem. Ela está condicionada por traços lexicais específicos ligados ao enunciador e implica que, para se chegar à execução, o enunciatário aceite o valor de verdade do enunciado.

Os modalizadores deônticos indicam que o falante considera o conteúdo proposicional como um estado-de-coisa que deve, precisa ocorrer obrigatoriamente. O uso dos destes modalizadores pode estar mais relacionado à interação espontânea, quando o falante deseja atuar fortemente sobre o interlocutor.

Diante da exposição, é possível perceber que o processo de modalização centra-se praticamente na posição que o produtor assume diante do conteúdo proposicional, tendendo a se manifestar sintaticamente na posição de sujeito.

c) adjetivos modalizadores discursivos

Alguns adjetivos também descritos como psicológicos têm a propriedade de se relacionar ao substantivo expresso no enunciado e também a um dos participantes do discurso não expresso no enunciado, atuando bidirecionalmente. Quando de sua utilização, o enunciador está emitindo um juízo sobre o sentido do substantivo e sobre um participante, tendo como pano de fundo o referente dado pelo substantivo.

O emprego dos modalizadores possibilita a identificação do ponto de vista do enunciador no discurso, como podemos notar nos exemplos seguintes.

Ex. 18: É dinheiro demais para aplicação tão **questionável**. (Texto 11 B: “Publicidade regrada”. **Grifo nosso**)

EX. 19: Os argumentos são **irrefutáveis**: quem descobriu o pré-sal foi a Petrobrás, que investiu em pesquisas e gastou dinheiro; o pré-sal está em águas brasileiras; e a constituição diz que toda riqueza do nosso subsolo é da União. (Texto 14 B: “Riqueza do povo”. **Grifo nosso**)

No exemplo 18 percebe-se que o enunciador deixa clara sua opinião acerca da utilização do dinheiro com publicidade oficial em períodos eleitorais. A utilização do adjetivo questionável faz com que o leitor identifique um ar de dúvida, receio do enunciador em relação ao que está sendo apresentado.

Em 19 fica evidente que o enunciador concorda com os argumentos apresentados em favor da divisão dos *royalties* por todo o território nacional e não apenas para determinados Estados. Nesse exemplo podemos perceber ainda que, além da utilização do modalizador discursivo, o enunciador se coloca diretamente no texto, através da utilização do pronome possessivo de primeira pessoa “nosso”, por meio do qual ele se coloca diretamente como um brasileiro.

Modalizadores Adverbiais

Por meio do uso dos advérbios o falante pode apresentar suas opiniões acerca do assunto abordado, avaliando o fato como verdade ou não, ou ainda expressando julgamento sobre a proposição.

Os advérbios podem desempenhar o papel de modalizadores epistêmicos, discursivos e deônticos. Os epistêmicos podem ser asseverativos (considerando-se como verdade a proposição) e quase asseverativos (demonstrando incerteza em relação à proposição). Os modalizadores discursivos verbalizam as reações do locutor (em face ou não com seu interlocutor) com respeito ao conteúdo proposicional; são orientados para o discurso. Já os advérbios modalizadores deônticos predicam o conteúdo sentencial que passa a ser entendido como um conjunto de coisas que tem de ocorrer obrigatoriamente; compreende a obrigação, a proibição, a permissão e a volição.

Nos exemplos a seguir analisaremos algumas ocorrências de advérbios modalizadores.

Ex.20: O Partido Republicano se mostra **visceralmente** contrário a qualquer intervenção do Estado nos negócios e no consumo privado. (Texto 23 A: “Menos céticos”. **Grifo nosso**)

Ex. 21: Ele envolve **basicamente** três fatores: a leniência de nossa legislação penal com os criminosos, um sistema carcerário superlotado e deficiente e a ausência do Estado onde sua presença é necessária (em outras palavras, em vez de termos uma polícia corrupta, precisaríamos de uma polícia eficaz). (Texto 4: “O desafio de derrotar a violência”. **Grifo nosso**)

Ex. 22: Os aeroportos, **infelizmente**, vão pelo mesmo caminho, e sempre devido a resistências ideológicas do comissariado no poder, que considera essencial o estado ter presença na infraestrutura – mesmo que não haja recursos para tal. (Texto 13 B: “Prejuízo geral”. **Grifo nosso**)

No exemplo 20, retirado do editorial que aborda a necessidade da diminuição da emissão de poluentes e a luta política entre o partido democrata e republicano por conta desta questão, o advérbio utilizado se enquadra na categoria de modalizador epistêmico asseverativo, pois o enunciador acrescenta à proposição uma certeza. De acordo com o que está sendo exposto no texto, o autor tem plena confiança de que o partido republicano é realmente contrário à intervenção nos negócios e consumo. Tal certeza se deve ao fato de o partido ter conseguido bloquear, até o momento, legislação proposta pelo presidente Barack Obama para a diminuição de emissões de gases poluentes no país.

Em 21 é possível perceber que o conteúdo apresentado é visto como algo em que o falante acredita, é uma crença, uma suposição em relação à proposição. O enunciador, nesse caso, acredita que são três os fatores que interferem na questão da violência nas grandes cidades e, por isso, utilizou para demonstrar tal crença, um advérbio modalizador epistêmico quase asseverativo.

No exemplo 22 temos a evidência de que o autor expressou uma opinião acerca do assunto tratado, por meio da utilização do advérbio “infelizmente”, indicando sua tristeza ou insatisfação em relação ao estado precário em que se encontram os aeroportos que, por falta de investimento governamental, não cresceram e se desenvolveram junto com a economia do país.

Verbos Auxiliares

Os verbos auxiliares podem ser utilizados para modalizar o discurso, veiculando conceitos como obrigatoriedade, possibilidade, probabilidade, proibição, permissão, vontade e desejo.

Em sua maioria, embora tendo algumas características que os aproximam dos auxiliares, os verbos modais distanciam-se deles em outros aspectos. Com efeito, alguns destes verbos, como **poder**, permitem o uso da negação imediatamente antes do verbo considerado principal, o que demonstra alguma independência de sentido entre os dois verbos. (Maria não pode acabar este trabalho./ Maria pode não acabar este trabalho.)

Nessas duas sentenças é possível perceber que o sentido da expressão verbal foi modificado pelo deslocamento da negação entre o verbo auxiliar e o principal. Essa alteração de sentido pela negação ou com o intuito de demonstrar a

opinião do enunciador em relação à proposição faz com que os verbos assumam características de modalizadores.

Nesse trabalho foram analisados editoriais de jornais e revistas, tendo sido observados nos dois grupos a presença de modalizadores verbais. A seguir serão trabalhados alguns exemplos retirados do *corpus* desta pesquisa.

Ex. 23: Quando esse trabalho for concluído, o outro – de construir uma nação menos suscetível a tragédias de todos os tipos – **deve recomeçar**. (Texto 15: “A difícil missão de reconstruir um país”. **Grifo nosso**)

Ex. 24: Somente interrompendo esse processo de devastação **poderemos sonhar** com um amanhã para os nossos filhos, netos e futuras gerações. (Texto 21: “Será o fim da mata atlântica?” **Grifo nosso**)

No exemplo 23 a modalização se dá no sentido de transmitir a vontade, o desejo do interlocutor em relação ao início dos trabalhos de reconstrução do Haiti. Já no exemplo 24 o enunciador se coloca no texto evidenciando uma possibilidade em relação ao futuro. Ele se coloca no mesmo grupo dos seus interlocutores, acreditando que estes também se preocupam com a devastação da mata atlântica e com as consequências disso.

Sentenças interrogativas

As sentenças interrogativas, nesse trabalho, serão analisadas a fim de se verificar o processo de interação entre os interlocutores. Nosso objetivo é verificar como o uso da declaração interrogativa torna o texto mais próximo do leitor, como ele é levado a refletir sobre o assunto no momento em que se depara com tal sentença.

Ex. 25: Do que precisa um país numa situação caótica aguda, como a do Haiti? (Texto 16: “A missão mais simples e mais nobre do jornalismo”.)

Ex. 26: Sendo assim, qual é a demanda essencial? (Texto 28 A: “O X do problema.”)

Ex. 27: É tamanho o número de confusões nas quais o Senado se meteu que seu prestígio desce ladeira abaixo dia a dia. Até que ponto? (Texto 6: “Por que atos secretos no Senado?”)

Os três exemplos apresentados demonstram que os editorialistas, por meio do uso de sentenças interrogativas, mesmo que indiretamente, tentam trazer seus interlocutores para mais perto do texto.

No exemplo 25 o enunciador leva o leitor a refletir sobre as necessidades do Haiti. Trata-se de uma forma de diálogo entre os interlocutores envolvidos no processo.

No exemplo 26 temos a sentença interrogativa funcionando como uma forma de resumir o que foi dito anteriormente e de apresentar ao interlocutor a possibilidade de refletir sobre os questionamentos que passarão a ser analisados no texto.

A sentença 27, entretanto, é a que mais demonstra explicitamente a relação do texto com seu leitor, pois serve como uma tentativa de questionar o leitor sobre o que anda acontecendo no universo da política.

Os exemplos retirados do *corpus* são dos jornais e revistas analisados e demonstram que a sentença interrogativa, em alguns casos, serve para uma aproximação dos envolvidos no processo comunicativo, pois faz com que o leitor reflita sobre o que leu e chegue às suas conclusões sobre o que lhe foi apresentado.

Expressões anguladoras

Segundo Almeida (1999) o conjunto dos anguladores é formado por palavras (verbos, locuções prepositivas e adverbiais, adjetivos) que introduzem flexibilização expressiva a um item, produzindo sua reconceptualização. Os anguladores podem ser um termo ou uma proposição.

O assunto “anguladores” (hedges) foi trabalhado por Lakoff (1972), que descreve esta classe como composta por itens lexicais que permitem ao falante expressar o grau de filiação de uma entidade a determinada categoria.

Almeida (1999) apresenta três sentenças em que há uso de expressões anguladoras, a saber:

- (a) Um pardal é um *pássaro por excelência*.
- (b) *Amplamente falando*, o telefone faz parte da mobília.
- (c) FH é *um tipo de candidato*.

Nesses exemplos, é possível perceber que o falante cria graus para que determinado elemento se enquadre de forma mais específica a outro grupo desses elementos. Em (a) o pardal, que é um pássaro, passa a ser considerado um pássaro por excelência, nos levando a acreditar que ele possa ter características específicas que o façam ser classificado como um protótipo de pássaro. Já em (b) o falante amplia o sentido que se espera de mobília para que o telefone possa ser considerado parte desse conjunto. Em (c), por sua vez, temos o enquadramento do candidato FH em determinado grupo de candidatos, o que nos faz acreditar que haja mais grupos de candidatos com características distintas a de FH.

Os anguladores, de forma geral, podem ser utilizados como um recurso do autor para se isentar da condição de verdade do que está sendo dito, ou seja, ele pode se afastar, através do uso dessas expressões, do que normalmente é tido como verdade. O exemplo (b) demonstra exatamente esta questão; o falante se utiliza do termo “amplamente” com o intuito de poder agrupar outros elementos no grupo de mobílias sem, com isso, correr o risco de parecer equivocado quanto à sua classificação.

A seguir serão apresentados exemplos retirados do *corpus* deste trabalho para serem analisados, a fim de constituir uma melhor visualização acerca dos anguladores.

Ex. 28: Vencido esse primeiro desafio de sacramentar seu nome, ela começou a encarar uma nova gigantesca tarefa pela frente: a sua transformação numa **espécie de Lula de saias**, à imagem e semelhança do mestre. (Texto 8: “A força de Dilma”. **Grifo nosso**)

Ex. 29: Escolhemos, **por comparação** com as anteriores e até **por falta de** nome melhor, chamá-la de anos 00. (Texto 17: “Dez anos que viraram o mundo de ponta-cabeça.” **Grifo nosso.**)

Ex. 30: Se, com essas condições, não houver **algum tipo de** constrangimento para evitar que governantes fiquem jogando para a justiça a decisão sobre o pagamento de obrigações líquidas certas, em vez de solução para o problema, a PEC poderá institucionalizar o calote público. (Texto 27 A: “Riscos no ar”. **Grifo nosso**)

No exemplo 28 o autor apresenta a candidata Dilma Rousseff em uma categoria de candidatos diferente, ou seja, ele cria a categoria Lula de saias d aproxima a candidata desta categoria.

Em 29 o autor apresenta suas dificuldades em relação à nomeação da década em que estamos. Para isso, ele se utiliza de anguladores que servirão para indicar ao leitor que há uma dúvida em relação ao que está sendo dito.

Já em 30 percebemos que a expressão “algum tipo de” enquadra o constrangimento como algo necessário para que se tome alguma posição em relação a atitude de políticos quanto a PEC que regulamenta que sejam reservados nos estados e municípios recursos para pagamentos de precatórios.

3 ANÁLISE DO CORPUS

3.1. Marcas linguísticas de autoria no gênero editorial de revista

Os editoriais de revista serão analisados com base nas categorias definidas nesta pesquisa. Tais categorias serão apresentadas em um quadro que servirá de suporte para que, ao final da análise, possamos quantificar o número de ocorrências de cada categoria.

Inicialmente serão estudados três editoriais da revista *Época*, numerados de 3 (três) a 5 (cinco); depois serão os três editoriais da revista *Isto é*, numerados de 6 (seis) a 8 (oito).

As análises serão organizadas no seguinte padrão ao longo deste trabalho: apresentação do editorial, numerado e com título e data de publicação, seguido do quadro de ocorrências das categorias estudadas e, por fim, uma apresentação acerca das especificidades de cada texto escolhido para ser estudado no corpo desta pesquisa. Os demais editoriais coletados da revista *Época* e da revista *Isto é* foram analisados ao longo da pesquisa, a fim de que fosse possível coletar as ocorrências linguísticas presentes em cada um deles, mas somente estes três foram escolhidos para compor o corpo de nosso texto, estando os outros em anexo. Os dados coletados nestes textos que se encontram em anexo serão discutidos em seção destinada à comparação dos resultados encontrados no estudo.

Ao longo desta pesquisa nos propusemos a estudar as marcas de autoria presentes no gênero editorial de revista e compará-las ao gênero editorial de jornal. Na parte subsequente deste trabalho apresentamos a análise detalhada de cada texto escolhido, seguindo definições explicitadas anteriormente. Porém, torna-se necessário neste momento situar o gênero editorial de revista em relação às marcas que nele detectamos como autorais.

O editorial de revista apresenta traços comuns em relação ao uso das marcas autorais definidas como categorias neste trabalho, porém, ao analisarmos as duas revistas selecionadas, foi possível perceber que os editoriais da revista *Época* apresentam uma maior preocupação com o leitor e uma necessidade de explicitar o que será trabalhado ao longo da edição, sempre evidenciando o trabalho da equipe

de colaboradores da revista e exaltando de forma direta a visão da instituição sobre o assunto abordado.

Já em relação aos editoriais da revista *Isto É* ressaltamos sua aparente tendência de imparcialidade. Isto significa dizer que nesta revista os editoriais são apresentados como a expressão de uma instituição sobre um assunto presente na mídia, sem transparecer de forma direta a necessidade de se relacionar com seu leitor ou de explorar assuntos de forma mais subjetiva, com presença marcada de um “eu” discursivo, subjetivo. As marcas encontradas nos sugerem um texto um pouco mais imparcial, ou seja, há uma tendência de colocação do autor de forma mais discreta, talvez por isso haja uma maior utilização de modalizadores que se relacionam com a opinião do autor, mas também dão ao texto uma aparência mais imparcial.

TEXTO 3

DE ONDE VÊM OS BONS CONSELHOS

A palavra "conselho" vem do latim. Consilium era, para os romanos, um local público de assembléia, discussão e deliberação - e até hoje o substantivo guarda também esse sentido em português. Mas, com o tempo, conselho adquiriu outro significado, hoje mais usado: recomendação ou sugestão. Conselho é algo que damos a quem queremos bem ou algo que buscamos nos momentos em que temos de tomar decisões difíceis. O ato de aconselhar exige confiança. E a posição de conselheiro está historicamente associada à sabedoria e à reputação. Os conselhos podem cair no vazio, é verdade. Mas, dados em momentos certos, podem transformar a vida. Apesar de transmitidos em momentos de intimidade, eles sempre podem ser úteis aos outros.

Nesta edição, resolvemos prestar um serviço a você: perguntar a 21 personalidades brasileiras, das áreas mais diversas, quais foram os melhores conselhos que elas receberam na vida. Coube à repórter especial Kátia Mello selecionar um painel que representasse a diversidade de idéias e histórias pessoais de sucesso no Brasil e coordenar a apuração de todos os depoimentos. Entre os selecionados, há gente do mundo da política (os presidentiáveis José Serra, Dilma Rousseff e Marina Silva), dos negócios (os empresários Eike Batista e Roger

Agnelli), das artes (como o escritor Paulo Coelho, os atores Juliana Paes e Lázaro Ramos, o violoncelista Antônio Meneses e o artista plástico Vik Muniz), da moda (como a modelo Gisele Bündchen e o estilista Alexandre Herchcovitch), do esporte (como o campeão olímpico Lars Grael e o piloto Felipe Massa), da ciência (o astrofísico Marcelo Gleiser) e de outros ramos de atividade. Procuramos, com nossa escolha, contemplar todo tipo de gente, todo tipo de sucesso.

Dos depoimentos é possível depreender algo comum: os melhores conselhos são dados em geral nos momentos de desprendimento. Mas, surpreendentemente, as personalidades não escondem que receberam bons conselhos de gente que se beneficiaria do seu efeito. Ninguém, portanto, parece dar bons conselhos de graça. Isso não significa que eles não possam ter um efeito positivo em quem os recebe. Os interessados também podem ser bons conselheiros. E isso tem sido verdade desde os tempos do Consilium romano.

O que os bons conselhos parecem traduzir, acima de tudo, é a força das relações de confiança. É a noção de que o bem dos outros pode fazer bem para nós todos. É justamente esse o espírito da reportagem de Kátia. E é o espírito com que procuramos cultivar a relação de confiança que temos com você e com que procuramos praticar nosso jornalismo.

ÉPOCA, 19 de outubro de 2009

Marcas linguísticas	Fragmentos do texto	Número de ocorrências
Advérbios modalizadores	“surpreendentemente”(linha 25)	1
Marcas de primeira pessoa	“damos” (linha 5) “queremos” (linha 5) “buscamos” (linha 5) “temos” (linha 5 e 34) “resolvemos” (linha 11) “procuramos” (linhas 22, 34 e 35) “nós” (linha 32,36) “nosso” (linha 35)	12
Verbos auxiliares modais	“podem cair” (linha 8)	1

QUADRO 4: Ocorrências das marcas autorais no texto 3

Este editorial apresenta questões relativas à prática de dar e receber conselhos, presente em nossa sociedade, evidenciando a relação de confiança que é estabelecida entre as pessoas que trocam sugestões e recomendações sobre suas vidas.

Por esta edição da revista se propõe a falar sobre bons conselhos, o editorial é apresentado como se fosse um índice do que será abordado no decorrer da revista, por isso há uma espécie de síntese do que será encontrado na matéria de destaque da edição.

O texto é apresentado como um serviço que será prestado ao leitor, uma vez que serão coletadas informações sobre os bons conselhos recebidos por celebridades de diversas áreas, o que, segundo o texto, pode servir de ajuda para o leitor que se identificar com as situações relatadas.

Após a coleta e a seleção dos melhores conselhos, a revista se propõe a apresentar conclusões sobre o que foi apurado, o que faz com que se chegue, aparentemente, à conclusão de que os bons conselhos foram dados em momentos de desprendimento ou dificuldade.

Ex. 31: Os conselhos **podem cair** no vazio, é verdade.

Neste exemplo é possível perceber que há uma tentativa do autor em deixar claro que o que está sendo dito não pode ser visto como uma verdade absoluta, mas sim como algo possível de acontecer. Normalmente, os modalizadores são utilizados com este fim, mostrar ao leitor que há possibilidades distintas em relação ao que está sendo dito e, por isso, não é comum um autor assumir sua verdade e ignorar as demais possibilidades, principalmente por estarmos lidando com textos jornalísticos, com amplo alcance e com diversidade de público leitor.

Ex.32: Mas, **surpreendentemente**, as personalidades não escondem que receberam bons conselhos de gente que se beneficiaria do seu efeito.

O exemplo 32 parece demonstrar uma expressão da opinião do autor, que não esperava que as celebridades assumissem que receberam bons conselhos de pessoas que poderiam se beneficiar de seus efeitos. Trata-se, portanto, de um advérbio utilizado como modalizador discursivo, representando, por isso, uma impressão do autor em relação ao que foi dito.

Ex. 33: Conselho é algo que **damos** a quem **queremos** bem ou algo que **buscamos** nos momentos em que **temos** de tomar decisões difíceis

A partir deste fragmento (ex. 33) observamos que esse editorial é extremamente marcado pela subjetividade explícita, ou seja, há, ao longo do texto, marcas diretas da presença de um “eu” discursivo, que se coloca no texto representando, nesse caso específico, tanto o autor quanto a revista.

Ao longo do texto percebemos, ainda, outras marcas desse “eu” posto diretamente no discurso, como podemos notar nos exemplos a seguir.

Ex. 34: Nesta edição, **resolvemos** prestar um serviço a **você**: perguntar a 21 personalidades brasileiras, das áreas mais diversas, quais foram os melhores conselhos que elas receberam na vida.

Ex. 35: É a noção de que o bem dos outros pode fazer bem para **nós** todos.

Ex. 36: E é o espírito com que **procuramos** cultivar a relação de confiança que **temos** com **você** e com que **procuramos** praticar **nosso** jornalismo.

Nos exemplos 34 e 36, além das marcas de subjetividade do autor, podemos perceber a utilização do pronome “você”, o que parece demonstrar a preocupação da revista em manter um diálogo com seu leitor. Tal utilização pode ser vista como uma preocupação do corpo editorial com seu público-leitor, como uma necessidade de demonstrar ao interlocutor que a edição é sempre pensada em função do leitor e com a intenção de agradá-lo e ajudá-lo em seu cotidiano.

TEXTO 4

O DESAFIO DE DERROTAR A VIOLÊNCIA

Quando o Rio de Janeiro foi selecionado como sede das Olimpíadas de 2016, todos ficamos felizes. E era até inevitável que, no clima de celebração que se
 40 sucedeu, o país fosse tomado por um certo ufanismo. Na semana passada, porém, uma onda de notícias trágicas se abateu sobre a cidade. De um helicóptero abatido pelo tráfico ao inacreditável furto dos tênis de um cadáver - cometido por um policial -, os sinais da violência não pararam um só dia.

Nossa sucursal do Rio, comandada pela jornalista Ruth de Aquino, foi
 45 mobilizada imediatamente para cobrir os conflitos. Ruth fez durante a semana duas entrevistas cruciais para entender as raízes da questão, ambas publicadas em epoca.com.br. Na primeira, o secretário fluminense da Segurança, José Mariano Beltrame, afirmava que a queda do helicóptero deveria ser "o 11 de setembro" no combate à violência. Na segunda entrevista, o governador Sérgio Cabral chamava
 50 de "vagabundos" os policiais que furtaram o tênis do cadáver do coordenador da ONG AfroReggae assassinado no centro do Rio.

Para derrotar a violência, contudo, será necessário fazer mais que proferir
 palavras de indignação. Trata-se de um problema que afeta não apenas o Rio, mas
 55 todas as grandes cidades brasileiras. Ele envolve basicamente três fatores: a leniência de nossa legislação penal com os criminosos, um sistema carcerário

superlotado e deficiente e a ausência do Estado onde sua presença é necessária (em outras palavras, em vez de termos uma polícia corrupta, precisaríamos de uma polícia eficaz). Nesta edição, a equipe comandada por Ruth faz um relato dos acontecimentos da semana e discute as soluções para o problema da violência urbana e do narcotráfico.

Nossa investigação revela como é importante não nos deixarmos contaminar pelo pessimismo e pelo desespero nessas horas. É verdade que a segurança parece um problema intratável, complicado e aparentemente insolúvel. Mas o Brasil já foi capaz de enfrentar questões extremamente complexas. Depois de décadas de planos econômicos mirabolantes, conseguimos derrotar a inflação - e, hoje, a economia brasileira, em que pesem todos os problemas que persistem, é vista como um exemplo em todo o mundo. Quem disse que é impossível derrotar a violência? Basta que as autoridades em todos os níveis - inclusive federal - encarem o desafio com a seriedade que ele merece, em vez de se preocupar com o impacto negativo que sua ação poderá ter nas urnas. Um bom começo é ler a reportagem da página 56 e acompanhar nossa cobertura em epoca.com.br.

ÉPOCA, 26 de outubro de 2009

Marcas linguísticas	Fragmentos do texto	Número de ocorrências
Advérbios modalizadores	“basicamente”(linha 17)	1
Marcas de primeira pessoa	“ficamos” (linha 2) “nossa” (linhas 7, 18, 24, e 34) “deixarmos” (linha 24) “conseguimos” (linha 28)	7
Sentenças interrogativas	“Quem disse que é impossível derrotar a violência?” (linha 30)	1

QUADRO 5: Ocorrências das marcas autorais no texto 4

Este editorial evidencia a felicidade dos cariocas no momento em que a cidade foi escolhida como sede das Olimpíadas de 2016, porém, em oposição à euforia, apresenta acontecimentos trágicos que se abateram sobre a cidade. Dentre estes acontecimentos destacam-se a queda de um helicóptero da polícia, abatido por traficantes, e o furto dos tênis de um cadáver, cometido por um policial.

A partir dos relatos trágicos ocorridos no Rio de Janeiro, o texto é organizado na tentativa de buscar esclarecimentos sobre os casos ocorridos na cidade, a fim de trazer para o leitor dados relevantes para o entendimento da situação da cidade.

Para isso, os responsáveis da sucursal do Rio, buscaram entrevistar o secretário estadual de segurança, José Mariano Beltrame, e o governador Sérgio Cabral.

Com base nos dados coletados pela equipe da revista *Época* busca-se, no texto, apresentar sugestões para que o problema da violência no Rio de Janeiro seja resolvido. Essa busca por possíveis soluções é explorada em um texto que apresenta a utilização de marcas de 1ª pessoa do discurso, como podemos notar nos exemplos 37 e 38.

Ex. 37: **Nossa** sucursal do Rio, comandada pela jornalista Ruth de Aquino, foi mobilizada imediatamente para cobrir os conflitos.

Ex. 38: **Nossa** investigação revela como é importante não nos **deixarmos** contaminar pelo pessimismo e pelo desespero nessas horas.

Estes dois exemplos evidenciam a presença de um enunciador marcadamente colocado no texto. Trata-se da colocação direta da equipe de editores da revista em relação à abordagem dos fatos.

No exemplo 38 podemos destacar, ainda, o uso do verbo “deixarmos” que indica que o autor se enquadra no grupo de pessoas que não podem se deixar contaminar pelo pessimismo e pelo desespero em momentos de violência extrema.

Ex.39: Ele envolve **basicamente** três fatores: a leniência de nossa legislação penal com os criminosos, um sistema carcerário superlotado e deficiente e a ausência do Estado onde sua presença é necessária (em outras palavras, em vez de termos uma polícia corrupta, precisaríamos de uma polícia eficaz).

Este advérbio utilizado pode representar que o conteúdo apresentado é visto como algo em que o falante acredita, é uma crença, uma suposição em relação à proposição. O enunciador, nesse caso, acredita que são três os fatores que interferem na questão da violência nas grandes cidades e, por isso, utilizou para demonstrar tal crença, um advérbio modalizador epistêmico quase asseverativo. Chamamos de quase asseverativos os modalizadores que transmitem a ideia de suposição, de incerteza em relação à proposição.

Ex. 40: Quem disse que é impossível derrotar a violência?

Neste exemplo percebemos a utilização de uma sentença interrogativa que parece indicar uma tentativa de fazer o leitor refletir sobre o que foi dito até o momento no texto e se preparar para o que será abordado posteriormente. Após a pergunta, utilizada como uma pausa para reflexão, inicia-se uma tentativa de enumeração de sugestões para que o problema da violência seja resolvido na cidade do Rio de Janeiro.

Este recurso linguístico, portanto, indica uma participação direta do autor que tenta manter com seu leitor uma relação mais próxima, esperando que ele perceba que sua participação é essencial para o entendimento do que está sendo dito.

TEXTO 5

OS EFEITOS DA CHUVA

5 Era um dos lugares mais lindos da ilha, tinha uma prainha particular para as crianças e nós mergulhamos com tartarugas e peixes", disse Flávio Larini, um dos quatro sobreviventes de um grupo de 17 pessoas que alugou uma casa na Ilha Grande, em Angra dos Reis, Litoral Sul do Rio de Janeiro. Não é apenas um dos lugares mais bonitos da ilha, é um dos mais lindos do mundo. Estive ali, bem perto, apenas uma semana antes de Flávio, com minha família e outras duas famílias de amigos. Já me considerava uma pessoa de sorte apenas por ter passado o feriado de Natal em Ilha Grande. Na semana seguinte, passaria a me considerar ainda mais sortudo, por não ter estado ali por mais tempo.

10 Tragédias, dos mais variados tipos, acontecem em todo lugar. Mas algumas são mais recorrentes do que seria razoável esperar. Não há tecnologia para evitar as chuvas torrenciais (distribuí-las um pouco melhor seria o ideal). Mas deve haver modos de tirar as pessoas do caminho do desastre. Relatar toda a dimensão humana da catástrofe, e apontar o que se deve fazer para diminuir seu impacto, é o que fazemos nesta edição, num trabalho primoroso dos jornalistas Felipe Varanda (fotos), Rafael Pereira, Rodrigo Turrer, Juliana Arini, Aline Ribeiro, Martha Mendonça, Alexandre Mansur, Celso Masson e Ruth de Aquino. Os infográficos são de Marco Vergotti, Nilson Cardoso e Gerson Mora. As soluções não são simples. Envolvem impedir a ocupação - tanto de ricos como de pobres - de áreas de risco, tarefa das mais difíceis. Envolvem, ainda, dispor de um sistema eficiente de alerta para a iminência de desmoronamentos e rever licenças de construções erguidas em uma época em que a Lei Ambiental não era tão severa. Envolvem obras como contenção de encostas e barragens, que não aparecem para o eleitor - e aparecem tanto menos quanto mais eficientes forem. Envolvem também, é claro, a atuação consciente de cada cidadão. São dificuldades enormes. Mas a repercussão do drama de gente como Flávio Larini vai, sim, levar a alguma ação. E não é demais

esperar que tanto governos como cidadãos estejam mais bem preparados para as próximas chuvas.

ÉPOCA, 11/01/2010

Marcas linguísticas	Fragmentos do texto	Número de ocorrências
Adjetivos modalizadores	“claro” (linha 24)	1
Marcas de primeira pessoa	“estive” (linha 5) “minha” (linha 6) “fazemos (linha 15)	3

QUADRO 6: Ocorrências das marcas autorais no texto 5

Este texto relata a ocorrência de tragédias naturais, em especial a ocorrida em Angra dos Reis, derivada do excesso de chuvas na região. Além de trazer relatos sobre o ocorrido, este editorial apresenta questionamentos acerca do que seria possível fazer para que houvesse uma forma de retirar as pessoas da região mediante uma ameaça de desastre natural.

O editorial é apresentado como fruto de uma pesquisa feita pelos jornalistas Felipe Varanda, Rafael Pereira, Rodrigo Turrer, Juliana Arini, Aline Ribeiro, Martha Mendonça, Alexandre Mansur, Celso Masson e Ruth de Aquino com a intenção de buscar maneiras para que seja possível diminuir o impacto de tragédias que nem sempre podem ser evitadas ou previstas.

Para conseguir o que se pretende demonstrar neste editorial, o autor faz uso de marcas de 1ª pessoa, que demonstram sua presença direta no discurso. Tal presença também pode ser justificada pelo fato de o texto ser apresentado, inicialmente, como um relato de uma viagem feita pelo autor, dias antes da tragédia, ao lugar em que tudo aconteceu.

Ex. 41: **Estive** ali, bem perto, apenas uma semana antes de Flávio, com **minha** família e outras duas famílias de amigos. Já **me** considerava uma pessoa de sorte apenas por ter passado o feriado de Natal em Ilha Grande.

Além de marcar a presença do autor do texto, conforme notamos no exemplo 41, as marcas de 1ª pessoa também são relacionadas ao corpo editorial da revista *Época*, por isso eles são citados ao longo de todo o texto.

Ex. 42: Relatar toda a dimensão humana da catástrofe, e apontar o que se deve fazer para diminuir seu impacto, é o que **fazemos** nesta edição, num trabalho primoroso dos jornalistas Felipe Varanda (fotos), Rafael Pereira, Rodrigo Turrer, Juliana Arini, Aline Ribeiro, Martha Mendonça, Alexandre Mansur, Celso Masson e Ruth de Aquino. Os infográficos são de Marco Vergotti, Nilson Cardoso e Gerson Mora.

Neste exemplo fica evidente que o autor se inclui no grupo editorial da revista, mas faz questão de mostrar quem são os outros colaboradores que fizeram parte da elaboração do que ele chama de trabalho primoroso desta edição.

Ex. 43: Envolvem obras como contenção de encostas e barragens, que não aparecem para o eleitor - e aparecem tanto menos quanto mais eficientes forem. Envolvem também, é **claro**, a atuação consciente de cada cidadão.

O exemplo 43 nos demonstra a percepção do autor em relação ao que está sendo dito. Trata-se de um adjetivo modalizador epistêmico asseverativo, que nos indica que o autor acredita no que está apresentando. Para ele não há dúvidas de que é essencial a atuação consciente de cada cidadão.

A seguir serão analisados os editoriais da revista *Isto É*, seguindo o mesmo modelo do que foi feito com os editoriais da revista *Época*.

TEXTO 6**POR QUE ATOS SECRETOS NO SENADO?**

Um labirinto, de decisões questionáveis (que ninguém sabe, ninguém viu), tomadas na calada de boletins reservados, armou-se no Parlamento. Essencialmente definido como a casa do povo, comandado por aqueles democraticamente eleitos pelo voto direto - e que deveriam, antes de tudo, zelar pela transparência absoluta de suas decisões -, o Senado brasileiro revisita as entranhas e mostra mau funcionamento. O Senado hoje vive de discutir a si próprio e deixou de lado as tarefas inerentes à sua operação, qual seja: votar projetos de relevância nacional, acelerar a pauta de questões essenciais ao País e legislar em nome dos cidadãos. O Senado se perde ao priorizar seus próprios interesses, em prejuízo daqueles voltados à Nação. Nos atos secretos somaram-se mais de 650 determinações, muitas das quais são hoje alvo de críticas abertas por configurarem práticas deploráveis de apadrinhamento, nepotismo e outras mazelas tão lamentavelmente usuais por esses dias naquela casa. O presidente José Sarney, no olho do furacão, questionado por ser ele próprio protagonista de alguns desses atos, grita que a crise não é dele, mas do Senado como um todo. A questão essencial é o porquê de tantos atos secretos. Como eles nasceram e movidos por quais objetivos? É tamanho o número de confusões nas quais o Senado se meteu que seu prestígio desce ladeira abaixo dia a dia. Até que ponto? Sarney pediu, da tribuna, sugestões. Uma avalanche delas foi colocada em suas mãos apenas um dia depois. Muitas das quais, caso adotadas, extremamente relevantes para uma mudança de conduta na direção de um Parlamento mais moderno e em sintonia com os anseios dos eleitores. Há de se caminhar com esse objetivo. O padrão de política esperado não se resume a uma mera troca de chumbo partidária ou a uma lavagem de roupa suja sem fim. Muitos dos chamados políticos éticos tiveram sua fama maculada, seja pelo pecado da omissão, seja pelo flagrante da violação de decoro. A eles não cabem defesas generalistas como a lançada pelo presidente Lula, que, em mais um devaneio verborrágico, disse que o senador José Sarney "não pode ser tratado como uma pessoa comum". Aos olhos da lei, a igualdade no julgamento é um princípio inexorável.

Marcas linguísticas	Fragmentos do texto	Número de ocorrências
Adjetivos modalizadores	“inexorável” (linha 29)	1
Advérbios modalizadores	“essencialmente” (linha 2) “lamentavelmente” (linha 12) “extremamente” (linha 20)	3
Sentenças interrogativas	“Como eles nasceram e movidos por quais objetivos?” (linha 16) “Até que ponto?” (linha 18)	2
Verbos auxiliares modais	“Há de se caminhar” (linha 22)	1

QUADRO 7: Ocorrências das marcas autorais no texto 6

Ao longo de todo o texto percebemos uma crítica severa às decisões e atitudes do Senado, que são julgadas como questionáveis. Tais ações são relatadas com o intuito de apresentar os problemas ocorridos em um lugar destinado a resolver questões a favor do país e que acaba sendo apenas um lugar para resolver e discutir questões internas relativas ao mau funcionamento do Senado, como podemos notar por meio dos exemplos seguintes.

Ex. 44: Um labirinto, de decisões questionáveis (que ninguém sabe, ninguém viu), tomadas na calada de boletins reservados, armou-se no Parlamento.

Ex. 45: O Senado hoje vive de discutir a si próprio e deixou de lado as tarefas inerentes à sua operação, qual seja: votar projetos de relevância nacional, acelerar a pauta de questões essenciais ao País e legislar em nome dos cidadãos.

Na linha 29 há o uso de um adjetivo epistêmico asseverativo que demonstra a certeza do autor em relação à proposição, ou seja, o autor utiliza o adjetivo, que

significa algo que não se deixa mover ou dobrar a rogos ou súplicas, para qualificar a igualdade no julgamento, defendida como algo indiscutível pelo autor.

Ex. 46: Aos olhos da lei, a igualdade no julgamento é um princípio **inexorável**.

A utilização destes adjetivos usados como modalizadores indicam a posição do autor, marcadamente colocada no texto e podem ser utilizados para demonstrar certeza em relação ao que está sendo dito, como é o caso do exemplo 46, mas também podem indicar dúvidas (epistêmicos quase asseverativos) ou apenas uma impressão individual sobre um determinado acontecimento (modalizador discursivo).

O uso dos advérbios também pode desempenhar esta função de modalizador, como podemos notar nos exemplos a seguir.

Ex. 47: **Essencialmente** definido como a casa do povo, comandado por aqueles democraticamente eleitos pelo voto direto - e que deveriam, antes de tudo, zelar pela transparência absoluta de suas decisões -, o Senado brasileiro revisita as entranhas e mostra mau funcionamento.

Ex.48: Nos atos secretos somaram-se mais de 650 determinações, muitas das quais são hoje alvo de críticas abertas por configurarem práticas deploráveis de apadrinhamento, nepotismo e outras mazelas tão **lamentavelmente** usuais por esses dias naquela casa.

Ex. 49: Uma avalanche delas foi colocada em suas mãos apenas um dia depois. Muitas das quais, caso adotadas, **extremamente** relevantes para uma mudança de conduta na direção de um Parlamento mais moderno e em sintonia com os anseios dos eleitores.

No exemplo 47 é possível perceber a utilização do advérbio como um modalizador, ou seja, como um termo que indica a visão do autor sobre o que está sendo apresentado. Neste caso trata-se de um modalizador discursivo, pois indica apenas a visão do autor sobre o assunto e não demonstra uma certeza plena sobre a proposição.

No exemplo 48 também percebemos a presença de um modalizador discursivo, pois o advérbio “lamentavelmente” está sendo utilizado como uma expressão de decepção do autor em relação aos acontecimentos ocorridos frequentemente no Senado brasileiro.

Em 49 também percebemos a presença de um modalizador discursivo, porém, neste caso, não há uma lamentação sobre o citado, mas sim uma tentativa de exaltar sua expectativa sobre as sugestões dadas para a implementação de um parlamento mais moderno, que atenderia aos anseios dos eleitores.

Ex. 50: Como eles nasceram e movidos por quais objetivos?

Neste exemplo é possível perceber que o autor utiliza uma sentença interrogativa a fim de tentar fazer com que seja feita uma reflexão sobre o surgimento de inúmeros atos secretos no Senado brasileiro. Tal sentença parece estar direcionada ao leitor, com o intuito de fazê-lo, como eleitor que é, pensar sobre o que anda acontecendo em nosso parlamento.

Ex.51: Até que ponto?

No exemplo 51 a sentença interrogativa parece indicar mais um desabafo do autor em relação ao rumo que o Senado está tomando, mas este desabafo pode também estar relacionado ao leitor, como se este fosse um cúmplice em relação ao que está sendo exposto, uma vez que o público-leitor ao qual a revista se destina é de brasileiros, que devem, assim como o autor, estar indignados com os desmandos dos políticos.

Ex. 52: **Há de se caminhar** com esse objetivo. O padrão de política esperado não se resume a uma mera troca de chumbo partidária ou a uma lavagem de roupa suja sem fim.

Neste fragmento a expressão “há de se caminhar” é utilizada no sentido de demonstrar ao leitor do texto que o autor está indicando um caminho possível para que as coisas melhorem. Trata-se da utilização de uma expressão verbal modalizadora, pois

está relacionada à visão do autor sobre o que precisa ser feito para melhorar o Senado brasileiro.

TEXTO 7

COPENHAGUE DERRETEU

O mundo decidiu adiar em mais um ano o compromisso de controle das emissões de gases causadores do efeito estufa na atmosfera. Adiaram o inadiável. A ideia de retardar o acordo veio justamente dos EUA e da China, nações que estão entre as mais poluidoras do planeta. O argumento das duas: ainda não estão em condições de assumir metas de redução. Aham prematuro fechar um número
5 seguro em poucas semanas para apresentar na Conferência do Clima que acontece em Copenhague, no mês de dezembro. Ficou então definido um prazo maior, até o final de 2010, quando efetivamente sairia o tratado com força de lei para combater o aquecimento global. Nesse campo do aquecimento, a situação já é de calamidade.
10 Nenhum país minimamente informado tem como negar. As mudanças do clima e a desordem nas estações - tempestades de chuva, neve e granizo fora de hora, enchentes, furacões e tornados com força incomum - avançam em cadência acelerada. As grandes catástrofes naturais viraram corriqueiras e Copenhague apresentava-se como passo definitivo para virar o rumo desse processo. Pelo
15 acertado na semana passada entre EUA e China, com a chancela de outros 18 países participantes do Fórum de Cooperação Econômica Ásia-Pacífico, Copenhague vai agora se resumir a passo preliminar, com uma declaração de intenções dos participantes sobre o controle dos gases jogados na atmosfera. Não haverá metas compulsórias, em especial por parte das maiores potências. A questão
20 em jogo é puramente de ordem econômica e política. Por um lado, países temem comprometer o desenvolvimento de seus mercados. Por outro, esbarram em resistências internas, de empresários a parlamentares/lobistas. Nos EUA, o Congresso impôs uma trava consistente nesse aspecto. Mesmo o projeto de corte de meros 17% sobre o nível atual de emissões, já enviado pela Casa Branca, foi
25 barrado na saída. Por convicção, o líder do mundo livre, Barack Obama, manifestou seu interesse em resolver o problema, mas precisa de um apoio político que não tem. No retrato do momento, o Brasil está se saindo melhor. Projetou-se na van-

guarda da discussão ao estabelecer um generoso percentual de redução de emissões - de 36,1% a 38,9% - para o período de 2010 a 2020. Ainda não definiu exatamente como, em que prazo e a que custo irá cumprir esse objetivo. Mas surpreendeu economias desenvolvidas com uma meta concreta e pode se converter em líder do movimento de proteção ao planeta. O presidente Lula quer mais. Está comandando uma reação para salvar Copenhague a partir de uma aliança que começou a costurar em sua passagem na semana passada pela Europa. França, Inglaterra e Itália, além de países da África e de uma parte da Ásia, todos sensíveis ao temor de que a demora pode provocar um cenário irreversível, pretendem assinar um manifesto, a ser lido por Lula, pedindo urgência nas medidas. Parece miopia ou insensibilidade o descaso com que as grandes nações poluidoras tratam o tema. Se seguirem assim, vão ter que pagar um preço caro demais lá na frente.

40

ISTO É, 25/11/2009

Marcas linguísticas	Fragmentos do texto	Número de ocorrências
Adjetivos modalizadores	“irreversível” (linha 36)	1
Advérbios modalizadores	“efetivamente” (linha 8) “minimamente” (linha 10) “puramente” (linha 20) “exatamente” (linha 30)	4
Expressões anguladoras	“Por um lado” (linha 20) “Por outro” (linha 21)	2
Verbos auxiliares modais	“pode provocar” (linha 36)	1

QUADRO 8: Ocorrências das marcas autorais no texto 7

O editorial apresenta questões relativas à Conferência do Clima que aconteceu em Copenhague, evidenciando o descaso dos países mais poluidores em resolver ou ao menos tentar minimizar os problemas relacionados à poluição. Há, ainda, uma preocupação em evidenciar a participação do Brasil, que saiu na frente dos demais países estabelecendo metas para a redução de emissão de poluentes.

Pela falta de tempo em organizar o tratado com as definições das medidas de combate contra o aquecimento global, ficou definido um prazo maior, até o final de 2010, para que saísse este tratado com força de lei. A elaboração deste tratado apresenta-se como um passo definitivo, segundo o texto, para que se mude o rumo do processo climático, cada vez mais caótico devido ao excesso de poluição.

Todo o peso do assunto tratado, mudanças climáticas decorrentes do excesso de poluição, considerado um dos maiores problemas atuais é trabalhado ao longo do texto de forma a guiar o leitor para a compreensão da gravidade do que está sendo abordado.

Para isso, o autor se utiliza de recursos linguísticos que demarcam sua presença e sua visão sobre as questões levantadas no texto. Os recursos utilizados são o uso de adjetivos e advérbios modalizadores, bem como o de expressões verbais modais, além da presença de expressões anguladoras, que determinariam diretamente o caminho indicado pelo autor para o leitor refletir sobre os questionamentos levantados.

Ex. 53: França, Inglaterra e Itália, além de países da África e de uma parte da Ásia, todos sensíveis ao temor de que a demora pode provocar um cenário **irreversível**, pretendem assinar um manifesto, a ser lido por Lula, pedindo urgência nas medidas.

Este exemplo nos demonstra que o autor concorda com a visão de que o cenário pode tornar-se irreversível em caso de demora na decisão em respeito às responsabilidades de cada país em relação à poluição. O uso do adjetivo pode ser considerado modalizador epistêmico asseverativo por ser apresentado como algo inquestionável pelo autor.

Ex. 54: Nesse campo do aquecimento, a situação já é de calamidade. Nenhum país **minimamente** informado tem como negar.

Ao utilizar o advérbio “minimamente” o autor aparenta uma tentativa de expressar sua visão sobre o conhecimento de todos os países em relação à situação de calamidade em que se encontra o clima. Trata-se, portanto, de um advérbio utilizado como um modalizador discursivo, cujo uso parece estar voltado para o fato

de deixar claro que ninguém pode questionar sua afirmação de que nenhum país pode alegar desconhecimento em relação às situações do clima.

Ex. 55: A questão em jogo é **puramente** de ordem econômica e política.

No exemplo 55 a opinião do autor se evidencia pelo uso de outro advérbio modalizador discursivo, que nos permite verificar que o autor acredita que tudo o que está relacionado aos problemas de aquecimento e as medidas que precisam ser tomadas para que se possa amenizar tal situação gira em torno, somente, de questões econômicas e políticas. Trata-se da visão do autor sobre o assunto e, por isso, o advérbio é considerado um modalizador discursivo.

Neste editorial percebemos que o autor, a todo o momento, parece transmitir aos seus leitores como ele vê a situação, tentando fazer com que eles acompanhem seu raciocínio e concordem com sua opinião, neste caso, representada pela opinião da revista *Isto É*. Uma das formas utilizadas para guiar o leitor pela sua linha de reflexão é a utilização de expressões anguladoras, que funcionam como indicativas de um caminho específico que deve ser seguido para o entendimento da situação abordada.

Ex. 56: **Por um lado**, países temem comprometer o desenvolvimento de seus mercados.

Ex. 57: **Por outro**, esbarram em resistências internas, de empresários a parlamentares/lobistas.

Nestes dois exemplos percebemos que as expressões anguladoras assumem um papel de organizadoras em relação aos dois pólos apresentados. “Por um lado” indica o temor que os países sentem em frear a poluição e isso prejudicar a produção e, conseqüentemente, seu mercado. Já a expressão “por outro” indica que seguimos com o mesmo problema – o impasse em relação às mudanças necessárias para o controle dos prejuízos ao clima, ou seja, mesmo que sejam

mostrados, teoricamente, dois lados sobre o assunto, esbarramos no mesmo problema.

Ex. 58: França, Inglaterra e Itália, além de países da África e de uma parte da Ásia, todos sensíveis ao temor de que a demora **pode provocar** um cenário irreversível, pretendem assinar um manifesto, a ser lido por Lula, pedindo urgência nas medidas.

O uso da locução verbal “pode provocar” nos remete a uma tentativa de amenizar o que está sendo dito, como se fosse uma saída para não usar um discurso taxativo, passível de questionamentos. Mostra-nos, na verdade, a posição do autor como produtor de sentidos dentro de seu texto, optando por utilizar este tipo de expressão a fim de evitar posteriores problemas por uma sentença mal formulada.

Vale ressaltar, que neste texto, as marcas de autoria estão mais voltadas para a tentativa de indicar ao leitor um caminho para perceber a opinião da instituição em relação ao que ficou decidido em Copenhague. Em nenhum momento há uma declaração direta do autor sobre os acontecimentos, o que se percebe, na verdade, é uma tentativa de fazer o leitor perceber o que está sendo evidenciado.

TEXTO 8

A FORÇA DE DILMA

A ministra Dilma Rousseff nasceu como candidata-rolha à sucessão de Lula na Presidência da República. Era um nome-tampão para evitar a antecipação do debate eleitoral, para barrar a ocupação do espaço pela oposição e para estancar a luta sangüinária que se precipitava dentro do PT por uma opção de seus quadros. O capital de popularidade emprestado pelo presidente Lula, os resultados do PAG e a natural visibilidade que sua figura ganhou na mídia a partir da presença constante em eventos oficiais converteram Dilma numa candidata de fato. Vencido esse primeiro desafio de sacramentar seu nome, ela começou a encarar uma nova e gigantesca tarefa pela frente: a sua transformação numa espécie de Lula de saias, à imagem e semelhança do mestre. Para tanto, a batalha estava a exigir um conjunto de aptidões nada fácil de incorporar. Entre elas, saber falar com o povo dizendo o

que ele quer ouvir, ser mais simpática e estar pronta para um tête-à-tête sagaz com adversários. Conseguiu? Ainda não. Como Lula de saias, Dilma não chega à bainha. Mas já dá para fazer bonito. As últimas pesquisas sinalizam um avanço rápido e consistente da ministra-candidata. A julgar pelo resultado, parece que a população avaliou que a doença de alguma forma humanizou a ministra, mudou sua postura e afastou dela aquela imagem preconcebida da mulher fria e inabalável. Ponto a favor de seu intento. Os eleitores se identificaram com a nova Dilma, seja por sua disposição para encarar de frente os reveses da vida, seja por mera comoção e solidariedade, seja até pelo figurino novo, mais feminino, que adotou nos últimos tempos. O fato é que muitos eleitores compraram o nome da ministra e essa alavancagem na sua candidatura trouxe efeitos colaterais na oposição, que está se sacudindo como pode. O natural candidato tucano, José Serra - de saída, seu maior adversário, ainda líder na corrida presidencial -, está diante de um dilema. Seus aliados estimam que ele tenha oito anos de vida política pela frente. Poderá gastar quatro com uma reeleição garantida para governador e levar o título de maior alcaide do Estado de São Paulo - afinal, tem diante dele mais de R\$ 20 bilhões em caixa e um fantástico calendário de obras a tocar que inclui três viadutos, quatro pontes e 23 quilômetros de pista das marginais. Se cumprida a promessa que lançou, fará história. A alternativa é jogar fora esse capital pelo seu sonho antigo de virar presidente. Mas a sombra de Dilma começa a assustá-lo - senão nas noites de insônia, ao menos nos dias de campanha.

ISTO É, 10/06/2009

Marcas linguísticas	Fragmentos do texto	Número de ocorrências
Expressões anguladoras	“a julgar pelo resultado” (linha 15) “numa espécie de” (linha 9)	2
Verbos auxiliares modais	“dá para fazer” (linha 14) “parece” (linha 15)	2

QUADRO 9: Ocorrências das marcas autorais no texto 8

Este editorial apresenta discussões acerca da candidata petista à presidência, Dilma Rousseff, estabelecendo como sua candidatura foi baseada na intenção de torná-la semelhante ao Lula, seu mestre.

Para que esta semelhança seja atingida, o autor do texto apresenta algumas mudanças que seriam necessárias, como saber falar com o povo dizendo o que ele quer ouvir, ser mais simpática e estar pronta para um tête-à-tête sagaz com adversários. O autor considera, ainda, que a candidata não conseguiu se assemelhar ao seu mestre, mas que tem pontos a favor para conseguir vantagens na disputa presidencial.

Para lidar com esta questão o autor se utiliza de expressões que indicam diretamente seu posicionamento, como é o caso da expressão anguladora, presente na linha 9 que enquadra a candidata num tipo de Lula de saias, como se este fosse um tipo de candidato a ser procurado para a sucessão presidencial.

Ex. 59: Vencido esse primeiro desafio de sacramentar seu nome, ela começou a encarar uma nova e gigantesca tarefa pela frente: a sua transformação **numa espécie de** Lula de saias, à imagem e semelhança do mestre.

Neste exemplo a utilização da expressão “numa espécie de” parece indicar um caminho que, segundo o autor do texto, deve ser seguido pela candidata Dilma Rousseff para que ela consiga superar seus adversários políticos, por conta disso, a caracterizamos, neste trabalho, como uma expressão anguladora e como marca da presença de um autor, ciente do que está dizendo e tendendo a uma relação com seu leitor na medida em que tenta definir caminhos a serem seguidos para a compreensão do texto.

Além desta primeira expressão anguladora identificamos também a presença de “a julgar pelo resultado” como uma forma de direcionar o leitor em relação ao que vem sendo apresentado no texto.

Ex. 60: **A julgar pelo resultado, parece** que a população avaliou que a doença de alguma forma humanizou a ministra, mudou sua postura e afastou dela aquela imagem preconcebida da mulher fria e inabalável.

No exemplo 60 além da presença de uma expressão anguladora, é possível perceber ainda o uso de um verbo com valor de modalizador discursivo. Isto porque o verbo “parece” sinaliza para uma tentativa do autor em não se comprometer em

relação à proposição, que faz referência a uma impressão da população em relação à Dilma.

Ex. 61: Mas já **dá para fazer** bonito. As últimas pesquisas sinalizam um avanço rápido e consistente da ministra-candidata.

Ao utilizar a expressão “dá para fazer” relacionando-a às atitudes de Dilma Rousseff, o autor se coloca no texto de forma direta e explícita, uma vez que assume como sua a declaração de que se a candidata seguir determinados preceitos terá como “fazer bonito” em uma disputa pela presidência do Brasil. Por conta disso, essa expressão é considerada por nós como uma marca de autoria.

3.2. Marcas linguísticas de autoria no gênero editorial de jornal

Os editoriais de jornal serão analisados nesta seção visando à identificação das marcas categorizadas como marcadamente autorais. Tais marcas serão evidenciadas no decorrer da análise de cada texto e aparecerão dispostas em um quadro que servirá de suporte para que, no momento de análise dos resultados possamos quantificar o número de ocorrências de cada categoria.

Serão estudados três editoriais do jornal *Folha de São Paulo*, numerados de 9 (nove) a 11 (onze); depois serão os três editoriais do jornal *O Globo*, numerados de 12 (doze) a 14 (catorze). É importante ressaltar que cada um destes editoriais encontra-se dividido em texto A e B, por terem sido coletados na mesma edição, ou seja, no mesmo dia. Trata-se de textos distintos que, normalmente, abordam temas diferentes, mas esta separação se fez necessária para justificar que são editoriais coletados de uma mesma edição e, por isso, neste trabalho recebem a mesma numeração.

Primeiro o editorial será apresentado integralmente, numerado, com título e data de publicação, seguido do quadro de ocorrências das categorias estudadas e, por fim, faremos uma apresentação acerca das especificidades de cada texto escolhido para ser estudado no corpo desta pesquisa. Os demais editoriais coletados do jornal *Folha de São Paulo* e do jornal *O Globo* foram analisados ao

longo da pesquisa, a fim de que fosse possível coletar as ocorrências linguísticas presentes em cada um deles, mas somente estes três foram escolhidos para compor o corpo de nosso texto, estando os outros em anexo. Os dados coletados nestes textos que se encontram em anexo serão discutidos em seção destinada à comparação dos resultados encontrados no estudo.

Com o intuito de analisar se há diferenças entre as marcas autorais encontradas no gênero editorial de jornal e no gênero editorial de revista, faz-se necessário dizer que a análise feita a seguir apenas apresentará os dados encontrados nos jornais para que, posteriormente, estes dados possam ser comparados com os coletados na análise da revista e assim possamos chegar a uma conclusão sobre as diferenças e semelhanças entre eles.

Em relação ao editorial de jornal, foi possível perceber que as duas instituições apresentadas não demonstram diferenças marcantes em relação à colocação do autor nos textos. Em ambas percebemos a presença do autor no que diz respeito à expressão da opinião em relação ao assunto abordado, mas não há evidências de um posicionamento pautado na subjetividade de um “eu” discursivo, explicitamente marcado como pessoa do discurso.

Texto 9 A

BELO MONTE

E o GOVERNO fez Belo Monte, como queria Lula. Ou melhor, fez o leilão da maior hidrelétrica do país depois de Itaipu. A construção da usina no Xingu, rio que simboliza toda uma política indigenista pacificadora, prossegue mergulhada em dúvidas —do campo jurídico ao socioambiental e da engenharia às finanças.

5 Venceu um consórcio montado na reta final, Norte Energia. O Planalto fez de tudo para ter esse segundo concorrente e manter o leilão, depois de empreiteiras peso-pesado, como Odebrecht e Camargo Corrêa, desistirem da licitação. Tamanho afinco para contratar uma obra de no mínimo R\$ 19 bilhões, em final do governo, só se explica pelos dividendos esperados na campanha presidencial continuísta.

10 Quando já se dava como certa a vitória do consórcio Belo Monte Energia e dos não menos gigantes Andrade Gutierrez, Vale e Companhia Brasileira de Alumínio, a aliança improvisada pela construtora Queiroz Galvão e pelo grupo Bertin ofertou R\$ 78 por megawatt-hora. Com os 6% de deságio sobre o teto do edital, R\$

83/MWh, surpreendeu e ganhou. No mesmo dia, contudo, a construtora deu sinais
15 de que abandonaria o consórcio.

O vaivém societário só faz engrossar o manancial de incertezas que circunda
Belo Monte. Ministério Público, Justiça, povos indígenas que se julgam afetados e
organizações que os defendem não parecem inclinados a dar trégua para a
hidrelétrica, controversa há três décadas. A desistência das empreiteiras Odebrecht
20 e Camargo Corrêa, maiores conhecedoras do projeto, permite supor que a obra
física pode enfrentar percalços e custos aumentados.

Por exemplo, na escavação de dois canais de 35 km de extensão e 500 m de
largura. Como o preço da energia ofertado é similar aos das usinas menos
complexas do rio Madeira (Santo Antônio e Jirau), há quem desconfie que não será
25 suficiente para remunerar empreendedores.

No caso do Madeira, os vencedores contam com o bônus da venda de até
30% da energia no mercado livre, onde os preços podem alcançar cifras muito
superiores. No caso de Belo Monte, apenas 10% a 20% da geração poderão ser
assim comercializados. Calcula-se que a usina gerará apenas 40% da capacidade
30 instalada de 11.200 MW.

Parece previsível que eventuais rombos na rentabilidade terminem cobertos
com subsídios governamentais. Somando-se as condições favoráveis de
financiamento pelo BNDES, a participação crescente de empresas do grupo
Eletrobras e a provável adesão ao consórcio de fundos de pensão, tem-se que o
35 empreendimento Belo Monte será muito mais estatal do que fez parecer o leilão
encomendado por Lula para reforçar a campanha de Dilma Rousseff.

Em que pesem as dúvidas e incertezas, é preciso reconhecer que houve
avanços no projeto Belo Monte. Quando ainda se chamava Cararaô, nos anos 1980,
inundaria área três vezes maior, afetaria terras indígenas diretamente e viria
40 acompanhado de várias outras usinas no Xingu. O projeto mudou e boa parte das
objeções foi removida.

Belo Monte está longe de ser perfeita, mas será construída. Quando, ou a que
preço, para o contribuinte e para a região, ainda está por se saber.

Marcas linguísticas	Fragmentos do texto	Número de ocorrências
Adjetivos modalizadores	“provável” (linha 34)	1
Expressões anguladoras	“Em que pesem as dúvidas” (linha 37)	1
Verbos auxiliares modais	“permite supor ” (linha 20) “pode enfrentar” (linha 21)	2

QUADRO 10: Ocorrências das marcas autorais no texto 9 A

O texto aborda o leilão da maior hidrelétrica do país depois de Itaipu, a Belo Monte. Além disso, discute questões sobre os problemas encontrados para que possa ser construída uma usina no Xingu, rio que simboliza uma política indigenista pacificadora. O objetivo do texto é debater acerca das dúvidas em relação ao projeto de construção desta usina. Trata-se de um “manancial de incertezas” que não parece disposto a dar trégua para a hidrelétrica.

Ao lidar com um assunto debatido há três décadas, pelo menos, o autor se coloca no texto por meio da utilização de marcas autorais que nos indicam uma tentativa de direcionar o leitor, de forma discreta, para a aceitação da opinião da instituição.

Ex. 62: Somando-se as condições favoráveis de financiamento pelo BNDES, a participação crescente de empresas do grupo Eletrobras e a **provável** adesão ao consórcio de fundos de pensão, tem-se que o empreendimento Belo Monte será muito mais estatal do que fez parecer o leilão encomendado por Lula para reforçar a campanha de Dilma Rousseff.

Neste exemplo podemos notar que o autor utiliza o adjetivo “provável” com a intenção de demonstrar que a adesão, ainda não confirmada, mas possível, do consórcio de fundos de pensão pode fazer com se conclua que o leilão foi mais estatal do que pareceu ao ser encomendado pelo presidente Lula. Por ser este adjetivo carregado de dúvida em relação ao que foi dito, o consideramos um adjetivo

modalizador epistêmico quase asseverativo, o que significa dizer que o autor não assume como verdade plena o que está dizendo, mas sim assume uma suposição em relação ao dito.

Ex. 63: **Em que pesem as dúvidas** e incertezas, é preciso reconhecer que houve avanços no projeto Belo Monte.

A expressão destacada no exemplo 63 foi considerada como anguladora por estar relacionada ao enquadramento necessário para que se aceite que houve avanços no projeto Belo Monte. Trata-se de uma forma de o autor apresentar o caminho que deve ser seguido pelo leitor para que se compreenda a carga discursiva do que está sendo dito ao longo do texto.

Além do uso de anguladores, percebemos neste texto a presença de locuções verbais com valor modal, ou seja, locuções que representam o posicionamento do autor em relação às proposições a que se relacionam os verbos.

Ex. 64: A desistência das empreiteiras Odebrecht e Camargo Corrêa, maiores conhecedoras do projeto, **permite supor** que a obra física **pode enfrentar** percalços e custos aumentados.

As locuções destacadas nos indicam um possível afastamento do autor em relação ao que está sendo dito, como se ele tivesse optado por este tipo de discurso para evitar possíveis questionamentos sobre suas colocações. Nesta sentença nada é afirmado, os dados são apresentados apenas como possibilidades.

Ao construir seu discurso baseado em suposições e possibilidades o autor consegue certo afastamento em relação ao que está sendo dito. Ele não deixa de ter responsabilidade pelo que é dito, mas se exime de problemas, por não afirmar categoricamente nenhum aspecto apresentado ao longo do texto.

Texto 9 B**IDEIA FIXA**

45 **E**m evento realizado anteontem no Itamaraty, com direito a generosa distribuição de medalhas, o presidente Lula recorreu à conhecida expressão do escritor Nelson Rodrigues —o "complexo de vira-latas"— para mais uma vez fustigar seu antecessor, Fernando Henrique Cardoso.

50 Para o mandatário, somente em sua gestão o Brasil teria começado a "ficar importante", como teria evidenciado um episódio ocorrido com o ex-chanceler Celso Lafer, do governo anterior, durante visita oficial aos EUA.

Poucos meses depois dos atentados de 11 de setembro de 2001, o representante brasileiro se viu forçado a descalçar os sapatos em inspeções de segurança nos aeroportos norte-americanos. Diplomatas que ouviam o discurso acharam graça.

55 À medida que o mandato de Lula se aproxima do final, sua avaliação popular positiva serve de trampolim para as acrobacias narcísicas do mandatário, obcecado em demonstrar superioridade em relação ao antecessor. Este não se faz de rogado, e ambos disputam um campeonato retórico tão inútil quanto pueril.

60 Sem percepção crítica das situações constrangedoras patrocinadas por seu governo, como o papelão diplomático encenado em Honduras, o presidente manteve aceso o espírito da autocongratulação.

65 É compreensível que políticos procurem amplificar as virtudes de seus atos na vida pública —e com Lula não seria diferente. Um pouco de moderação no entanto seria recomendável. Ou corre-se o risco, em próximo discurso, de a história do Brasil ser considerada apenas um modesto prólogo à apoteose da era lulista.

FOLHA DE S. PAULO, 22/04/2010

Marcas linguísticas	Fragmentos do texto	Número de ocorrências
Adjetivos modalizadores	“inútil” (linha 14) “pueril” (linha 14) “compreensível” (linha 18) “recomendável” (linha 20)	4

QUADRO 11: Ocorrências das marcas autorais no texto 9 B

O editorial “Ideia fixa” aborda a tentativa de Lula em demonstrar superioridade em relação ao seu antecessor, Fernando Henrique Cardoso. No texto há a afirmação de que para Lula, somente em sua gestão o país começou a “ficar importante”. O texto é apresentado de forma direta e clara, mas contém marcas evidentes do autor, uma vez que há a utilização de adjetivos que deixam clara a opinião do autor em relação às atitudes de Lula.

Ex. 65: Este não se faz de rogado, e ambos disputam um campeonato retórico tão **inútil** quanto **pueril**.

Neste exemplo percebemos que os adjetivos destacados representam a opinião do autor em relação à “disputa” de glórias entre Lula e Fernando Henrique Cardoso. Os adjetivos, por estarem diretamente relacionados à visão do autor sobre o caso, podem ser considerados como modalizadores discursivos.

Ex. 66: É **compreensível** que políticos procurem amplificar as virtudes de seus atos na vida pública - e com Lula não seria diferente.

Ex. 67: Um pouco de moderação no entanto seria **recomendável**.

Nos exemplos 66 e 67 foi possível perceber que o autor considera aceitável que políticos queiram ampliar seus atos, mas, ao mesmo tempo, indica que esta

ampliação poderia ser um pouco mais controlada. O uso dos adjetivos destacados reforçam a ideia de que o autor está se colocando no texto, trazendo suas considerações e impressões sobre o comportamento dos políticos, em especial de Lula. Trata-se, desta forma, de adjetivos utilizados como modalizadores discursivos.

Ao término da análise deste texto verifica-se que o mesmo foi elaborado tendendo à explanação da opinião do autor em relação às atitudes de nosso presidente, mesmo que, a princípio, em uma leitura desatenta, pareça um texto imparcial.

TEXTO 10 A

FALTA RIGOR

Toda vez que um crime especialmente chocante ganha destaque no noticiário, avivam-se as pressões por mais rigor na legislação penal —e cabe advertir quanto ao risco de uma excessiva emocionalização nesse tipo de debates.

5 Mas há riscos inversos, os da indiferença e da technicalidade, quando um caso como o do estupro e assassinato de seis meninos em Luziânia (GO) se impõe às atenções da opinião pública.

Ainda que se possa mencionar a existência de falhas específicas da Justiça nesse episódio —como a insuficiência das avaliações psicológicas a respeito da periculosidade do assassino—, não há como evitar a sensação de que a legislação
10 brasileira vai pecando pelo excesso de brandura.

De um lado, convive-se com a tortura de presos comuns, com a superlotação de presídios, com cenas de absoluta barbárie no trato de simples suspeitos de algum delito sem maior periculosidade; de outro, dispositivos legais avançados e garantias teoricamente legítimas tendem a proteger indivíduos absolutamente
15 inadaptados ao convívio social.

A estes, a chamada lei dos crimes hediondos pretendeu tratar com especial rigor. A partir de 1990, crimes como tortura, terrorismo, sequestro, estupro ou disseminação de veneno na água potável passaram a receber atenções especiais na legislação, sendo insuscetíveis, por exemplo, de indulto ou anistia.

20 A lei originalmente determinava que, nesses casos, não valeria o mecanismo da progressão da pena. Nos demais crimes, o condenado pode passar a um regime semiaberto depois de completar 1/6 de sua pena na prisão.

Ocorre que, em 2006, o Supremo Tribunal Federal considerou inconstitucional essa restrição: os condenados por crimes hediondos teriam os mesmos direitos que os demais. Rapidamente, o Congresso adotou uma solução de meio-termo. Sem barrar por completo o sistema da progressão, aumentou para 2/5 da pena o prazo mínimo entre as grades para estupradores, traficantes, torturadores ou genocidas, elevando-o a 3/5 no caso, por si só assustador, de reincidência.

É pouco. Sabe-se, nas condições de congestionamento do sistema penal, o quanto pode haver de rotina automática numa avaliação psiquiátrica, aliás nem sempre requerida pelas autoridades, e de que modo são falhos os mecanismos de acompanhamento e vigilância do poder público no caso dos que desfrutam de um regime semiaberto.

Surge assim a possibilidade de um psicopata serial, condenado a 30 anos de prisão, estar nas ruas seis anos depois de condenado.

O uso das pulseiras eletrônicas, a adoção de padrões mais rigorosos e regulares na avaliação da periculosidade, e mesmo a rediscussão do instrumento da progressão da pena em alguns casos, impõem-se com urgência. Não por impulso emocional depois de crimes particularmente revoltantes como os de Luziânia, mas por uma questão de simples bom senso — e de justiça.

FOLHA DE S.PAULO, 18/04/2010

Marcas linguísticas	Fragmentos do texto	Número de ocorrências
Advérbios modalizadores	“especialmente” (linha 1) “rapidamente” (linha 25)	2
Verbos auxiliares modais	“cabe advertir” (linha 2) “não há como evitar” (linha 9)	2

QUADRO 12: Ocorrências das marcas autorais no texto 10 A

O editorial aborda a questão relativa aos crimes hediondos e as mudanças ocorridas no tratamento de presos condenados por tais crimes. Em 1990, crimes como tortura, terrorismo, sequestro, estupro ou disseminação de veneno na água potável eram insuscetíveis, por exemplo, de indulto ou anistia.

Entretanto, a partir de 2006, o Supremo Tribunal Federal considerou inconstitucional essa restrição, considerando que os condenados por crimes hediondos deveriam ter os mesmos direitos que os demais.

Para lidar com assunto tão polêmico, percebemos que o autor pretende um maior distanciamento possível, o que pode ser notado pela escolha de alguns advérbios modalizadores e um verbo auxiliar modal, conforme podemos notar nos exemplos a seguir.

Ex. 68: Toda vez que um crime **especialmente** chocante ganha destaque no noticiário, avivam-se as pressões por mais rigor na legislação penal —e **cabe advertir** quanto ao risco de uma excessiva emocionalização nesse tipo de debates

Neste exemplo nota-se a utilização de um advérbio com características de modalizador discursivo, pois o mesmo encontra-se relacionado à sensação do autor em relação aos crimes chocantes. Neste caso há a colocação do advérbio como uma marca da visão do autor sobre o fato de haver mais pressão por rigor na legislação penal toda vez que ocorre um crime chocante, ou conforme o mesmo, “especialmente chocante”. Ainda neste exemplo verificamos uma locução verbal destacada no intuito de verificar se a mesma pode ser entendida como modal. Para nós, tal locução pode ser enquadrada como modal por estar sendo utilizada como um indício do autor, uma vez que se trata de uma advertência em relação aos cuidados que devemos ter ao discutir assuntos que podem ter uma alta carga de emocionalização. Se estamos tratando de uma advertência, fica evidente que esta foi feita por alguém, neste caso, o autor do editorial e, portanto, podemos considerá-la como uma marca de autoria deste gênero.

Ex. 69: Ainda que se possa mencionar a existência de falhas específicas da Justiça nesse episódio —como a insuficiência das avaliações psicológicas a respeito da periculosidade do assassino—, **não há como evitar** a sensação de que a legislação brasileira vai pecando pelo excesso de brandura.

A expressão destacada no exemplo 69 demonstra uma tentativa do autor em se isentar da afirmação de que a legislação brasileira vai pecando pelo excesso de brandura. Isto porque, através da expressão com caráter modal, o autor indica que não há como evitar e, por isso, não pode ser questionado em relação às suas opiniões sobre o assunto.

Ex. 70: **Rapidamente**, o Congresso adotou uma solução de meio-termo. Sem barrar por completo o sistema da progressão, aumentou para 2/5 da pena o prazo mínimo entre as grades para estupradores, traficantes, torturadores ou genocidas, elevando-o a 3/5 no caso, por si só assustador, de reincidência.

Já no exemplo 70, o advérbio utilizado não assume caráter de isenção, mas sim de constatação em relação à adoção de uma solução de meio-termo para negar o excesso de brandura da legislação brasileira. O autor utiliza o advérbio “rapidamente” para indicar, possivelmente, que a solução foi tomada às pressas na intenção de calar os comentários questionadores sobre a punição para crimes hediondos. Por ser demarcador da posição do autor, o advérbio é considerado um modalizador discursivo.

TEXTO 10 B

SEGREDOS DA ANATEL

Seria incompreensível, não fosse por levantar suspeitas de que atende a interesses turvos, o comportamento da maioria dos conselheiros da Agência Nacional de Telecomunicações quanto à falta de transparência da autarquia.

5 O regimento interno da Anatel determina que as reuniões de seu conselho diretor, responsável pelas decisões da agência, sejam abertas ao público. A norma, que data da criação do órgão, em 1997, também prescreve a gravação das sessões.

Seu conteúdo —bem como as atas das reuniões, informes e processos administrativos envolvendo operadoras— deveria ser público.

10 Mas essas regras, cumpridas por diversos órgãos públicos do país, jamais foram implementadas no âmbito da Anatel. Eis que a conselheira Emília Ribeiro apresenta um projeto para fazer valer o que já devia estar em prática, e começa a sofrer resistências. Seus pares, embora não se manifestem abertamente sobre o assunto, têm se mostrado refratários à iniciativa, conforme revelou reportagem desta Folha.

15 Vale lembrar que o objetivo da agência é regular e fiscalizar o setor de telecomunicações no país, e assim oferecer à sociedade "serviços adequados, diversificados e a preços justos, em todo o território nacional".

É muito difícil compreender de que forma o fim do sigilo em torno dos processos decisórios poderia voltar-se contra o interesse dos consumidores —que, 20 segundo os termos da legislação, se confunde com os próprios objetivos da Anatel.

Ao contrário, a transparência é fundamental para proteger a autarquia das duas maiores ameaças ao cumprimento de suas funções: a subordinação às diretrizes do governo de turno e a sua cooptação pelas operadoras que atuam no setor.

25

FOLHA DE S.PAULO, 18/04/2010

Marcas linguísticas	Fragmentos do texto	Número de ocorrências
Adjetivos modalizadores	“incompreensível” (linha 1)	1
Verbos auxiliares modais	“poderia voltar-se” (linha 19)	1

QUADRO 13: Ocorrências das marcas autorais no texto 10 B

Ao longo do texto percebemos uma crítica à Anatel, pois de acordo com o regimento interno desta empresa, as reuniões de seu conselho diretor, responsável pelas decisões da agência, deveriam ser abertas ao público. A norma, que data da criação do órgão, em 1997, também prescreve a gravação das sessões. Seu conteúdo —bem como as atas das reuniões, informes e processos administrativos envolvendo operadoras— deveria ser público. Porém, não é isso que acontece.

Diversos órgãos públicos adotam esta medida, mas isso jamais foi implementado na Anatel.

Para iniciar o levantamento de suposições acerca do que acontece na Anatel, o autor se utiliza de um adjetivo modalizador discursivo que serve para indicar sua opinião declarada sobre a falta de transparência desta autarquia.

Ex. 71: Seria **incompreensível** , não fosse por levantar suspeitas de que atende a interesses turvos, o comportamento da maioria dos conselheiros da Agência Nacional de Telecomunicações quanto à falta de transparência da autarquia.

Neste exemplo percebemos que o adjetivo utilizado deixa transparecer a impressão do autor em relação em relação às suspeitas de interesses turvos ao se privilegiar a falta de transparência da Anatel, mesmo sendo esta uma norma presente em seu regimento interno.

Ex. 72: É muito difícil compreender de que forma o fim do sigilo em torno dos processos decisórios **poderia voltar-se** contra o interesse dos consumidores —que, segundo os termos da legislação, se confunde com os próprios objetivos da Anatel.

Ao optar pelo uso da locução destacada neste exemplo, o autor aparenta querer isentar-se da declaração que justificaria o sigilo das reuniões da Anatel. Para ele fica evidente que a quebra do sigilo em nada poderia prejudicar os interesses dos consumidores, uma vez que, segundo a legislação, os interesses dos consumidores se confundem com os propósitos da Anatel.

Este editorial se caracteriza pela apresentação de dados relativos a problemas de falta de transparência da Anatel, sem demonstrar uma forte presença do autor, ou seja, o texto é construído focado em certa imparcialidade.

TEXTO 11 A

FRACASSO E ESPERANÇA

CINQUENTA ANOS depois da inauguração oficial de Brasília, não seria impossível dizer, com certo otimismo, que o país aos poucos reencontra um caminho que, nas últimas décadas, muitas vezes pareceu inalcançável —e que se associa, na memória nacional, aos "anos dourados" do governo Kubitschek.

5 Desde a década de 1950, com efeito, não se experimentava a combinação de democracia com crescimento econômico. Ainda que os índices atuais de crescimento precisem se mostrar sustentáveis ao longo do tempo, venceu-se um tipo de raciocínio desanimador e enganoso.

10 A saber, o de que a aceleração da atividade econômica tendia a ser acompanhada, nos países latino-americanos, de taxas elevadas de inflação e acirramento das demandas sociais —tornando quase inevitável o aparecimento de ciclos de autoritarismo político para que se controlassem, à força, os movimentos reivindicatórios da população.

15 O desaparecimento desse mito não resultou das virtudes particulares de algum governo, mas de um processo bem-sucedido de democratização, a que se somaram circunstâncias favoráveis no ambiente externo —tanto do ponto de vista político-ideológico, com o fim da Guerra Fria, quanto no aspecto econômico, com o fenômeno global das soluções para o endividamento externo e a inflação crônica dos países subdesenvolvidos.

20 Abre-se, como nos anos 50, um espaço mental para que se veja o futuro do Brasil sem o desalento e o catastrofismo com que, a partir de 1980 pelo menos, muitos setores da opinião pública se acostumaram a conviver.

Cinquenta anos depois da inauguração oficial de Brasília —cabe repetir, aqui, a fórmula com que se iniciou este comentário— é forçoso reconhecer, contudo, o
25 quanto havia de precipitado e mesmo delirante nas esperanças que cercaram a criação da nova capital.

30 Brasília seria uma resposta para quase tudo. Centro racional de decisões, livre da pressão das grandes cidades e das intrigas da política tradicional; mecanismo mágico para a ocupação econômica das vastidões do interior; solução para o problema das favelas e da desorganização urbana; modelo utópico de

igualitarismo; prova do espírito empreendedor dos brasileiros, paradoxalmente levada a cabo pelo voluntarismo de um governante.

35 Não é preciso invocar o exemplo recente do ex-governador José Roberto Arruda, ou a incontornável visão das favelas que se criaram ao redor do Plano Piloto, para perceber de que modo os problemas seculares do Brasil se reproduziram, e talvez se agravaram, no ambiente de Brasília. Patrimonialismo, estatismo e corrupção; insensibilidade social, desperdício e autoritarismo; luxo, miséria e alheamento encontram morada na capital cinquentenária —que simboliza, em poeira e mármore, uma realidade que há 500 anos se divide entre o fracasso e a
40 esperança.

FOLHA DE S.PAULO, 21/04/2010

Marcas linguísticas	Fragmentos do texto	Número de ocorrências
Adjetivos modalizadores	“forçoso” (linha 24) “incontornável” (linha 34)	2
Advérbios modalizadores	“talvez” (linha 36)	1
Verbos auxiliares modais	“não é preciso invocar” (linha 33)	1

QUADRO 14: Ocorrências das marcas autorais no texto 11 A

O texto apresenta uma visão dualista da realidade brasileira, exaltando o fracasso e a esperança em relação aos problemas presentes na sociedade. Toda a exploração do assunto relaciona-se, inicialmente, com a inauguração de Brasília e as expectativas em relação ao desenvolvimento do país.

Há no texto relatos que nos fazem refletir sobre o porquê da criação de Brasília e o real resultado atingido com este projeto. Em um plano ideal foi criada para ser um modelo de cidade, livre das pressões e da intriga política tradicional, solução para o problema das favelas e da desorganização urbana. Hoje, cinquenta anos após sua inauguração o que se vê são intensos escândalos políticos e a criação de favelas ao redor do plano piloto, do que se conclui que mesmo tendo sido bem planejada, Brasília também sucumbiu aos males do Brasil – corrupção e má distribuição de renda.

Ex. 73: Cinquenta anos depois da inauguração oficial de Brasília —cabe repetir, aqui, a fórmula com que se iniciou este comentário— é **forçoso** reconhecer, contudo, o quanto havia de precipitado e mesmo delirante nas esperanças que cercaram a criação da nova capital.

Ao utilizar o adjetivo “forçoso” para se referir às esperanças depositadas na criação da nova capital, o autor indica sua visão sobre o que, na época, seria uma euforia desmedida em busca de uma solução para os problemas que já existiam. Trata-se, portanto de um adjetivo modalizador discursivo, pois apresenta a visão do autor em relação ao que está sendo abordado no texto.

Ex. 74: **Não é preciso invocar** o exemplo recente do ex-governador José Roberto Arruda, ou a **incontornável** visão das favelas que se criaram ao redor do Plano Piloto, para perceber de que modo os problemas seculares do Brasil se reproduziram, e **talvez** se agravaram, no ambiente de Brasília.

Neste fragmento percebemos a utilização de uma locução verbal modal, de um adjetivo modalizador discursivo e de um advérbio epistêmico quase asseverativo. Quanto ao adjetivo podemos evidenciar sua carga de expressividade do autor, uma vez que para ele o problema das favelas criadas ao redor do Plano Piloto é incontornável. Já em relação ao uso da locução verbal, é possível evidenciar a intenção do autor ao dizer que não é preciso invocar o exemplo recente do governador José Roberto Arruda, isto porque o caso encontra-se, ainda, na memória dos brasileiros devido ao intenso escândalo criado. E

Já em relação ao uso do advérbio modalizador epistêmico quase asseverativo o que precisa ser ressaltado é a tentativa do autor em apresentar sua posição de dúvida sobre o fato citado. Sua dúvida pode representar uma tentativa de afastamento do texto, a fim de que o leitor não o considere taxativo ao afirmar que houve agravamento da situação de Brasília.

TEXTO 11 B**PUBLICIDADE REGRADA**

Algo de verdadeiramente suprapartidário no Brasil é a predileção desmesurada de governantes pela publicidade oficial. Na melhor das hipóteses, fazem autopromoção com fins eleitorais, sob pretexto de esclarecer o público. Na
45 pior, as verbas bilionárias sacadas do contribuinte oferecem um conduto para desvios e falcatruas.

Estima-se que os três níveis de administração direta —federal, estadual e municipal— despendam R\$ 2,5 bilhões ao ano na rubrica. É dinheiro demais para aplicação tão questionável. Como não vai desaparecer tão cedo, que ao menos se
50 fechem as portas para mensalões e que tais.

A primeira vista, este é o mérito do projeto de lei sobre o tema, oriundo da Câmara e aprovado no Senado (nº 197/2009), que aguarda sanção pela Presidência da República. Uma de suas provisões prescreve o óbvio: todo contrato da administração pública com agência de propaganda deve ser precedido de
55 concorrência, seguindo a Lei das Licitações.

O diploma traz definição mais estrita de serviços publicitários. Proíbe, ainda, a inclusão no contrato de penduricalhos como assessoria de imprensa, relações públicas e eventos festivos.

Marca pontos no quesito da impessoalidade ao estipular que as propostas
60 técnicas sejam julgadas por comissão de profissionais escolhidos por sorteio, um terço dos quais desvinculados da repartição contratante. A lista dos elegíveis será publicada e poderá ter nomes impugnados por qualquer interessado.

Outro preceito importante da nova legislação é a obrigação de as agências guardarem por cinco anos as peças produzidas e provas dos trabalhos prestados.
65 Afinal, ao menos uma coisa se aprendeu com os mensalões publicitários: além de inúteis para o público, alguns serviços nem chegavam a se materializar.

A história nacional, contudo, também tem outras lições a oferecer, e menos edificantes. Uma delas, decisiva, é que nem todas as leis "pegam".

Marcas linguísticas	Fragmentos do texto	Número de ocorrências
Adjetivos modalizadores	“tão questionável” (linha 8)	1
Advérbios modalizadores	“verdadeiramente” (linha 1)	1
Expressões anguladoras	“na melhor das hipóteses” (linha 2) “na pior” (linha 3)	2

QUADRO 15: Ocorrências das marcas autorais no texto 11 B

Este editorial enfatiza a publicidade oficial, levantando questionamentos acerca dos gastos destinados a esse procedimento. Uma das questões levantadas sobre o assunto é a apresentação de um projeto de lei que aguarda sanção da Presidência da República, que discorre sobre a necessidade de todo contrato da administração pública com agência de propaganda ser precedido de concorrência, seguindo a Lei das Licitações.

Para trabalhar tal assunto observou-se a utilização de adjetivos e advérbios modalizadores, bem como o uso de expressões anguladoras, demonstrados no quadro acima.

Observando as marcas autorais encontradas neste editorial, nota-se uma explícita participação do autor. Isso porque o uso de adjetivos e advérbios modalizadores demonstram um posicionamento direto e envolvido do autor em relação à proposição, conforme podemos notar nos exemplos a seguir.

Ex. 75: É dinheiro demais para aplicação **tão questionável**.

A utilização do adjetivo questionável nos leva a refletir sobre a participação direta do autor em seu texto, pois considerar um gasto “tão questionável” indica uma opinião explicitamente marcada sobre a publicidade oficial.

Ex. 76: Algo de **verdadeiramente** suprapartidário no Brasil é a predileção desmesurada de governantes pela publicidade oficial.

Neste exemplo percebemos o uso de um advérbio modalizador epistêmico asseverativo, ou seja, trata-se de um advérbio utilizado no intuito de demonstrar ao leitor a certeza do autor em relação ao que está afirmando. Para ele não há dúvidas de que há uma predileção de governantes pela publicidade oficial.

Ex. 77: **Na melhor das hipóteses**, fazem autopromoção com fins eleitorais, sob pretexto de esclarecer o público. **Na pior**, as verbas bilionárias sacadas do contribuinte oferecem um conduto para desvios e falcatruas.

Em relação ao uso das expressões anguladoras destacadas percebemos que há uma tentativa de levar o leitor a seguir o caminho defendido pelo editorialista, uma vez que ele mesmo delimita o que considerar melhor ou pior hipótese sobre o assunto. Mesmo definindo o que seria melhor ou pior em relação à publicidade oficial, o autor só apresenta dados pessimistas sobre os gastos com propaganda. Isto nos faz crer, portanto, que os dois caminhos criados pelo autor para entender a questão trabalhada nos levam ao mesmo lugar, ou seja, há uma tentativa de dar possibilidades ao leitor, mas isso não ocorre, uma vez que as duas opções apresentadas são contrárias ao uso de dinheiro em publicidade oficial.

TEXTO 12 A

ERA DE TREVAS

Ao largo do aproveitamento político-partidário dos apagões — localizados ou de âmbito nacional —, é necessário, sem trocadilho, jogar luz sobre possíveis causas estruturais das trevas que há poucos dias avançaram por meio país e, nesta semana, caíram sobre Leblon e Ipanema, bairros sofisticados da Zona Sul do Rio, supostamente bem atendidos em termos de infraestrutura. Para quem fica preso em elevadores e tem prejuízos por causa do fechamento do comércio, pouco importa o bate-boca entre políticos, se o apagão desfechado a partir de linhas de transmissão de Itaipu pode ser comparado ou não ao racionamento em 2001/2002, no governo tucano de FH.

10 Gostaria o consumidor de energia — 100% da população — de contar com um sistema confiável e bem supervisionado. É o que parece não haver: supervisão.

Fica estabelecido que são inverossímeis várias das alegadas explicações para o corte da transmissão da energia gerada em Itaipu e sobre o apagão carioca. O efeito devastador de raios pode ser comparado à elevação do consumo de eletricidade em função do calor, em Ipanema e Leblon, no rol de justificativas de autoridades 15 brasilienses e da Light, concessionária responsável pelo abastecimento do Rio. Ora, não é novidade a ocorrência de tempestades no Sul e no Sudeste do país, nem tampouco que a temperatura sobe na cidade nesta época do ano.

Como também não é plausível que só agora os abastados moradores daquela 20 faixa da Zona Sul carioca tenham ido ao comércio para equipar as residências com eletrodomésticos, atraídos pela redução do IPI. E, ao ligar os aparelhos na tomada, surpreenderam a Light.

Não faz sentido. Plausível é considerar que o esvaziamento das agências reguladoras, política seguida com persistência pelo governo Lula, interessado em 25 concentrar poderes no Executivo federal, impediu que a Aneel (agência do setor elétrico) pudesse agir preventivamente: se faltavam investimentos ou se eles estavam mal dirigidos, que as empresas, estatais e privadas, corrigissem as falhas, a tempo de evitar apagões. Eles provam que algo não funcionou neste circuito.

Recordemo-nos que, no ano passado, segundo o site Contas Abertas, 75% 30 do orçamento das agências foram congelados, um indicador da prioridade que o Planalto concede a este moderno mecanismo de administração pública. Sem dinheiro e, em certos casos, aparelhadas por companheiros e apaniguados de partidos políticos aliados, agências fingem que regulam, e concessionárias, que são reguladas.

35 Agora, à luz de velas e lanternas, pode-se dar um balanço das perdas para o país decorrentes da centralização de poder no setor elétrico e na sua conversão em território à disposição da fisiologia política.

Marcas linguísticas	Fragmentos do texto	Número de ocorrências
Adjetivos modalizadores	“necessário” (linha 2) “inverossímeis” (linha 12)	2
Advérbios modalizadores	“supostamente” (linha 5)	1
Marcas de primeira pessoa	“recordemo-nos” (linha 29)	1
Verbos auxiliares modais	“parece não haver” (linha 11)	1

QUADRO 16: Ocorrências das marcas autorais no texto 12 A

O texto aborda o problema vivido pela população de bairros como Leblon e Ipanema ao sofrerem com um apagão, justificado pela Light como resultado do aumento de eletrodomésticos por residência devido a redução do IPI.

Para isso levanta questionamentos acerca da justificativa apresentada pela empresa e afirma que o mínimo que o consumidor, que paga suas contas em dia, quer é contar com um sistema confiável e bem supervisionado.

Percebemos neste texto marcas de primeira pessoa, bem como utilização de adjetivos e advérbios modalizadores, além de locução verbal modal, demonstrando a participação direta do autor no texto.

Ex. 78: Ao largo do aproveitamento político-partidário dos apagões — localizados ou de âmbito nacional —, é **necessário**, sem trocadilho, jogar luz sobre possíveis causas estruturais das trevas que há poucos dias avançaram por meio país e, nesta semana, caíram sobre Leblon e Ipanema, bairros sofisticados da Zona Sul do Rio, **supostamente** bem atendidos em termos de infraestrutura.

O uso do adjetivo modalizador “necessário” indica que o autor reconhece como essencial a urgência na busca por explicações sobre os problemas ocorridos com a distribuição de energia em bairros da zona sul carioca. Este adjetivo nos indica que não há como ser questionada a proposição do autor, o que está sendo declarado é tido como certo para ele e, por isso, ocorreu a utilização de um adjetivo modalizador epistêmico asseverativo.

Já em relação ao uso do advérbio “supostamente”, percebemos um traço de dúvida em relação ao que está sendo abordado. Neste caso a dúvida se justifica pelos apagões ocorridos no Rio de Janeiro, pois se bairros da zona sul da cidade fossem realmente bem atendidos em termos de infraestrutura, não teria ocorrido o apagão. Ao levantar este traço de dúvida na sentença destacada, o autor parece tentar demonstrar os problemas percebidos no abastecimento de energia e, para isso, faz uso de um advérbio modalizador epistêmico quase asseverativo.

Ex. 79: Fica estabelecido que são **inverossímeis** várias das alegadas explicações para o corte da transmissão da energia gerada em Itaipu e sobre o apagão carioca.

O adjetivo destacado, neste caso, demonstra a direta colocação do autor sobre as justificativas dadas pela Light sobre o corte da transmissão de energia gerada em Itaipu. Para ele não há como aceitar tais justificativas e, por isso, as considera inverossímeis. Trata-se, portanto, do uso de um adjetivo modalizador discursivo, ou seja, algo diretamente relacionado a opiniões do autor do texto.

Ex.80: **Recordemo-nos** que, no ano passado, segundo o site Contas Abertas, 75% do orçamento das agências foram congelados, um indicador da prioridade que o Planalto concede a este moderno mecanismo de administração pública.

A expressão destacada neste exemplo retirado do texto nos mostra uma colocação explícita do autor no texto, uma vez que ele passa a se considerar como parte do grupo de pessoas formado por seus leitores. Este enquadramento do autor pode demonstrar que ele se solidariza com o problema enfrentado pela população daquela área e, por conta disso, relembra que o problema já havia ocorrido antes, há cerca de um ano. A presença deste traço linguístico nos editoriais de jornal não é comum, ocorre em alguns textos somente quando o assunto tem relação direta com problemas enfrentados pelos leitores e que afetam o corpo editorial da instituição.

Por fim temos a utilização de um verbo auxiliar com caráter modal, que indica um afastamento do autor a fim de que possa evitar possíveis problemas com a prestadora de serviços de energia.

Ex. 81: Gostaria o consumidor de energia — 100% da população — de contar com um sistema confiável e bem supervisionado. É o que **parece não haver**: supervisão.

Indicar que “parece não haver” supervisão é plausível em um momento de crise que não se consegue justificar. Seria diferente, portanto, se o autor afirmasse que não há supervisão no sistema de abastecimento de energia; esta afirmação poderia gerar problemas para ele e a instituição se não fosse comprovadamente verdadeira.

TEXTO 12 B

PROBLEMA NACIONAL

O ranking do Ministério da Justiça e do Fórum Brasileiro de Segurança Pública, feito com as cidades brasileiras onde os jovens estão mais vulneráveis à violência, e no qual Maceió aparece em primeiro lugar, é mais uma desmistificação da ideia de que o Rio é a capital da criminalidade.

5 Adicionalmente, o levantamento consagra outras duas evidências: trata-se de um fenômeno nacional, e não apenas localizado no entorno da Baía de Guanabara, e que enfrentá-lo pressupõe uma política de múltiplas faces, sem privilegiar, a priori, a tática de responder à violência com o jogo bruto do Estado. Compreende-se que, por ter mais visibilidade nacional e no exterior, o Rio — sem dúvida afrontado por

10 números que elevam a violência a patamares inaceitáveis — apareça no centro quando o tema é segurança.

 No ranking do Ministério da Justiça, a cidade aparece em oitavo lugar como a capital mais perigosa para os jovens entre 12 e 29 anos, e está na 64^o posição entre 266 núcleos urbanos do país com mais de 100 mil habitantes. A pesquisa revela que

15 o foco mais vulnerável está no eixo Norte e Nordeste, com oito capitais entre as dez mais afetadas pela violência contra os jovens.

 Tal quadro, que por si só consagra o caráter nacional do problema, deve ser visto ao lado de dados que ajudam a entender as razões de a tragédia ali se manifestar com mais intensidade: trata-se de uma região onde os indicadores

20 sociais são baixos, os recursos para renovar a segurança pública são escassos, e há poucas políticas de prevenção do crime. É sintomático que São Paulo, com um

sistema de segurança consolidado e bom desempenho econômico, esteja em último lugar na lista.

25 Estabelecida a evidência de que a violência atinge patamares alarmantes em todo o país, enfrentá-la implica lançar mão de políticas abrangentes. Trata-se de estabelecer em nível nacional programas multidisciplinares, com intervenções estruturais do poder público nas áreas sociais (segurança, educação, saúde), e uma articulação — como política de Estado, e não de governo — de órgãos da União com estados e municípios como pressuposto para enfrentar o problema.

30

O GLOBO, 26/11/2009

Marcas linguísticas	Fragmentos do texto	Número de ocorrências
Adjetivos modalizadores	“sintomático” (linha 21)	1
Advérbios modalizadores	“adicionalmente” (linha 5)	1

QUADRO 17: Ocorrências das marcas autorais no texto 12 B

O editorial acima é construído na tentativa de desmistificar a ideia de que o Rio de Janeiro é a capital da criminalidade. Isso é conseguido através da utilização de dados que colocam Maceió como a cidade com maior índice de criminalidade de jovens.

Não se trata de empurrar o problema para outra cidade, mas sim de evidenciar que a violência é um grave problema nacional e não específico do entorno da Baía de Guanabara.

Este texto, especialmente, apresenta uma estrutura extremamente voltada para a objetividade, direcionada a apresentar os dados de forma clara sem gerar possíveis dúvidas sobre o exposto.

Para isso, o autor se coloca diretamente no texto somente em dois momentos, por meio da utilização de adjetivos e advérbios modalizadores.

Ex. 82: É **sintomático** que São Paulo, com um sistema de segurança consolidado e bom desempenho econômico, esteja em último lugar na lista.

Neste caso, o uso do adjetivo destacado indica um posicionamento do autor em relação ao fato de São Paulo estar em último na lista de lugares em que os jovens estejam mais vulneráveis à violência. Para ele, trata-se de algo previsível, uma vez que a cidade apresenta um sistema de segurança consolidado e um bom desempenho econômico. Este adjetivo, portanto, pode ser considerado um modalizador discursivo, uma vez que demonstra a visão do indivíduo-autor sobre os dados apresentados no texto.

Ex. 83: **Adicionalmente**, o levantamento consagra outras duas evidências: trata-se de um fenômeno nacional, e não apenas localizado no entorno da Baía de Guanabara, e que enfrentá-lo pressupõe uma política de múltiplas faces, sem privilegiar, a priori, a tática de responder à violência com o jogo bruto do Estado.

Já a utilização do advérbio modalizador, marcado no exemplo 83, indica que o autor irá contribuir com alguma informação que tem relação com o que foi dito anteriormente no texto. Por conta disso, podemos considerar este advérbio um modalizador discursivo. Seu uso está voltado para o texto e foi definido, provavelmente, com a intenção de situar o leitor no momento em que seriam acrescentadas informações importantes sobre o levantamento feito pelo Ministério da Justiça e pelo Fórum Brasileiro de Segurança Pública.

TEXTO 13 A**RUMO PREOCUPANTE**

Ao comparecer às urnas no último domingo e eleger Porfirio Lobo para presidente, o povo hondurenho foi a única parte que, pode-se dizer, se saiu bem na crise política que se arrasta há cinco meses no país centro-americano. Com níveis razoáveis de comparecimento, os eleitores compraram a ideia do marco zero, da
5 criação de um fato novo para devolver à normalidade o país — e suas vidas.

A crise em Honduras pôs em destaque o novo protagonismo da política externa brasileira, mas demonstrou também a guinada à esquerda que ela vem dando nos últimos meses. No frígir dos ovos, as eleições, marcadas antes do golpe contra o presidente constitucional Manuel Zelaya, e em que pese terem sido
10 organizadas por um governo interino que suspendeu alguns direitos constitucionais, eram, e são, a única saída real para a crise. O Brasil descartou abrir mão de certos princípios e insistiu que a eleição é ilegítima sem a recondução de Zelaya, que transformou a Embaixada do Brasil em Honduras em bunker de agitação e propaganda. Não por acaso, esta é a posição dos bolivarianos, Venezuela à frente,
15 todos interessados em incluir Honduras em seu bloco — Zelaya é aliado de Hugo Chávez. Oxalá o Itamaraty tenha pesado bem a decisão de ficar ao lado de Chávez e em campo oposto aos EUA.

A visita do presidente do Irã, Mahmoud Ahmadinejad, se inscreve na tentativa brasileira de abrir novas frentes diplomáticas, mesmo a um alto custo político. Lula
20 prestigiou o iraniano com a declaração, sem ressalvas, de que Teerã tem o direito de gerar energia nuclear com fins pacíficos. Dias depois, foi brindado com o anúncio de que o país, que desafia o Ocidente com seu programa nuclear, construirá mais dez usinas para enriquecer urânio, material usado em armas nucleares.

Lula voltou ao assunto ontem na Alemanha, pedindo à chanceler Angela
25 Merkel mais paciência com Teerã e negando aos EUA e à Rússia autoridade moral para pressionar os aiatolás. Teve de ouvir que a paciência do governo alemão com o Irã está no fim, durou quatro anos.

A verdade é que a atuação da diplomacia brasileira, seja por motivo eleitoral interno ou não, compromete o prestígio que Lula angariou no mundo. Para isso
30 concorre também a dualidade na condução da política externa, com o assessor

especial do presidente, Marco Aurélio Garcia, fazendo críticas desconcertantes a chefes de Estado estrangeiros, como Obama. São iniciativas afoitas que arranham a imagem do país do presidente, e podem ser prejudiciais aos interesses nacionais.

35

O GLOBO, 04/12/2009

Marcas linguísticas	Fragmentos do texto	Número de ocorrências
Adjetivos modalizadores	“razoáveis” (linha 4) “verdade” (linha 28)	2
Verbos auxiliares modais	“pode-se dizer” (linha 2)	1

QUADRO 18: Ocorrências das marcas autorais no texto 13 A

O editorial relata a eleição, em Honduras, do presidente Porfírio Lobo e faz levantamentos acerca da repercussão dessa eleição no âmbito mundial. Levanta, ainda, questionamentos relativos à participação do presidente Lula nos assuntos internacionais, ressaltando que a atuação da diplomacia brasileira pode comprometer o prestígio que Lula angariou no mundo.

Um dos motivos levantados como causadores deste comprometimento de prestígio do presidente Lula é a dualidade na condução da política externa, com o assessor especial do presidente, Marco Aurélio Garcia, fazendo críticas desconcertantes a chefes de Estado estrangeiros.

Para apresentar questões relativas à eleição do presidente hondurenho e os problemas enfrentados por Lula em âmbito internacional, o autor faz uso de algumas marcas, consideradas por nós, como autorais. Dentre elas o uso de adjetivos modalizadores e verbos auxiliares com caráter modal.

Ex. 84: Com níveis **razoáveis** de comparecimento, os eleitores compraram a ideia do marco zero, da criação de um fato novo para devolver à normalidade o país — e suas vidas.

O adjetivo destacado evidencia um posicionamento do autor, uma vez que adjetivar o comparecimento de eleitores às urnas não é frequente em textos que se

pretendam isentos de posicionamento do autor. Este adjetivo, portanto demonstra que o número de eleitores, para o autor do texto, não pode ser considerado bom e nem ruim, fica em meio termo. Por conta disso, optamos por classificar este adjetivo como um modalizador discursivo, ou seja, uma marca da opinião do autor sobre determinado fato.

Ex. 85: A **verdade** é que a atuação da diplomacia brasileira, seja por motivo eleitoral interno ou não, compromete o prestígio que Lula angariou no mundo.

O uso do adjetivo “verdade”, neste caso é representativo do posicionamento do autor, uma vez que se trata da visão do mesmo sobre a situação em que se encontra o prestígio internacional de Lula. Considerar algo como verdade significa dizer que de acordo com suas considerações sobre o assunto aquilo é visto como verdadeiro para você. Desta forma, o uso deste adjetivo pode ser considerado um epistêmico asseverativo, pois demonstra a certeza do autor em relação à proposição.

Ex. 86: Ao comparecer às urnas no último domingo e eleger Porfirio Lobo para presidente, o povo hondurenho foi a única parte que, **pode-se dizer**, se saiu bem na crise política que se arrasta há cinco meses no país centro-americano.

A utilização da expressão “pode-se dizer”, neste caso, representa uma forma que o autor encontrou para evidenciar o papel dos eleitores hondurenhos que foram às urnas e elegeram seu presidente. Pode ser considerada uma expressão modal por deixar no texto a marca do autor, sua intenção em ressaltar esta parte envolvida no processo eleitoral hondurenho.

TEXTO 13 B**PREJUÍZO GERAL**

Lerdo para executar qualquer projeto de investimento de alguma relevância, o governo Lula se torna ainda mais ineficiente quando a questão é abrir espaço para a iniciativa privada. Quase todo o primeiro mandato foi gasto para a montagem de um leilão de concessão de trechos de estradas federais. Os aeroportos, infelizmente vão pelo mesmo caminho, e sempre devido a resistências ideológicas do comissariado no poder, que considera essencial o Estado ter presença na infraestrutura — mesmo que não haja recursos para tal. O resultado é "a absoluta falta de obras essenciais.

Há dias, a Agência Nacional de Aviação Civil (Anac) determinou a redução de vôos afretados para Guarulhos, com o objetivo de reduzir o congestionamento no terminal. Má notícia. Significa que a retomada do crescimento da economia, e o conseqüente aumento do tráfego aéreo, faz crescer o risco de repetirem-se cenas do caos do final de 2006 e durante 2007, quando terminais se converteram em albergues lotados de passageiros impedidos de viajar devido a precariedades na estrutura de controle de vôo e nos próprios aeroportos — por falta de investimentos públicos. Naquela ocasião, empossado Nelson Jobim no Ministério da Defesa, ao qual se subordina a Anac, e aberto espaço político no governo para o desaparecimento da agência, a privatização de aeroportos entrou no discurso oficial. E ficou só nele. Diante da precariedade do terminal 1 do Galeão e da necessidade de se concluir o 2, o governador Sérgio Cabral, de bom trânsito com o presidente Lula, lhe pediu a cessão do aeroporto, a fim de o governo estadual colocá-lo em licitação. Sem sucesso.

Foi encomendada a modelagem das concessões ao BNDES. Pouca notícia se tem do estudo, cuja entrega é sempre adiada. É indiscutível que os grupos políticos com interesses na Infraero, a incompetente empresa estatal administradora dos aeroportos, têm atuado com eficiência, para manter tudo como está. A mais recente notícia é que haverá concessões, mas só para novos aeroportos. Propõe-se, ainda, que a Infraero seja dispensada de licitações, para acelerar investimentos, alega-se. Se a estatal é presença freqüente em auditorias do TCU que flagram

desvios de dinheiro público em toda sorte de contratos, caso a mudança seja feita ela deverá se tornar campeã de desmandos, sem rival.

70 Em função de cacótes ideológicos, a infraestrutura aeroportuária é forte candidata a ser um grande gargalo na Copa de 2014 e nos Jogos de 2016. O prejuízo será de todos, com a perda de credenciais do país para continuar a atrair eventos desse porte.

O GLOBO, 04/12/2009

Marcas linguísticas	Fragmentos do texto	Número de ocorrências
Adjetivos modalizadores	“ineficiente” (linha 2)	1
Advérbios modalizadores	“infelizmente” (linha 4)	1

QUADRO 19: Ocorrências das marcas autorais no texto 13 B

Este editorial apresenta críticas ao governo Lula, principalmente no que diz respeito aos problemas enfrentados nos aeroportos do país. Propõe-se, neste editorial, a abertura de concessões a empresas privadas para a melhoria dos aeroportos como forma de resolver os problemas vigentes, entretanto, não há nenhum tipo de movimentação governamental que demonstre interesse em resolver os problemas já existentes, uma vez que só serão abertas concessões para a iniciativa privada em relação à construção de novos aeroportos.

Ex. 87: Lerdo para executar qualquer projeto de investimento de alguma relevância, o governo Lula se torna ainda mais **ineficiente** quando a questão é abrir espaço para a iniciativa privada.

Este texto, apresentado diretamente como uma crítica ao governo Lula, faz uso de um adjetivo para caracterizar tal governo; “ineficiente”. O uso deste adjetivo demonstra diretamente o posicionamento do autor sobre a falta de investimento quando a questão é abrir espaço para a iniciativa privada. Considerar algo como ineficiente demarca diretamente nossa visão sobre o fato e, por isso, este adjetivo foi considerado um modalizador discursivo.

Ex. 88: Os aeroportos, **infelizmente** vão pelo mesmo caminho, e sempre devido a resistências ideológicas do comissariado no poder, que considera essencial o Estado ter presença na infraestrutura — mesmo que não haja recursos para tal.

Quando o autor utiliza o advérbio “infelizmente” deixa evidente sua insatisfação em relação à situação dos aeroportos brasileiros. Trata-se de um comentário perpassado pelo “eu” do autor, algo pessoal e incômodo para aquele sujeito que se coloca como voz discursiva no texto. Este advérbio, portanto, foi considerado nesta pesquisa como um modalizador discursivo.

TEXTO 14 A

RETROCESSO

A possibilidade da existência de grandes reservatórios de óleo e gás na chamada camada do pré-sal levou o governo a propor ao Congresso uma mudança no modelo de produção em blocos ainda a serem oferecidos nessa área. Em vez de concessão, como no modelo em vigor, o governo quer adotar o regime de partilha, sob a alegação de ali quase não haver risco exploratório.

A premissa pode ser verdadeira na região onde já foram feitas boas descobertas (campos de Tupi, Iara, Guará, etc.), mas a suposição de um imenso e único reservatório em toda a camada do pré-sal não tem comprovação técnica.

Embora seja uma província petrolífera promissora, o mais provável é que encontre no pré-sal acumulações variadas de hidrocarbonetos, que poderiam vir a interessar companhias de diferentes portes.

A legislação encaminhada pelo governo ao Congresso não contempla essa possibilidade. O modelo de partilha proposto concentrará a exploração em um operador único – a Petrobras -, que terá participação obrigatória de no mínimo 30 % nos consórcios vencedores das licitações.

As grandes companhias petrolíferas atualmente só se interessam por grandes acumulações. Para empresas médias, acumulações de até 50 milhões de barris recuperáveis de óleo podem ser bom negócio. A região do pré-sal está sendo tratada como se lá não houvesse acumulações nessas dimensões, mas somente reservatórios de bilhões de barris.

Se a intenção do governo, com o modelo proposto, é fortalecer a cadeia produtiva da indústria do petróleo, o retorno, na prática, ao antigo monopólio estatal deve ter efeito inverso.

25 Ficar nas mãos de um comprador gigante assusta qualquer fornecedor em potencial. No modelo atual, a Petrobras vem respondendo, em média, por 75% dos investimentos da indústria do petróleo no Brasil. Esses 25% restantes parecem pouco mas já foram suficientes para dar mais dinamismo à cadeia produtiva.

O GLOBO, 23/11/2009

Marcas linguísticas	Fragmentos do texto	Número de ocorrências
Adjetivos modalizadores	“provável” (linha 9) “obrigatória” (linha 14)	2

QUADRO 20: Ocorrências das marcas autorais no texto 14 A

O texto evidencia a questão do pré-sal, debatendo a intenção do governo em mudar o modelo de produção, que passaria da concessão para o regime de partilha sob a alegação de quase não haver risco exploratório. Afirma, ainda, que as mudanças podem ser consideradas produtivas, uma vez que possibilitariam que novos investidores chegassem ao mercado petrolífero, evitando, assim, o monopólio, o que poderia trazer problemas.

Este editorial do jornal o *Globo* é apresentado de forma imparcial, sem posicionamentos tão efetivos do autor em relação ao que está sendo dito. Somente percebemos no texto a utilização de dois adjetivos que podem funcionar como marcas da presença de um autor.

Ex. 89: Embora seja uma província petrolífera promissora, o mais **provável** é que encontre no pré-sal acumulações variadas de hidrocarbonetos, que poderiam vir a interessar companhias de diferentes portes.

O adjetivo destacado nos indica um posicionamento do autor em relação a uma possibilidade, ou seja, o que está sendo dito não pode ser tomado como verdade, apenas é uma suposição do autor, que parece utilizar este adjetivo para demarcar sua isenção em relação a possíveis questionamentos sobre sua

afirmação. Por conta disso, podemos considerar o adjetivo acima como um modalizador epistêmico quase asseverativo. Isto significa dizer que não há certeza em relação à proposição, por isso o nome de quase asseverativo.

Ex. 90: O modelo de partilha proposto concentrará a exploração em um operador único – a Petrobras -, que terá participação **obrigatória** de no mínimo 30 % nos consórcios vencedores das licitações.

O adjetivo destacado revela a intenção do enunciador em relação ao que está sendo dito. Trata-se de um adjetivo com função de modalizador deôntico, que representa a obrigatoriedade de que se realize o evidenciado na proposição. Não há dúvidas de que a Petrobrás vá receber pelo menos 30% de participação nos lucros, por isso temos um modalizador deôntico, algo forte, que não pode ser questionado.

TEXTO 14 B

RIQUEZA DO POVO

Os governantes agem como verdadeiras estrelas, querem sempre brilhar e ficar a anos-luz dos problemas de seu eleitorado. Os governantes de vários estados se reúnem para questionar os royalties. Os representantes dos estados produtores, Rio, Espírito Santo e São Paulo, querem manter seu quinhão e os estados nordestinos estão entrando no bolo; a discussão está se dando no Congresso Nacional, no novo marco regulatório proposto pelo governo. Os royalties deveriam beneficiar todos os estados e municípios, pois os investimentos usados pela Petrobras que proporcionaram a descoberta do pré-sal pertencem a todos os contribuintes brasileiros.

É justo o governo manter o que já vinha sendo praticado com estados e municípios, mas essa não é a discussão central. Primeiro, os governantes deveriam dizer em que vão aplicar o dinheiro. E, depois, os governadores não podem ficar contra o repasse aos outros estados da federação — seria puro egoísmo e falta de patriotismo.

O questionamento que os governadores deveriam fazer ao presidente Lula é: por que todo o petróleo do pré-sal não pode ser do Brasil e, conseqüentemente, do povo brasileiro? Os argumentos são irrefutáveis: quem descobriu o pré-sal foi a

Petrobras, que investiu em pesquisas e gastou dinheiro; o pré-sal está em águas brasileiras; e a Constituição diz que toda a riqueza do nosso subsolo é da União.

20 Com o petróleo do pré-sal o governo poderia saldar toda a dívida social com
nosso povo, fazer a reforma agrária, acabar com o déficit habitacional, oferecer aos
brasileiros saúde e educação de primeiro mundo e acabar com a miséria em nosso
país. Mas Lula e os governadores que brigam pelos royalties do pré-sal têm acordo
em partilhar com os gringos nosso petróleo. É por isso que Obama diz que Lula é o
25 cara!

Emanuel Cancell
O GLOBO, 23/11/2009

Marcas linguísticas	Fragmentos do texto	Número de ocorrências
Adjetivos modalizadores	“irrefutáveis” (linha 17)	1
Marcas de primeira pessoa	“nosso” (linha 19,21,24)	3
Sentenças interrogativas	“por que todo o petróleo do pré-sal não pode ser do Brasil e, conseqüentemente, do povo brasileiro?” (linha 16)	1

QUADRO 21: Ocorrências das marcas autorais no texto 14 B

Este editorial foi escrito por Emanuel Cancell, que não faz parte do corpo de editores do jornal *O Globo* e foi convidado a escrever um editorial sobre o petróleo por ser profundo conhecedor do assunto e a fim de que representasse uma opinião distinta da apresentada pelo jornal. Emanuel Cancell é o diretor do Sindipetro-RJ.

No texto há a abordagem sobre o pré-sal, apresentando como foco um fragmento da Constituição que diz que toda a riqueza do nosso subsolo é da União. Trata-se de um editorial que aparece na coluna “Outra opinião” do jornal *O Globo*, por não ter sido escrito por nenhum editor do jornal.

Ex. 91: Os argumentos são **irrefutáveis**: quem descobriu o pré-sal foi a Petrobras, que investiu em pesquisas e gastou dinheiro; o pré-sal está em águas brasileiras; e a Constituição diz que toda a riqueza do nosso subsolo é da União.

Neste exemplo temos a utilização do adjetivo destacado identificando a opinião do autor em relação a proposição. Trata-se de um adjetivo modalizador discursivo por meio do qual o enunciador concorda com os argumentos apresentados em favor da divisão dos *royalties* por todo o território nacional e não apenas para determinados Estados.

Ex. 92: Com o petróleo do pré-sal o governo poderia saldar toda a dívida social com **nosso** povo, fazer a reforma agrária, acabar com o déficit habitacional, oferecer aos brasileiros saúde e educação de primeiro mundo e acabar com a miséria em **nosso** país.

Os pronomes destacados no fragmento acima nos permitem verificar a presença do autor no texto. Neste caso, em que o editorial foi assinado e não representa a opinião da instituição o autor parece ter maior liberdade em se colocar diretamente no texto. Talvez seja este o motivo de um editorial de jornal apresentar marcas de primeira pessoa. O autor se posiciona como parte do povo brasileiro e como tal se demonstra preocupado com o rumo tomado em relação às disputas pelos lucros do pré-sal.

Ex. 93: O questionamento que os governadores deveriam fazer ao presidente Lula é: por que todo o petróleo do pré-sal não pode ser do Brasil e, conseqüentemente, do povo brasileiro?

Na linha 16 o autor apresenta uma sentença interrogativa que faz com que o leitor reflita sobre o que está sendo apresentado ao longo do texto. O uso de sentenças interrogativas está sendo considerado, nesse trabalho, como uma marca de diálogo entre os interlocutores envolvidos no processo enunciativo, isto porque a pausa feita por meio do questionamento levantado no texto faz com que o leitor diminua o ritmo da leitura e reflita um pouco sobre o que está sendo dito.

3.3. Resultado Comparativo das Análises dos Editoriais

Após o término da análise dos editoriais selecionados como *corpus* deste trabalho foi possível perceber que há diferenças entre os editoriais de revista e os de jornal, uma vez que os de revista demonstram a utilização de mais marcas de subjetividade do que os de jornal, ou seja, nas revistas, em especial na *Época*, o autor é mais marcado, se apresenta explicitamente nos textos.

A fim de exemplificar as diferenças encontradas optamos por apresentar um gráfico quantitativo das ocorrências das marcas encontradas no jornal e na revista e, posteriormente, um quadro comparativo, contendo explicações acerca das marcas autorais encontradas nos editoriais dos dois veículos estudados.

Ao término da análise feita nos editoriais selecionados como *corpus* foi possível identificar que este gênero apresenta marcas estruturais específicas, que não foram o alvo desta pesquisa, mas também apresentam elementos que nos evidenciaram a presença de um autor marcado linguisticamente no texto. Mesmo sendo os editoriais, gêneros voltados para a representação da opinião de uma instituição, foi possível perceber que uma mesma instituição, de acordo com o assunto apresentado, demonstrava participação do autor de formas diferentes, tendo em alguns casos maior e em outros menor quantidade de elementos marcadores de subjetividade.

Ao analisarmos o dialogismo nesses editoriais escolhidos, percebemos que este ocorre com maior frequência nos editoriais de revista, que normalmente são apresentados com a participação direta e explícita do editor chefe, que assina os textos. Nos editoriais de jornal esta marca não se mostrou tão latente, uma vez que o objetivo girava em torno da apresentação mais neutra possível da opinião defendida pela instituição.

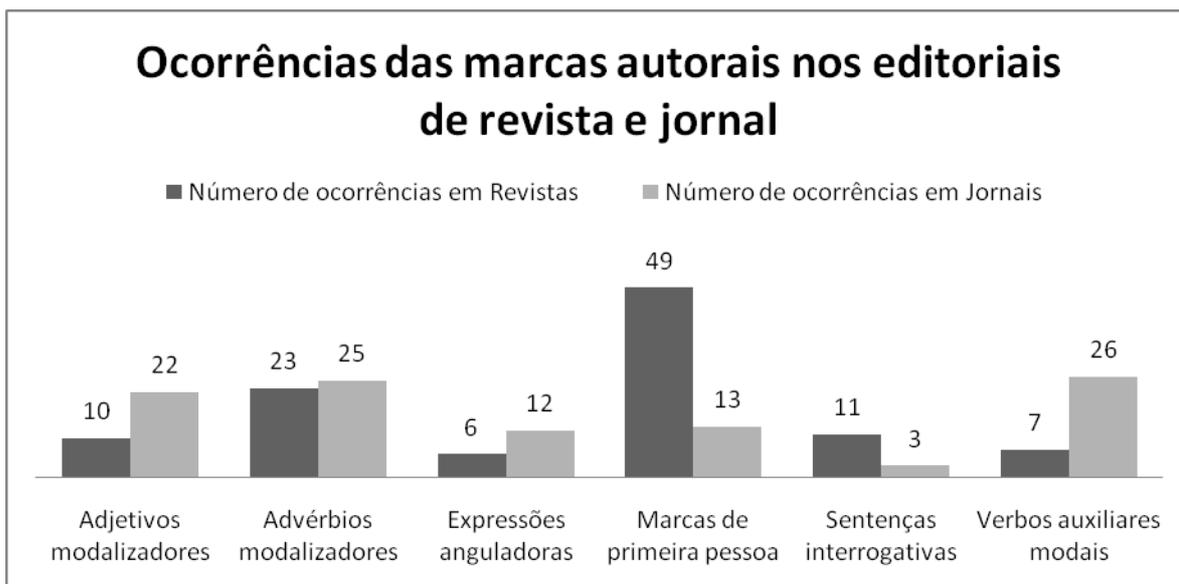


Gráfico 01: Ocorrências das marcas autorais nos editoriais de revista e jornal

O gráfico acima torna nítida a diferença do jornal e da revista em relação ao uso das marcas linguísticas, definidas por nós como autorais.

Os advérbios e os adjetivos modalizadores foram mais utilizados nos editoriais de jornal, talvez por estes terem uma tendência maior a uma colocação da opinião de forma mais discreta, tendendo ao afastamento em relação aos assuntos apresentados. Talvez pelo mesmo motivo os editoriais de jornal tenham apresentado também uma maior ocorrência de expressões anguladoras. Essas marcas linguísticas podem estar relacionadas à opinião do autor sobre o fato mencionado, mas também podem demarcar uma tentativa de afastamento do mesmo sobre o que está sendo dito.

Já em relação ao uso de sentenças interrogativas, os editoriais de revista apresentaram uma maior ocorrência, demonstrando que a revista tende a um maior diálogo com os seus leitores. Na revista, os questionamentos levantados pelas sentenças interrogativas demonstraram uma tentativa de comunicação com o interlocutor, pois estavam relacionadas a questões que não eram respondidas no corpo do texto, o que indicava um momento de reflexão sobre o que estava sendo abordado no texto.

Os verbos auxiliares modais foram encontrados em maior número nos editoriais de jornais, isto porque nesses textos foi percebida uma tentativa de distanciamento do que estava sendo trabalhado, possivelmente pelo fato de os jornais terem um público mais amplo e variado do que a revista. Neste caso parece

interessante para os jornais manter este afastamento, pois com isso conseguiria atingir um maior número de leitores que não verificariam de forma explícita uma opinião que divergisse da sua.

Conforme percebemos no gráfico quantitativo das ocorrências analisadas, as marcas de primeira pessoa são as que mais se destacam quando comparamos os jornais e as revistas. Isso parece dever-se ao fato de as revistas assumirem um discurso de proximidade com seu público-leitor, o que não percebemos nos jornais. Além desta diferença quantitativa entre jornais e revistas no que diz respeito às marcas de primeira pessoa, podemos ressaltar a diferença que há entre a revista *Época* e a revista *Isto É*. Na *Época* a ocorrência é maior, percebe-se nesta revista uma tendência a tratar o editorial como se utilizasse uma metalinguagem, ou seja, o texto é elaborado sempre de acordo com o que será apresentado ao longo da edição da revista. Há também, nesta revista, uma marca bastante específica, que diz respeito à constante citação dos nomes dos membros formadores do corpo editorial.

As marcas estudadas neste trabalho, além de terem sido observadas de forma quantitativa, foram analisadas de forma qualitativa e, por conta disso, optou-se por elaborar um quadro para que fossem agrupadas as categorias e em seguida os comentários a respeito de seus usos nos jornais e nas revistas.

MARCAS LINGÜÍSTICAS	JORNAL	REVISTA
Adjetivos modalizadores	Maior ocorrência. Texto tendendo à apresentação das opiniões de forma velada.	Presentes em menor número, porém indicando um posicionamento direto do autor.
Advérbios modalizadores	Grande ocorrência. Parece comprovar a tendência do uso da subjetividade implícita.	Menor ocorrência. As marcas subjetivas se dão mais diretamente e relacionadas às pessoas do discurso.
Verbos auxiliares modais	Tendência à utilização dessas estruturas como indicativas de distanciamento do autor em relação ao fato abordado.	Pouca utilização destas estruturas, uma vez que as opiniões são dadas mais diretamente.
Marcas de primeira pessoa	Poucas ocorrências. Presentes em maior número nos editoriais assinados do <i>Jornal O Globo</i>.	Marcas explícitas nos editoriais, parecendo indicar uma tentativa de diálogo com o leitor.

Sentenças interrogativas	Poucas ocorrências, podendo indicar uma menor preocupação com o diálogo entre os interlocutores.	Maior número, o que demonstra uma constante preocupação com a participação do leitor.
Expressões anguladoras	Maior ocorrência dessas expressões, podendo indicar uma tentativa de direcionamento em relação à opinião dada.	Poucas ocorrências. As impressões do autor são dadas mais diretamente.

QUADRO 22: Análise das marcas linguísticas do jornal e da revista

Conforme informações presentes no quadro acima é possível perceber que os jornais, normalmente, tendem a uma marca de impessoalidade, por conta disso se utilizam mais de formas modalizadoras e menos de marcas de primeira pessoa, uma vez que os modalizadores lhes permitem criar certo distanciamento do autor em relação às proposições. Já as revistas analisadas tendem, em especial a revista *Época*, à maior utilização de marcas de primeira pessoa, talvez por terem mais clareza de seu público alvo e, por isso, desejarem maior aproximação com ele.

O estudo dessas marcas linguísticas de autoria nos possibilitou a percepção de que os editoriais apresentam a mesma moldura, ou seja, parecem ter o mesmo formato de elaboração, pertencem ao mesmo gênero, mas apresentam marcas autorais distintas, que talvez sejam decorrentes da diversidade de público leitor. Nas revistas o público parece ser mais conhecido, talvez por não ser tão popular; já no jornal o público parece extremamente amplo, uma vez que seus preços são mais acessíveis e as informações transmitidas, normalmente, abrangem uma parcela maior de assuntos. Isto significa dizer que o jornal tende a abordar assuntos de temas bem variados, tentando atingir a necessidade de seu público, já a revista é mais específica, pois delimita os assuntos que podem ser encontrados em suas edições (há revistas para adolescentes, sobre literatura, ciência, medicina, dentre outras).

Tais observações feitas ao longo da pesquisa nos permitem dizer que estamos tratando de um mesmo gênero, porém apresentado de formas diferentes e não de dois gêneros distintos, como se havia cogitado no início desta pesquisa.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

No início da pesquisa cogitamos que verificaríamos marcas muito distintas nos editoriais de revista e de jornal, considerando que estes poderiam ser considerados pertencentes a gêneros distintos. Isso, ao término da pesquisa, acabou sendo rejeitado, pois houve uma pequena diferença entre eles, o que não justificaria considerá-los diferentes, mas sim como textos de um mesmo gênero que apresentam marcas específicas, que estão mais relacionadas ao veículo em que estão sendo publicados.

Uma das questões levantadas ao longo deste trabalho dizia respeito à diferença dos editoriais de jornal que aparecem assinados e os que não são assinados. Percebemos que os que aparecem assinados apresentam marcas de primeira pessoa mais frequentes dos que os que não são assinados, o que pode ser justificado pela aproximação dos autores com os assuntos abordados, pois normalmente os convidados a darem sua opinião são pessoas envolvidas diretamente com o que está sendo tratado.

As diferenças encontradas nas marcas autorais dos editoriais de revista e jornais nos demonstraram que estas podem ser decorrentes da visão que as empresas têm de seu público leitor. Os jornais são mais populares e, por isso, se referem a um público maior e mais diversificado. Já as revistas têm um público mais reduzido de assinantes e pode manter com eles um vínculo mais individualizado, o que pode ser a causa da utilização de muitas marcas de primeira pessoa.

Os jornais, por conta de sua popularização, servem de meio para a população ter acesso às informações importantes sobre o mundo e, por isso, parecem mais impessoais, tendendo ao esclarecimento e levantamento de questões a fim de que o leitor fique informado e possa formar sua opinião em relação aos fatos. Não percebemos importantes distinções entre os editoriais publicados na *Folha de São Paulo* e no jornal *O Globo*.

As revistas estudadas apresentaram consideráveis diferenças, pois a *Época* se destaca pela intensa utilização de marcas de primeira pessoa e pelo uso de sentenças interrogativas que levem o leitor a se sentir parte do corpo editorial da revista. Já na revista *Isto É*, as marcas encontradas se aproximam mais às do jornal;

pois há uma maior tendência à impessoalidade e ao afastamento do autor. Tais diferenças podem ser decorrentes do fato de uma ser mais popular do que a outra.

Esta pesquisa visava a identificar marcas autorais no gênero editorial e, tais marcas foram categorizadas de acordo com seu aparecimento no momento da análise dos textos. As marcas foram contabilizadas a fim de facilitar a visualização dos dados coletados, porém sabe-se que há muito mais a ser dito e estudado sobre a autoria e suas marcas linguísticas. Intentou-se, ao longo desta pesquisa, iniciar uma discussão que possa ser retomada em trabalhos posteriores a fim de se verificar cada vez mais a importância da autoria.

Isto porque a autoria é um assunto amplamente discutido academicamente e questionado quando pensamos no processo de aprendizagem da leitura e da escrita. Atualmente, muito se fala de problemas com os alunos que não sabem escrever apresentando de forma clara sua opinião ou ainda em casos em que os alunos apenas copiam o que encontram na internet e não conseguem interpretar e assimilar as informações que recebem. Tais problemas só poderão ser resolvidos, ou ao menos minimizados, se a leitura atenta e voltada para análise do texto for incentivada na sala de aula.

Na qualidade de analista de estratégias discursivas, cabe ao professor ensinar aos seus alunos, através de estratégias de leitura, como “mergulhar” nos textos para desconstruir e reconstruir o contexto no qual esse texto foi produzido, tentando verificar a provável intenção de quem o produziu e as possíveis condições de produção. Tais associações podem ser feitas por meio do que chamamos de pistas textuais deixadas pelo autor para a construção do sentido do texto. Desta forma, considerando Kleiman (2000), a leitura deixa de ser uma mera análise de palavras para passar a ser uma conscientização sobre os usos da linguagem mediante a leitura. Quanto mais proficiente for o leitor, maiores serão as chances de este fazer análises adequadas sobre o texto e, assim, perceber, entre outros fenômenos textuais, as relações específicas contraídas entre determinados itens linguísticos desse texto e sua macroestrutura.

Essas questões levantadas sobre a leitura atenta de um texto, verificando as estratégias do autor e as pistas deixadas para a contextualização, são fundamentais para o desenvolvimento de um aluno capaz de pensar criticamente sobre os textos e sobre a vida.

Neste trabalho tentamos mostrar possibilidades de leitura em relação aos editoriais e suas marcas linguísticas e esperamos que isto possa servir de incentivo para outras tantas leituras possíveis de um mesmo texto e de um mesmo assunto, seja em sala de aula ou em pesquisas posteriores.

REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, Maria Lúcia Leitão de. "Processo de mesclagem em anguladores no Português do Brasil". *Veredas: revista de estudos lingüísticos*, Juiz de Fora, 1999, v. 3, n. 1, p.129 - 142.
- AZEREDO, José Carlos de. *Gramática Houaiss da Língua Portuguesa*. 2.ed. São Paulo: Publifolha, 2008.
- BAKHTIN, Michail. *Estética da criação verbal*. 2.ed. São Paulo: Martins Fontes, 1997.
- BECHARA, Evanildo. *Moderna gramática portuguesa*. 36.ed. Rio de Janeiro: Lucerna, 1999.
- BELTRÃO, Luiz. *Jornalismo opinativo*. Porto Alegre: Sulina, 1980.
- BENVENISTE, Emile. *O homem na linguagem*. 2..ed. Lisboa: Vega, 1992.
- BRAIT, Beth (Org). *Bakhtin: conceitos-chave*. São Paulo: Contexto, 2005.
- BRANDÃO, Helena H. Nagamine. *Introdução à análise do discurso*. 2..ed. Campinas, SP: UNICAMP, 2004.
- CÂMARA JÚNIOR, J. Mattoso. *Dicionário de filologia e gramática*. São Paulo: Ozon, 1968.
- CAMPOS, Adriana Cristina. *Análise de estratégias argumentativas no gênero editorial*. 2008. 179 f. Dissertação (Mestrado em Língua Portuguesa) . Instituto de Letras. Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2008.
- CASTILHO, Ataliba T. de. *Nova gramática do português brasileiro*. São Paulo: contexto, 2010.

CASTILHO, A. & CASTILHO, M. C. M. “Advérbios Modalizadores”. In: ILARI, Rodolfo. (Org.). *Gramática do Português Falado*. Campinas, SP: Ed. da UNICAMP, 1992. v.2. p. 213-260.

COSTA VAL, Maria da Graça. *Redação e Textualidade*. 2.ed. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

CUNHA, C.; CINTR, L. *Nova Gramática do português contemporâneo*. 3. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2001.

ECO, Umberto. *Conceito de texto*. São Paulo: T.A. Queiroz, 1984.

ERBOLATO, Mário L. *Técnicas de codificação em jornalismo*. 5.ed. São Paulo: Ática, 2004.

FARACO, C. A. *Linguagem e diálogo: as idéias lingüísticas do círculo de Bakhtin*. Curitiba: Criar edições, 2003.

FOUCAULT, Michel. *O que é um autor?* Lisboa: Nova Vega, 2006.

GARCIA, Othon M. *Comunicação em prosa moderna*. 25.ed. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2006.

GUIMARÃES, Elisa. *A articulação do texto*. São Paulo: Ática, 1992.

KOCH, Ingedore. *Desvendando os segredos do texto*. 2.ed. São Paulo: Cortez, 2002.

_____. *O texto e a construção dos sentidos*. São Paulo: Contexto, 2000.

_____. *Argumentação e linguagem*. 8.ed. São Paulo: Cortez, 2002.

_____. *A coesão textual*. São Paulo: Contexto, 2005.

KOCH, Ingedore G. V. ; TRAVAGLIA, Luiz Carlos. *A coerência textual*. 16.ed. São Paulo: Contexto, 2004.

KUNCZIK, Michael. *Conceitos de Jornalismo Norte e Sul: Manual de comunicação*. - 2. ed. São Paulo: Ed.da Universidade de São Paulo, 2002.

LAGAZZI-RODRIGUES, Suzy. "Texto e autoria". In: *Introdução às Ciências da Linguagem: Discurso e textualidade*. Campinas, SP: Pontes, 2006.

LOPES-ROSSI, Maria Aparecida Garcia. *Gêneros discursivos no ensino de leitura e produção de texto*. Taubaté, SP: Cabral Ed., 2002.

MARCUSCHI, L. A. *Da fala para a escrita: atividades de retextualização*. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2001.

_____. Gêneros textuais: definição e funcionalidade. In: DIONÍSIO, Ângela Paiva; MACHADO, Anna Rachel ; BEZERRA, Maria Auxiliadora (Org). *Gêneros textuais & Ensino*. 4. ed. Rio de Janeiro: Lucerna, 2005. p.19-36.

MELO, José Marques de. *Teoria do jornalismo: identidades brasileiras*. São Paulo: Paulus, 2006.

_____. *Jornalismo opinativo: gêneros opinativos no jornalismo brasileiro*. 3. ed. Campos do Jordão: Mantiqueira, 2003.

NEVES, Conceição; KLÜSENER, Renita; SCHÄFFER, Neiva; SOUZA, Jusamara. *Ler e escrever compromisso de todas as áreas*. 5. ed. Porto Alegre: UFRGS, 2003.

ORLANDI, Eni P. *Análise de Discurso: princípios e procedimentos*. Campinas, SP: Pontes, 2003.

_____. *Interpretação: Autoria, Leitura e Efeitos do Trabalho Simbólico*. 4. ed. Campinas: Pontes, 2004.

PAULIUKONIS, Maria Aparecida; GAVAZZI Sérgio (Orgs.). *Texto e discurso: Mídia, literatura e ensino*. Rio de Janeiro: Lucerna, 2003.

ROCHA LIMA, C. H. da. *Gramática normativa da língua portuguesa*. 41.ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 2001.

ROSSI, Clóvis. *O que é jornalismo?* São Paulo: Brasiliense, 2005.

SACCONI, Luís Antônio. *Nossa Gramática: teoria*. São Paulo: Atual, 1990.

SAID ALI, M. *Gramática histórica da língua portuguesa*. São Paulo: Melhoramentos, 1966.

SCALZO, Marília. *Jornalismo de revista*. 3.ed. São Paulo: Contexto, 2008.

VILAS BOAS, Sergio. *O estilo magazine: o texto em revista*. São Paulo: Summus, 1996.

ANEXOS - Editoriais**TEXTO 15****A DIFÍCIL MISSÃO DE RECONSTRUIR UM PAÍS**

A placa de Enriquillo-Plantain Garden estava quieta havia mais de 100 anos. Isso é um péssimo sinal. Significa que ela estava acumulando estresse. Quando a explosão viesse, seria das mais violentas, previam os geólogos. Ela veio às 16h53 da terça-feira. Veio no pior lugar possível: bem perto da superfície, a apenas 13
5 quilômetros de profundidade, e bem ao lado da área mais populosa do país. E veio seguida de diversos tremores secundários, que acabaram de demolir os prédios que haviam ficado bambos, matando ainda mais gente - incluindo quem tentava resgatar vítimas do tremor principal. Apesar das advertências dos cientistas (houve uma há
10 pouquíssimo tempo, em 2008, num congresso internacional), o Haiti estava completamente despreparado. Não é de surpreender. Como iria se preparar para um terremoto um país que não consegue se preparar sequer para os desafios diários de oferecer segurança, estabilidade econômica, educação, até água potável a sua população?

O Haiti é o estereótipo do lugar desprovido de tudo. Só no ano passado, foi atingido por quatro furacões e tempestades tropicais que mataram cerca de 800
15 pessoas e deixaram 1 milhão de desabrigados, mais de 10% da população. Seus flagelos incluem um histórico de ditaduras tão violentas que a solução adotada pelo então presidente, Jean-Bertrand Aristide (um político eleito que depois adotou ele próprio métodos ditatoriais), foi abolir as Forças Armadas, em 1995. A ONU teve de
20 assumir o papel de pacificadora do país. Os Estados Unidos, cuja potência e proximidade os tornam o candidato natural a liderar a estruturação, estavam impedidos - suas intervenções anteriores, embora bem-intencionadas, só haviam piorado a situação política local. Foi aí que o Brasil assumiu o papel de força principal no país, com surpreendente sucesso. A atuação de nossas tropas na
25 violentíssima favela de Cite Soleil virou exemplo mundial. Havia ainda, é claro, muito a fazer. O Haiti precisa de instituições operacionais - polícia, escolas, hospitais, indústrias. Sem um Estado estruturado, como dizia Thomas Hobbes no século XVI (e a situação haitiana parece lhe dar razão), os homens voltam à situação primordial de "guerra de todos contra todos".

A avassaladora destruição provocada pelo terremoto da semana passada interrompeu os progressos na estruturação do país. A missão brasileira, obviamente, passa a ter outras prioridades: socorrer feridos, sepultar mortos, remover destroços, distribuir água e comida, além de garantir segurança. É uma tarefa urgente, porque o tempo é exíguo para salvar pessoas presas nos escombros ou feridas e sem
35 abrigo. Quando esse trabalho for concluído, o outro - de construir uma nação menos suscetível a tragédias de todos os tipos - deve recomeçar.

ÉPOCA, 18/01/2010

TEXTO 16

A MISSÃO MAIS SIMPLES E MAIS NOBRE DO JORNALISTA

Logo depois do terremoto que devastou o Haiti, alguém postou no Twitter uma frase que dá o que pensar. Era algo mais ou menos assim: "Se sua profissão não é necessária hoje por lá, então talvez você tenha um problema". Esses momentos dramáticos revelam de modo transparente todas as atividades humanas essenciais. Do que precisa um país numa situação caótica aguda, como a do Haiti? De saúde, condições sanitárias, construções, transportes, água, comida etc. E também, todos concordarão, precisa de jornalismo.

É, de certo modo, um alívio para nós, jornalistas - praticantes de um ofício que talvez nunca tenha sido tão atacado, criticado e vilipendiado como nos últimos tempos -, saber quanto ainda somos fundamentais. Nossa missão nessas horas é, ao mesmo tempo, a mais simples e a mais nobre das nossas funções: prestar um testemunho dos fatos. É uma atividade que não exige mais que ver, ouvir e reportar de modo honesto, por meio de textos e imagens.

As testemunhas enviadas por ÉPOCA ao Haiti - o repórter Juliano Machado e o fotógrafo Anderson Schneider - encontraram ao chegar um cenário dantesco. "Não há construção que tenha escapado incólume", escreveu Juliano. "Algumas estão visivelmente inclinadas, a um passo de ruir. Dá para perceber que muitas casas e estabelecimentos comerciais destruídos estão intocados - um homem escavava com as mãos o resto de uma casa, talvez na esperança de encontrar alguém soterrado ou mesmo recuperar um objeto de valor." Ao longo dos dias, Juliano e Anderson ajudaram a dar comida a crianças e passaram por todos os tremores secundários que voltaram a sacudir o país - num deles, segundo Juliano, "a perna tremeu". "À noite, quando vamos dormir, cada um tenta esquecer um pouco o cenário de miséria que o circunda", diz Juliano. "Ao acordar e sair para mais um dia, a realidade dá logo bom-dia." Da dor da tragédia, emergem o relato e as imagens pungentes que você lê e vê a partir da página 72.

Num comentário recente em seu blog na revista New Yorker, o repórter Steve Coll, que cobriu vários terremotos, escreveu: "Em momentos como este no Haiti, a função de um jornalista como testemunha pode ser relativamente descomplicada em comparação com as reportagens políticas ou investigativas". Em campo, diz Coll, você se sente às vezes macabro e um intruso em relação à dor dos sobreviventes e aos esforços dos trabalhadores de ajuda humanitária. "Mas todos eles reconhecerão, na maior parte das vezes, que o jornalismo ajuda a amplificar sua própria condição e potencial", diz Coll. Segundo ele, a tecnologia cada vez mais faz de todos nós testemunhas de crises. "Ainda assim, apenas aqueles jornalistas intrépidos o bastante para encontrar seu caminho adiante, de modo independente, são capazes de pôr nossas lentes no foco." As palavras de Coll descrevem à perfeição o trabalho de Juliano e Anderson.

TEXTO 17

DEZ ANOS QUE VIRARAM O MUNDO DE PONTA-CABEÇA

O que define uma década? Os anos 20 foram de loucura e desvario, a Era do Jazz. Nos anos 30, o mundo assistiu atônito aos efeitos da crise de 29 e à ascensão do fascismo, do nazismo e do stalinismo. Nos 40, ocorreu a guerra que mais matou em toda a história e o primeiro genocídio em escala industrial. Nos anos 50, a humanidade respirou um ar de nova prosperidade, mas começou a sofrer a tensão da Guerra Fria. A década de 60 foi o tempo da revolução sexual, dos Beatles e, no Brasil, de ditadura. Os anos 70 foram os tempos da inflação global e das crises do petróleo. Os 80 assistiram à vitória das políticas liberais de Reagan e Thatcher e à derrota do comunismo, com a glasnost, a perestroika e a queda do Muro de Berlim. Nos anos 90, a globalização se impôs no planeta, a internet saiu dos laboratórios para as ruas - e a hegemonia americana atingiu seu auge.

E a década que está acabando agora, como será definida? Seu próprio nome encerra dificuldades. Escolhemos, por comparação com as anteriores e até por falta de nome melhor, chamá-la de anos 00. Ela engloba o período de dez anos que começou em 1º de janeiro de 2000 e terminará no próximo dia 31 de dezembro - e reúne o último ano do século XX e os nove primeiros anos do XXI. O evento mais marcante destes dez anos foi, sem dúvida, a série de atentados de 11 de setembro de 2001. Seu significado vai além do terror e da celebração da memória dos mortos nos trágicos ataques às torres gêmeas, ao Pentágono e à (malograda) tentativa contra a Casa Branca. Os atentados são o marco inicial daquilo que nosso colunista Fareed Zakaria chamou de "mundo pós-americano" (leia sua análise na página 95). Depois de 11 de setembro, a década culminou com a maior crise financeira de toda a história, que atingiu o império americano com uma força cujo impacto ainda não conseguimos avaliar. O mundo que emerge dos anos 00 é multipolar, com a ascensão de novas e variadas potências. A principal é a China. Mas neste mundo há também espaço para a Europa unificada e para novos atores, como Índia, Rússia e, evidentemente, Brasil.

Nosso país nunca viveu um período de tantas transformações. Entre os governos de Fernando Henrique Cardoso e Luiz Inácio Lula da Silva, começamos a deixar a periferia para ocupar um papel de destaque na cena global. Nessa trajetória, nossos desafios serão gigantescos e se desdobrarão por diversas áreas, da infraestrutura ao investimento. O principal será, sem dúvida, a educação (leia sobre isso na coluna de Ruth de Aquino, na página 146). A próxima década deixará claro se saberemos aproveitar a oportunidade gigantesca que se abriu para nós neste novo mundo.

TEXTO 18**INFÂNCIA ABANDONADA**

A Unicef acaba de apresentar estatísticas sobre a situação da infância no Brasil que reforçam um quadro alarmante de falta de atenção ao menor. O primeiro desses dados, baseado na Pesquisa Nacional por Amostragem de Domicílios (PNAD), do IBGE, mostra que quase 240 mil jovens com menos de 18 anos são hoje chefes de família. Em outras palavras, são adolescentes - que pela lei ainda não podem ser responsabilizados por seus atos - com atribuições como sustentar uma casa ou mesmo criar filhos. Essas crianças com papéis de adultos em quase sua totalidade deixaram a escola mais cedo (ou nem chegaram a frequentá-la), tentaram se colocar no mercado de trabalho antes do tempo, engravidaram sem planejamento, foram abandonadas nas ruas ou assumiram a guarda de irmãos mais novos. Em todas as circunstâncias, são vítimas do descaso, da pobreza e de uma situação de completa falta de assistência do Estado. A Unicef avança sobre essa premissa mostrando que no País o índice de Desenvolvimento Infantil está abaixo da média mundial e muito longe daquele verificado em nações desenvolvidas. Esse índice leva em consideração o percentual de crianças com pais e mães, a quantidade das que estão com as vacinas em dia, o grau de escolaridade e a taxa de mortalidade infantil. Nesses dois últimos aspectos os números brasileiros revelam um desempenho lamentável. Em dez Estados brasileiros, a taxa de mortalidade entre crianças com até cinco anos supera a faixa de 30 por mil nascidos vivos. No Pará, a estatística é de absoluto descalabro: 10,4% das mortes de crianças com menos de um ano ocorrem por causas desconhecidas. No Acre e em Alagoas, a mortalidade infantil alcança 41,3 crianças por mil nascidos vivos. No campo da educação, a defasagem entre o Norte e o Sul do País fica evidente. A Unicef aponta que quase 13% das crianças com 10 anos de idade não sabem ler. Número que cai para 1,2% no Sul do Brasil. No geral, apenas 64% das crianças brasileiras que entram na escola terminam o ensino médio. O resto fica pelo caminho. Se faz urgente uma reversão dessa situação. Afinal, que futuro o Brasil está planejando, se não cuida daqueles que vão dirigi-lo lá na frente?

30

ISTO É, 17/06/2009

TEXTO 19**POR QUE O ESTADO GASTA TANTO**

Nas últimas décadas, o Brasil empreendeu uma gigantesca desmobilização do Estado-empresário. Privatizou várias estatais, terceirizou serviços e abriu a economia interna ao mundo, dentro de um objetivo claro de modernizar o País e colocá-lo em sintonia com a onda de globalização. O Estado mais magro
5 pressupunha eficiência e todo o repasse de ativos e passivos à iniciativa privada deveria vir acompanhado de um natural encolhimento de custos. Não veio. Ao contrário. Gradativamente, ao longo dos últimos anos, governos municipais, estaduais e federal foram erguendo uma montanha de dívidas. Para honrá-la, apostou-se na arrecadação tributária sem limites. Na semana passada, números
10 divulgados pela própria Receita Federal mostravam o tamanho da brutal conta que recaiu sobre os ombros do contribuinte. A carga fiscal alcançou o histórico recorde de 36% do PIB. Para ser ter uma idéia da dimensão desse peso tributário, basta dizer que ele é praticamente o dobro do verificado na economia mexicana, que tem estrutura de PIB semelhante à daqui. O índice é maior que o dos EUA, da Suíça e
15 de praticamente todos os países vizinhos com os quais o Brasil faz fronteira. O que explica essa sanha desmedida? Tome-se, por exemplo, a prática sinalizada na semana passada pelos vários ministros que estão aumentando despesas e pedindo mais dinheiro ao Tesouro. Às vésperas das eleições, os titulares desses ministérios - muitos dos quais candidatos a novos mandatos - querem fazer bonito com o dinheiro
20 alheio. O governo federal incentiva, elevando exponencialmente os custos com o funcionalismo público. O inchaço da máquina, apesar da dieta das estruturas empresariais que aconteceu com as privatizações, é visível. O Estado gastador flerta com a idéia de ser um Estado ainda mais interventor e populista, distribuindo benesses em troca do voto. Algo arcaico no mundo contemporâneo, mas bem ao
25 gosto de gestões bananeiras que montam seus guichês de favores e praticam abertamente o é dando que se recebe. Nessa direção, a União comunicou que vai aceitar renegociar as dívidas dos Estados e trabalha para uma alforria de pagamentos de compromissos em vários setores estatais. No Legislativo, o Senado torra quase R\$ 3 bilhões ao ano - parte com viagens ao Exterior, parte com um
30 nepotismo descarado. Dá para entender por que o seu imposto está tão alto?

ISTO É, 15/7/2009

TEXTO 20**A HORA DA ARRANCADA**

“Quando a realidade voltar a vencer o pânico e a especulação, o Brasil certamente terá se firmado como a melhor alternativa de investimento”, dizia a reportagem de capa de ISTOÉ, no início de outubro do ano passado. O texto foi escrito antes que o estouro da bolha econômica global tivesse completado seu primeiro mês. Era uma semana em que a economia mundial havia mergulhado na espiral descendente, com tombos de dois dígitos nas bolsas, escassez absoluta de dinheiro na praça e previsões drásticas sobre o futuro imediato do emprego, do investimento e da renda.

Na semana passada, uma pesquisa revelou que os empresários brasileiros retomaram o otimismo de antes da crise. A ONU anunciou que o Brasil só perde para a China, Estados Unidos e Índia como destino dos investidores.

E os dados de emprego e produção industrial melhoram consistentemente mês a mês. Diante disso é claro que alguns analistas e publicações trataram de se vangloriar do fato de terem acertado suas previsões sobre a crise.

Mais do que cabotismo, seria um equívoco alardear que ISTOÉ acertou na mosca, até porque a revista não tratou de construir cenários variados, como se a boa reportagem fosse uma questão de múltiplas escolhas. Quem faz apostas são os operadores de mercado. Especular com a notícia contraria os fundamentos do jornalismo, que estão baseados na informação segura, na correção da análise e no distanciamento crítico. Foi por esse compromisso com o leitor que ISTOÉ mostrou, no auge do pânico econômico, como a solidez dos bancos nacionais, a rentabilidade das empresas de capital aberto e a alta soma das reservas internacionais indicavam um caminho seguro para o Brasil. Saber que outros só viram depois o que nossos leitores sempre souberam é a prova deste bom jornalismo.

Mas o que o governo fez até agora foi implantar medidas que aliviaram os efeitos da crise externa e garantiram a geração de emprego e renda. O Brasil, no entanto, precisa de desenvolvimento e não apenas de crescimento. E desenvolvimento é uma revolução na sucateada infraestrutura, é investimento em educação e em inovação. Passada a fase mais crítica, o País tem hoje uma inflação menor que antes, mais dólares em caixa e a menor taxa de juros real em décadas. O Brasil precisa correr mais rápido se quiser chegar ao padrão das economias desenvolvidas. Chegou a hora da arrancada.

ISTO É, 29/07/2009

TEXT0 21

SERÁ O FIM DA MATA ATLÂNTICA?

Um dramático alerta foi lançado na semana passada a partir de dados colhidos pelo Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (Inpe) e pela Fundação SOS Mata Atlântica. Os especialistas constataram que, no atual ritmo de desmatamento das florestas no Brasil, restam apenas 40 anos de sobrevivência para a Mata Atlântica. Inaceitável, assustadora, essa possibilidade também é reforçada pelo crescente impacto do aquecimento global. As projeções estão lá no Atlas dos Remanescentes Florestais, divulgado pelas duas instituições. Por ele é possível verificar que o ritmo de destruição avança à proporção de 34 mil hectares por ano desde 2000. Estados como Bahia, Minas Gerais e Rio Grande do Sul estão hoje com menos de 10% de floresta remanescente de sua cobertura original. Em números percentuais cada um tem, respectivamente 8,38%, 9,68% e 7,31%. Na situação mais dramática está o Estado de Goiás, onde a devastação corre solta, e o percentual de mata remanescente é de pouco mais de 3,5%. É algo lamentável para um país que quando foi colonizado pelos portugueses em 1500 apresentava todo o seu litoral recoberto pela Mata Atlântica. Agora só restam 7,9% do total. O Brasil ainda é tido como o pulmão do mundo dada a sua biodiversidade. Mas os recursos não são infindáveis. Se nada for feito, com a completa participação da sociedade, as conseqüências para a sobrevivência humana em todo o planeta serão imensuráveis. Já neste momento dezenas de espécies animais, nativas do Brasil, estão entrando em extinção, como mostra a reportagem que começa à página 91. É um triste revés a se registrar justamente quando o mundo comemora a Semana do Meio Ambiente e Ecologia. Mas essas datas servem, didaticamente, para despertar a consciência sobre o valor dessa riqueza e para, quem sabe, motivar um mutirão geral pelo resgate ecológico. Somente interrompendo esse processo de devastação poderemos sonhar com um amanhã para os nossos filhos, netos e futuras gerações. Depende também de você.

ISTO É, 03/06/2009

TEXTO 22 A

REGRAS DEMAIS

Enquanto não se oficializam as candidaturas para as eleições de outubro, multiplicam-se as tentativas de impor exagerado controle judicial sobre os mecanismos da disputa política.

5 Já foi objeto de críticas, neste espaço, a camisa-de-força que se pretende impor aos principais personagens do debate. José Serra e Dilma Rousseff participam de eventos, fazem declarações, acenam para a plateia. Só não podem — assim determina a cartilha do TSE— admitir aquilo que ninguém ignora, o fato de estarem desde já à caça de votos, de ocasiões publicitárias e de aliados na corrida presidencial.

10 Não se contesta a importância dos tribunais eleitorais no sentido de coibir os abusos de poder, a compra de votos, os lances baixos da disputa eleitoral. Não faz sentido pretender, todavia, que uma campanha à Presidência da República —ou a qualquer outro cargo eletivo— só possa existir quando se inicia o período previsto na lei.

15 Não bastasse o intuito de controlar as manifestações dos candidatos, parece agora impor-se sobre a própria sociedade civil o peso dessa regulamentação.

Vem de Rondônia um exemplo significativo. Um jornalista foi multado pela Justiça Eleitoral daquele Estado por ter veiculado mensagens eletrônicas contra o governador José de Anchieta Jr. (PSDB), que postula a reeleição.

20 Não cabe discutir o teor das opiniões do jornalista, ligado à oposição local. A lei prevê penas para a injúria, a calúnia e a difamação; mas está assegurado a qualquer brasileiro o direito de expressar-se livremente.

25 Proibiu-se o jornalista, entretanto, de citar o nome do governador. O caso é de flagrante censura prévia. Foi enquadrado sob a bizarra denominação de "propaganda eleitoral negativa".

Tenta-se agora aplicar o dispositivo no caso da greve dos professores do Estado de São Paulo. Esta Folha reiteradamente condenou o viés político do movimento. De forma abusiva e sectária, a direção da Apeoesp não fez segredo, muito pelo contrário, de sua hostilidade ao governador José Serra e a suas intenções presidenciais.

30 Nem por isto se justifica o movimento do PSDB e do DEM, endossado pela própria Procuradoria-Geral da República, no sentido de punir a Apeoesp no Tribunal Superior Eleitoral, por ter realizado "propaganda eleitoral antecipada negativa".

35 A greve foi política; não deveria ter sido política; esvaziou-se. Que a categoria dos professores avalie o saldo do movimento.

Opiniões violentas contra candidatos a cargos eletivos, em toda parte do país, circulam livremente na internet, na imprensa, nos celulares, nas conversas entre cidadãos.

40 Para casos de difamação, repita-se, existe o Código Penal. A legislação eleitoral torna-se abusiva, entretanto, quando pretende coibir a crítica. Com o conceito de "propaganda eleitoral negativa", não é apenas a judicialização da política que dá mais um passo para instaurar-se no país, mas é também a censura que reaparece, com outro nome.

TEXTO 22 B

CÁRCERES LOTADOS

Dobrou, em nove anos, a população carcerária brasileira. De acordo com dados oficiais, o quadro é influenciado pelo número crescente de presos provisórios — pessoas, à espera de julgamento, que somam 44% dos 473 mil detentos existentes no país.

5 Um dos aspectos elogiáveis da gestão do ministro Gilmar Mendes no Conselho Nacional de Justiça foi justamente o esforço para analisar processos acumulados relativos a esses casos. Cerca de 120 mil deles passaram pelos chamados mutirões carcerários instituídos pelo CNJ.

10 Mas os esforços não bastaram para diminuir de maneira significativa a presença desse grupo nas prisões. Na realidade, entre 2008 e 2009, a quantidade de presos provisórios subiu 6%.

É evidente, diante desse cenário, a necessidade de agilizar a atuação da Justiça. Fere os preceitos democráticos e é uma violência do Estado contra cidadãos manter alguém durante anos num cárcere sem julgamento.

15 Alguns especialistas creditam parte dessa situação ao fato de juízes muitas vezes determinarem prisões com base no artigo 302 do Código Penal, que autoriza a reclusão em caráter preventivo para garantir "a ordem pública" — mesmo sem provas contra o suspeito. Esse é um dos aspectos que será examinado pelo Congresso durante o debate da reforma da legislação.

20 As complicações no entanto vão além dos eventuais equívocos de magistrados e da propalada morosidade do Judiciário.

É preciso também investir na ampliação e modernização do superlotado e ineficiente sistema penitenciário, cujas condições descem, no Brasil, a extremos de degradação. Há hoje três vezes mais presos do que vagas nos presídios. E um
25 quadro desumano e insustentável.

TEXTO 23 A

MENOS CÉTICOS

Opinião dos brasileiros contrasta com ceticismo dos norte-americanos sobre as causas humanas do aquecimento global

O ESCÂNDALO político-científico que ficou conhecido como "climagate" parece ter exercido pouco efeito na opinião pública no país. Pesquisa Datafolha revelou que uma maioria sólida de brasileiros —92%— se declara convencida de que a atmosfera do planeta está se aquecendo.

5 Mais que isso: três quartos dos entrevistados opinam que as atividades humanas contribuem muito para o aquecimento global. Um quinto (19%) acredita que contribuem um pouco, e 5%, que nada contribuem.

Para efeito de comparação: 50% dos americanos atribuem o agravamento do efeito estufa aos seres humanos, contra 46% que responsabilizam causas naturais. Há
10 dois anos, eram 38% os que descartavam a influência humana, segundo o Gallup.

A julgar pelas tendências da opinião pública nos EUA, o contingente dos céticos poderá tornar-se maioria em breve por lá. Outra pesquisa Gallup revela que, pela primeira vez na década, a maior parte dos americanos (50%) considera que garantir o suprimento de energia —com petróleo, gás natural ou carvão— é mais
15 importante do que a proteção do ambiente (prioridade para 43% dos entrevistados).

O panorama americano, nessa matéria, é explicável pela polarização ideológica e pela partidarização do assunto. O Partido Republicano se mostra visceralmente contrário a qualquer intervenção do Estado nos negócios e no consumo privado. Tem sido capaz de bloquear, até o momento, legislação proposta
20 pelo presidente democrata Barack Obama para diminuir as emissões de gases do efeito estufa —a qual tende a desestimular e encarecer o uso de energia.

Num país em que o padrão de vida e o consumo energético se acham tão vinculados, parcela considerável do público é mais que receptiva a notícias que lancem suspeita sobre o aquecimento global.

25 O vazamento de e-mails comprometedores de cientistas partidários do aquecimento, seguido de erros pontuais em relatórios do IPCC (painel encarregado pela ONU de monitorar a evolução climática), abriu a brecha no dique de credibilidade.

30 Políticos e comentaristas conservadores aproveitaram a oportunidade oferecida pelo "climagate" para reavivar a chama negacionista, com algum sucesso, nos EUA e no Reino Unido. Em países como o Brasil, mesmo de-pois do fracasso e da decepção com a Conferência de Copenhague, em dezembro, não se observa um refluxo paralelo na opinião pública.

35 Apesar dos percalços, o aquecimento global com contribuição humana permanece, no fim das contas, como aposição mais consensual entre os especialistas.

TEXTO 23 B**EDUCAÇÃO PELA METADE**

A cada trimestre, quando a Prefeitura de São Paulo divulga os números de matrículas nos diversos níveis de ensino em que atua, constata-se o mesmo problema

5 A ênfase corretamente conferida pela administração municipal às creches, que atendem crianças de 0 a 3 anos, vem acompanhada de estagnação no âmbito da pré-escola, o ciclo seguinte da educação infantil, para alunos de 4 e 5 anos.

Os números traduzem uma escolha política do prefeito Gilberto Kassab (DEM), que estimula entidades com as quais sua gestão mantém convênio a transferir vagas de uma etapa a outra da educação infantil.

10 Os dados de março deste ano trazem um retrato ainda mais preocupante. Diminuiu o ritmo de criação de vagas para crianças de 0 a 3 anos entre 2009 e 2010, ao mesmo tempo em que foi reduzido o número de matrículas na pré-escola. Contra um acréscimo de 20 mil vagas nas creches há um ano, o levantamento indica um aumento de 7.000 matrículas neste início de 2010. A procura das famílias por esse atendimento cresce em intensidade ainda maior. Mães que antes desconheciam a possibilidade do serviço passam a bater nas portas de novas creches criadas em seus bairros. E compreensível que a fila de espera tenha aumentado. O que se lamenta é o fato de tal avanço, louvável, ter sido feito às custas da pré-escola.

20 O número de matrículas para crianças de 4 e 5 anos caiu em 2010, de 308 mil para cerca de 285 mil. A prefeitura diz ter cortado vagas para reduzir o tamanho das turmas e ampliar o tempo dos alunos nas escolas. Mas o sacrifício poderia ter sido mitigado se o ritmo de construção de novas unidades aumentasse.

25 Não faz sentido essa ameaça salomônica sobre a educação infantil, que abrange crianças de 0 a 5 anos de idade.

Já se sabe que tal ciclo escolar é decisivo para corrigir deficiências cognitivas, associadas a fatores socioeconômicos, e diminuir, mais tarde, a desigualdade de desempenho escolar. A prefeitura tem feito, no entanto, apenas metade do trabalho.

30

FOLHA DE S. PAULO, 23/04/2010

TEXTO 24 A

ÚNICO RECURSO

COM o FORTE desempenho da economia no primeiro trimestre, muitos analistas elevam suas projeções de aumento de preços e de expansão do PIB para este ano. Tais revisões, que chegam a estimar em 6% a inflação e em 7% o crescimento econômico, aquecem o debate sobre o tamanho do ajuste de juros necessário nos próximos meses.

As evidências de aceleração são claras. Do lado da indústria, por exemplo, após três meses de acomodação no final do ano passado, a produção voltou a crescer no primeiro trimestre, indicando alta de 2,5% em relação aos três últimos meses de 2009.

É verdade que o uso da capacidade produtiva está ainda aquém do nível pré-crise, talvez devido à maturação de investimentos e, certamente, graças ao crescimento das importações no ritmo de 40% ao ano. Mas é em outros setores que as pressões inflacionárias têm se manifestado com mais intensidade.

Do lado do consumo, as vendas no varejo já ultrapassaram o nível anterior ao da crise há vários meses e até o momento não há sinais de arrefecimento. Ao contrário, no primeiro bimestre houve aceleração das vendas, no ritmo de 15% ao ano — enquanto o mesmo período de 2009 mostrava expansão de cerca de 10%.

A perspectiva de encerramento do corte de IPI sobre bens duráveis pode ter antecipado as vendas, mas mesmo setores não atingidos por essas medidas, como o de bens não duráveis, estão em aceleração, impulsionados pelos ganhos de renda.

É no mercado de trabalho que talvez resida o principal foco de pressões. Criaram-se 657 mil vagas formais no primeiro trimestre e a taxa de desemprego ajustada pela sazonalidade atingiu 7,2% em fevereiro, a menor da série iniciada em 2003, quando o IBGE adotou nova metodologia.

A manter-se o padrão dos últimos meses, a taxa de desemprego poderá terminar 2010 em torno de 6% — número bem inferior às atuais projeções. Neste caso haveria uma tendência generalizada de aumento real da massa de salários superior a 10% ao ano, com impacto sobre a inflação de serviços, que já roda a 6%.

O quadro torna-se mais complexo ao se considerar a retomada do crescimento internacional e a tendência de alta nos preços das commodities.

É um cenário desafiador para o Banco Central, que justificou sua paciência em março com a necessidade de melhor analisar a natureza das pressões inflacionárias e o ritmo da expansão da demanda após o encerramento de várias medidas de estímulo adotadas no ano passado.

Se ainda há incertezas, elas serão dirimidas com o comportamento da economia no segundo trimestre. O ajuste de juros será inevitável — e possivelmente irá além dos 3 pontos percentuais previstos pelo mercado.

Existe portanto a possibilidade de que novamente o crescimento seja prejudicado pela política monetária. É de lamentar, mas não poderia ser diferente, pois a política econômica do governo, ao deixar em segundo plano o esforço fiscal, encontra na taxa de juros seu único instrumento para combater a inflação.

TEXTO 24 B**FESTA DO INTERIOR**

Novamente surge o instrumento fisiológico e paroquial das emendas parlamentares individuais na raiz de desvios de recursos públicos.

No caso mais recente, congressistas têm feito modificações no Orçamento da União para destinar verbas do Ministério do Turismo à realização de eventos festivos, como rodeios e bailes de carnaval, em seus Estados. Muitas das entidades beneficiadas ligam-se a políticos e partidos — e suspeita-se que grande parte dos recursos seja desviada.

O orçamento específico para festas do ministério vem se multiplicando nos últimos anos. Em todo o seu primeiro mandato, o governo Lula gastou R\$ 116,5 milhões na realização de eventos deste tipo. Em 2010, o volume de verbas com tal finalidade alcança os R\$ 765 milhões — suficientes para financiar mais de 2.500 festas por todo o país.

Algo semelhante ocorria com a chamada máfia dos sanguessugas, que se tornou conhecida em 2006. Em vez de festas, deputados destinavam verbas para a compra de ambulâncias superfaturadas.

O instrumento para distribuir os recursos, de forma capilarizada, era o mesmo: modificações no Orçamento.

Ainda que utilizadas de forma legítima, as emendas individuais servem muitas vezes para manter a clientela de votos dos congressistas em seus Estados. Pulverizam os gastos e dificultam o seu controle. Daí que se tornem um meio privilegiado para o desvio de recursos. Seu uso também interessa ao governo, que mantém o controle sobre a liberação das verbas e aumenta o poder de barganha com o Legislativo.

É preciso que tal instrumento seja mais bem aplicado ou simplesmente eliminado, dando lugar a emendas apresentadas por bancadas. Não faz sentido o Congresso atuar como uma grande câmara de vereadores, à mercê do Executivo e de esquemas paroquiais de desvio de verbas.

TEXTO 25 A**A GRÉCIA PEDE AJUDA**

NAS PALAVRAS do seu primeiro-ministro, George Papandreou, os mercados não "deram tempo" à Grécia, recusando-se a renovar os quase € 10 bilhões (R\$ 23,6 bilhões) de dívidas que vencem nas próximas semanas. Sem dinheiro em caixa, o país se viu obrigado a pedir formalmente ajuda à União Europeia e ao FMI.

O pacote de resgate poderá envolver cerca de € 15 bilhões do Fundo e outros € 30 bilhões em empréstimos bilaterais dos países europeus. Ainda será necessária a aprovação pela diretoria do FMI, depois de negociadas as condições a serem satisfeitas pela Grécia, e dos respectivos parlamentos nacionais.

Se aprovado nas próximas duas semanas, como parece provável, o pacote será suficiente para assegurar a resolução do problema de liquidez de curto prazo, cobrindo a maior parte dos € 50 bilhões que vencem nos próximos 12 meses.

A capacidade de arcar com suas dívidas, no entanto, não estará plenamente garantida. Para estabilizar o montante que deve, o governo da Grécia terá que cortar gastos equivalentes a mais de 10% do PIB até 2012, além de levantar cerca de € 150 bilhões no mercado para honrar vencimentos e juros.

Anos e anos de irresponsabilidade fiscal vieram à tona com a recessão que se seguiu à crise do sistema financeiro global em 2008. O déficit fiscal e a dívida pública da Grécia atingiram 13,6% e 115% do PIB no ano passado, respectivamente.

Mesmo com a ajuda que deve receber, dificilmente o país conseguirá cumprir todo o aperto fiscal que será exigido sem recorrer a alguma forma de reestruturação de sua dívida.

Nas últimas décadas, várias economias emergentes viveram esse drama. A saída envolveu com frequência um "calote", explícito ou disfarçado.

Um meio de evitar a solução drástica seria a forte desvalorização cambial. A moeda mais fraca baratearia os produtos gregos em relação aos seus concorrentes, o que restauraria a competitividade da economia e o crescimento por meio das exportações. O maior crescimento econômico, por sua vez, ajudaria a reduzir os problemas fiscais, gerando um círculo virtuoso.

Esse processo foi possível em muitos países no passado, inclusive no Brasil, em 1999, mas não será no caso grego.

Fazer parte da União Europeia, algo que antes parecia uma bênção, agora se transforma em maldição, pois o país fica impedido de usar a taxa de câmbio como ferramenta de ajuste.

O caminho dos próximos três anos será tortuoso. Não está claro se a sociedade grega vai tolerar a recessão que resultará dos ajustes. Nos numerosos casos históricos, é a longa carestia imposta à população que faz da moratória a única saída politicamente viável.

O atual drama grego é o caso mais grave do que se tornou uma das principais heranças da crise de 2008 — a frágil situação fiscal de muitas economias, que poderá ser um entrave ao crescimento global nos próximos anos.

TEXTO 25 B**DEPOIS DE CIRO**

A SAÍDA mais do que previsível do deputado **Ciro Gomes** da disputa presidencial, a ser formalmente confirmada amanhã pela direção do PSB, seu partido, deve acelerar a polarização já latente na campanha deste ano.

5 Cumpre-se o roteiro desejado pelo presidente **Luiz Inácio Lula da Silva**, muito embora a asfixia do aliado tenha custado ao Planalto severas críticas desferidas pelo preterido. Ao questionar a capacidade e a legitimidade de **Dilma Rousseff** para presidir o país, **Ciro** criou um mal-estar inédito no campo petista.

10 Ressalte-se o quanto foi errática, para não dizer oportunista, a conduta do pré-candidato **Ciro Gomes**, um político que se proclama programático. Depois de hesitar entre uma intempestiva postulação ao governo de São Paulo e a corrida presidencial, ele agora se volta contra o bloco governista que vinha adulando há meses, para não dizer anos.

15 PSDB e PT disputam, pela quinta vez consecutiva, a hegemonia política do país — se tomarmos como marco inicial a campanha de 1994, quando o Plano Real elegeu **Fernando Henrique Cardoso**.

A candidatura "verde" e alternativa de **Marina Silva** não parece reunir força suficiente para desmanchar a lógica do enfrentamento bipolar entre azuis (tucanos) e vermelhos (petistas). A senadora do PV tem desempenhado, porém, um papel salutar para o aprimoramento da democracia no país.

20 Sua presença na disputa impõe a discussão de novos temas, do meio ambiente à educação, qualifica o debate e oferece ao eleitorado uma opção além daquelas que o nosso semibipartidarismo é capaz de representar.

25 Da mesma forma, seria benéfica para o país a postulação presidencial de **Ciro**. Sem prejuízo da crítica a suas posições, um confronto mais plural se prestaria melhor à disputa democrática, sobretudo no primeiro turno.

TEXTO 26 A

PÉ ATRPAS

Um dos pressupostos da diplomacia é o pragmatismo. Como disse o general De Gaulle, "países não têm amigos, têm interesses". Talvez se possa olhar por esse prisma a visita oficial ao país, a partir de amanhã, do presidente do Irã, Mahmoud Ahmadinejad, talvez o mais polêmico chefe de governo da atualidade. Ahmadinejad é um ultraradical conhecido por negar sistematicamente que tenha havido um Holocausto, por pregar regularmente a eliminação de Israel. Dirige um país com um programa nuclear altamente suspeito, apoia grupos terroristas como o Hezbollah, no Líbano, e o Hamas, na Faixa de Gaza. Sua reeleição foi considerada fraudulenta pela comunidade internacional (assunto que o presidente Lula não se dignou tratar com seriedade). Transcorreu em clima de repressão brutal, com mortos, feridos e presos; e, agora, os tribunais iranianos passam sentenças de morte contra alguns envolvidos nos protestos.

Para o Irã, faz sentido aproximar-se do país-líder da América Latina, tendo em vista o isolamento a que boa parte da comunidade internacional o relega. Foi Hugo Chávez quem abriu as portas da região a Ahmadinejad. Nesse contexto, embora o Brasil tenha seus próprios interesses — os negócios bilaterais, de US\$ 2 bilhões anuais, são altamente favoráveis ao país —, não deixa de parecer, mais uma vez, a reboque do caudilho bolivariano.

A visita deveria ter acontecido em abril, logo após a contestada reeleição de Ahmadinejad, mas foi adiada. Em maio, depois que o Irã voltou a negar o Holocausto, o governo brasileiro divulgou nota afirmando que aproveitaria a visita para "reiterar ao governo iraniano suas opiniões sobre esses temas". E é isso mesmo o que se deve fazer, exortando o presidente iraniano a dar passos no sentido da abertura do regime.

Ao contrário"George Bush, que rejeitava "qualquer contato com a república islâmica, o presidente Barack Obama se dispôs a dar um passo à frente, desde que encontrasse reciprocidade. Ele sabe que Teerã pode ajudar a desarmar gatilhos no Oriente Médio, alguns deles nucleares. Se o Brasil puder contribuir nesse sentido, terá valido a pena o ônus dessa visita incômoda.

O GLOBO, 22/11/2009

TEXTO 26 B**SAÚDE NA UTI**

Fotos publicadas no GLOBO em 2005, de ambulâncias que haviam sido entregues pelo Ministério da Saúde ao Rio para o Serviço de Atendimento Móvel de Urgência e, dois meses depois, permaneciam paradas no pátio da Fiocruz; carros para o combate à dengue abandonados num depósito da prefeitura em Campo Grande, onde viraram criadouro de mosquito; e outro flagrante de desperdício de dinheiro público, também registrado pelo jornal, em 2003, com tomógrafos nunca desencaixotados e usados como banhos em hospitais. Estas não são boas imagens da Saúde fluminense, mas tornaram-se as que mais se aproximam da realidade do setor no Estado do Rio.

A melhora dos serviços de saúde é bandeira de qualquer candidato a cargo eletivo, mas a triste constatação é que promessas não costumam sair do terreno das boas intenções ou do proselitismo político. Investimentos ficam pelo meio do caminho, ou sequer saem do papel. O planejamento geralmente não combina com ações, ou sequer há ações que dêem curso a previsões de intervenções do poder público. E, mesmo quando há um movimento para superar demandas, nem sempre os resultados atingem as metas.

Como decorrência, o Rio vai mal de saúde. O acesso aos serviços médicos não é feito a partir da atenção básica, pressuposto para não só prevenir doenças, mas também para evitar a sobrecarga de hospitais, desaguadouro quase natural para famílias que, em desespero diante da falta de opções, percorrem as unidades em busca de atendimento. A quase totalidade destas, por sua vez, não está preparada sequer para dar conta daqueles que seriam os pacientes normais, com déficits de equipamentos e de profissionais.

Não faltam projetos para enfrentar quadro tão desolador. O prefeito Eduardo Paes aposta no programa Saúde da Família para tirar a Saúde da UTI, e o governo do estado procura sanar mazelas com as UPAs. São respostas com potencial para dar conta de parte das demandas, mas ainda tímidas diante do tamanho do desafio de um setor que se ressentiu do crônico abandono de administrações passadas. A tais iniciativas devem-se juntar outras ações, que leguem à população serviços capazes de fazer frente às suas necessidades.

O GLOBO, 22/11/2009

TEXTO 27 A

RISCO NO AR

A inflação crônica e aguda ocultou, por décadas sérios desequilíbrios nas finanças públicas. A queda da inflação, após o lançamento do real fez com que aparecessem vários esqueletos que estavam escondidos no armário", como se diz no jargão financeiro, o que obrigou o setor público a um sério ajuste em suas contas.

5 À medida que o tempo passa, os esqueletos vão diminuindo, mas ainda há um grande passivo deixado para trás, sob a forma de precatórios. São dívidas decorrentes de ações perdidas na Justiça pelos diferentes entes federativos. Muitos estados e municípios têm feito grande esforço para pôr essas contas em dia, estabelecendo um escalonamento e até negociando deságios para acelerar a
10 liberação de recursos.

Em face dos poucos recursos disponíveis, esta saída pela negociação é até admissível quando se trata de dívidas antigas herdadas pelas atuais administrações — embora não se possa dizer o mesmo de precatórios decorrentes de ações mais recentes do setor público.

15 Não é fácil limpar esse passivo — cujas estimativas podem chegar a R\$ 100 bilhões —, mas também não se pode eternamente empurrar o problema com a barriga.

Na tentativa de se encontrar uma solução, tramita no Congresso uma Proposta de Emenda Constitucional (PEC), já aprovada no Senado, e agora em fase de votação na Câmara. A idéia é que estados e municípios sejam obrigados a re-
20 servar, em seus orçamentos, uma parcela anual para pagamento de precatórios. Isso asseguraria a quitação de pelo menos um determinado montante de dívidas já ajuizadas. Mas abriu-se também a possibilidade de pagamentos a perder de vista, com uma correção equivalente à das cadernetas de poupança.

25 Com essas condições, não houver algum tipo de constrangimento para evitar que governantes fiquem jogando para a Justiça a decisão sobre o pagamento de obrigações líquidas e certas, em vez de solução para o problema, a PEC poderá institucionalizar o calote público."!

TEXTO 27 B**NÃO HÁ CALOTE.**

Não há por que definir a Proposta de Emenda Constitucional 351, em trâmite na Câmara, como "PEC do Calote" ou um "assalto a milhares de credores de municípios ou estados", após todo o esforço empregado por muitos deputados federais para ajustar o texto oriundo do Senado, qualificando-o dentro do que rege a
5 Constituição.

É preciso conhecer detalhes da PEC. A emenda 30, em vigor, estabelece que todas as ações iniciadas antes de dezembro de 1999 seriam pagas em dez parcelas anuais para os precatórios não alimentares, conferindo a eles poder liberatório de tributos nas parcelas não pagas. Essa emenda excluiu do parcelamento os
10 alimentares oferecendo uma suposta preferência aos créditos dos alimentares, não se desdobrando porém, em qualquer sanção para o seu não pagamento.

A proposta da PEC muda isso. Ela cria um regime especial, vincula percentuais da receita líquida de entidades devedoras, impondo pesadas sanções, propõe poder liberatório de tributos e seqüestro de valores e possibilita que o gestor público responda por improbidade administrativa. Além disso, restabeleceu-se em
15 pelo menos 50% na ordem cronológica, sem parcelamento, dando preferência aos créditos alimentares, estabelecendo-se preferências por idosos e portadores de doenças graves e, ainda mais, permitindo às entidades devedoras — em, no máximo, 50% — utilizarem três modalidades de pagamentos, que podem ser em
20 ordem crescente de valores, por conciliação ou por instrumento do leilão.

Note-se que o leilão veio para ajudar aos credores, e não para asfixiá-los. Já que o credor não é obrigado a participar do leilão, ele pode esperar a sua vez na ordem cronológica. Frise-se, também, a existência de um mercado paralelo de precatórios, regularizado com a proposta da Câmara. Por que os descontos dados a
25 esse mercado privado secundário não poderiam ser repassados ao poder público?

Pode não ter sido o ideal, mas estamos trabalhando para ajudar a quem precisa receber o seu dinheiro. Para isso, o que mais desenvolvemos é um vigoroso estudo jurídico e econômico. Isso, definitivamente, precisa ser dito.

TEXTO 28 A

O X DO PROBLEMA

Tiroteio leva pânico à Tijuca. Traficantes do Morro da Casa Branca tentam invadir o Morro da Formiga. Esta tem sido a realidade das favelas do Rio de Janeiro. Notícias tão rotineiras que parecem configurar um buraco sem fundo. A sabedoria convencional diz que o Rio de Janeiro está sufocado pelas favelas, e que os problemas, ali, são tantos que não há solução possível. "Falta tudo nas favelas. O Estado está ausente", etc etc.

Um olhar mais crítico revela coisas diferentes. As favelas não sufocam o Rio. Ocupam 3,8% da extensão do município. De uma população de 6 milhões, 1 milhão é de favelados — 18 a 19% da população, o que equivale ao cenário de São Paulo, ou dos Estados Unidos (mesmo se, nos EUA, o nível geral é mais alto).

Em 2000, a média de habitante por domicílio, no município, era de 3,25. Na favela, de 3,6. Em sua esmagadora maioria, gente honesta que mora ali por falta de alternativa. São comunidades pobres, mas não miseráveis. Os serviços básicos já estão lá: 95% de casas de alvenaria; energia elétrica em 100% das casas; água em 99%; esgoto servindo a 96%; coleta de lixo, por caminhão ou caçamba, a 96%.

Este é, em boa parte, o resultado do Favela Bairro, que beneficiou a 71% da população favelada. Nessas comunidades, o número de pessoas ocupadas se parece com o restante da cidade: 23% trabalham no local; 37% no entorno, o que mostra que o transporte não é um gargalo. A escola pública, ali, é bem avaliada.

Sendo assim, qual é a demanda essencial? Por larga margem, a segurança, seguida pela saúde. Estado e sociedade estão presentes nas favelas. Mas não no policiamento ostensivo.

E esta é a enorme crueldade com que fomos nos acostumando: gangues fortemente armadas dominando território, e aterrorizando os moradores. É o problema de que derivam todos os outros. Sem o direito básico de ir e vir, o professor não vai à escola, nem o médico atende na favela, nem o pai pode levar o filho à escola.

Resolver o problema — que é o das gangues, e não o tráfico de drogas — nem é tão caro: 1% do orçamento do estado. E pode ser feito em dois anos, se superarmos o verdadeiro gargalo: formação de uma nova polícia, sem os vícios de agora. O momento é propício, com crescimento econômico, alinhamento entre os poderes, grandes investimentos previstos (Copa, Olimpíada, petróleo), baixo crescimento populacional. E resolver o problema é mudar a face de toda a cidade.

O GLOBO, 20/11/2010

TEXTO 28 B**VELHA BACTÉRIA**

É costume, nos agrupamentos políticos defensores de projetos autoritários de poder, dourar-se a pílula da censura à imprensa e da presença sufocante do Estado sobre a sociedade, disfarçando-as sob termos como "mecanismos de controle público" ou "social" dos meios de comunicação. O artifício aparece em texto
5 aprovado pelo diretório nacional do PT a ser encaminhado à Conferência Nacional de Comunicação, marcada para dezembro em Brasília.

A manobra é a mesma usada na Venezuela chavista e em seus acólitos, Bolívia e Equador, e também na Argentina do casal Kirchner. No Brasil, essa bactéria ideológica de cepa autoritária já havia sido identificada, no primeiro
10 mandato de Lula, nas propostas abortadas de criação de um comissariado para controlar a produção audiovisual do país (Ancinav), e de um aparato sindicalista paraestatal destinado a patrulhar as redações, com poderes até de cassar registros profissionais.

Na verdade, ideias como estas são inócuas diante da Constituição, barreira a
15 qualquer tentativa de limitação da liberdade de imprensa e expressão.

É o que foi definido pelo Supremo Tribunal Federal ao revogar a lei de imprensa herdada da ditadura, bem como ao estabelecer que a própria Corte pode receber diretamente reclamações de meios de comunicação que se sintam tolhidos por decisões de instâncias inferiores da Justiça contrárias ao princípio constitucional.
20 Assim, o STF, guardião da Carta, elegeu a liberdade de imprensa, como deve ser, assunto de sua jurisdição.

É sempre tensa a relação entre imprensa e Estado. Afinal, a liberdade definida na Constituição é exercida pelos meios de comunicação em nome da sociedade, e não para atender ao Estado, tampouco poderosos de turno. Pelo
25 contrário. E, toda vez que alguma instituição ou alguém entender que a imprensa se excedeu, existe a Justiça para as devidas mediações.

Qualquer tentativa de controle dos meios de comunicação, não importa em nome de quê, esconde um projeto de poder autoritário, o qual, para se realizar, necessita
30 garrotear a livre expressão.

O GLOBO, 20/11/2009